SEMAD
Secretaria de Estado
de Meio Ambiente e
Desenvolvimento
Sustentável

GOV GO
O ESTADO QUE DÁ CERTO

RELATÓRIO DE GESTÃO
E ATIVIDADES
2025

ÍNDICE

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 5
2. CARGOS E FUNÇÕES 6
3. ORGANOGRAMA 9
4. NOSSOS SERVIÇOS 10
5. NOSSAS UNIDADES 14
6. SÍNTESE DE GESTÃO 15
6.1 ENTREGAS RELEVANTES NESSE EXERCÍCIO
6.2 PREMIAÇÕES / DESTAQUE NESSE EXERCÍCIO
6.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL – PEI
6.4 OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO UTILIZADOS
6.5 PRINCIAIS INDICADORES
7. PROGRAMAS DO GOVERNO 31
8. ANÁLISES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E ORÇAMENTOS – UNIDADE 2153 57
8.1 ANEXO 02 — LEI Nº 4.320/64 57
8.1.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025
8.1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA — FEMA 2153 (R$)
8.1.3 DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA — VALORES (R$) — FEMA 2153
8.1.4 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — EVOLUÇÃO 2021 a 2025
8.1.5 ANÁLISE VERTICAL (AV) — PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DE CADA ANO
8.1.6 PONTOS RELEVANTES DA ANÁLISE — ANEXO 02 / FEMA 2153 (2021–2025)
8.2 ANEXO 12 — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Lei nº 4.320/64) 63
8.2.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025
8.2.2 RECEITA ORÇAMENTÁRIA — VALORES (R$) — FEMA 2153
8.2.3 DESPESA ORÇAMENTÁRIA — VALORES (R$) — FEMA 2153
8.2.4 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2021–2025
8.2.5 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % NO TOTAL DE CADA ANO
8.2.6 DIAGNÓSTICO DA EXECUÇÃO E RECOMENDAÇÕES — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO / FEMA 2153
8.2.7 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO / FEMA 2153 (2021–2025)
8.3 ANEXO 13 — BALANÇO FINANCEIRO (Lei nº 4.320/64) 71
8.3.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025
8.3.2 BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO — FEMA 2153 (R$)
8.3.3 INGRESSOS — VALORES (R$) — FEMA 2153

8.3.4 DISPÊNDIOS — VALORES (R$) — FEMA 2153
8.3.5 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — BALANÇO FINANCEIRO 2021–2025
8.3.6 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % DO MOVIMENTO DO EXERCÍCIO
8.3.7 DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES — BALANÇO FINANCEIRO / FEMA 2153
8.3.8 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO FINANCEIRO / FEMA 2153 (2021–2025)
8.4 ANEXO 14 — BALANÇO PATRIMONIAL (Lei nº 4.320/64) 79
8.4.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025
8.4.2 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO — FEMA 2153 (R$)
8.4.3 ATIVO — VALORES (R$) — FEMA 2153 (posição em 31/12)
8.4.4 PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO — VALORES (R$) — FEMA 2153
8.4.5 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — BALANÇO PATRIMONIAL 2021–2025
8.4.6 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % DO BALANÇO PATRIMONIAL
8.4.7 DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES — BALANÇO PATRIMONIAL / FEMA 2153
8.4.8 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO PATRIMONIAL / FEMA 2153 (2021–2025)
8.5 ANEXO 02 — DESPESA AUTORIZADA × REALIZADA, POR NATUREZA/ELEMENTO 86
8.5.1 COMPARATIVO POR GRUPO DE DESPESA — SÉRIE 2021 A 2025 (FOCO NAS MAIORES DIFERENÇAS)
8.5.2 DESPESA AUTORIZADA × REALIZADA (EMPENHADA) — POR CATEGORIA
8.5.3 DESPESA REALIZADA (EMPENHADA) POR GRUPO — FEMA 2153
8.5.4 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — DESPESA EMPENHADA POR GRUPO (2021–2025)
8.5.5 DESTAQUES (O QUE MAIS VARIOU) E MEDIDAS — ANEXO 02 / FEMA 2153
9. ANÁLISES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E ORÇAMENTOS – UNIDADE 2101 91
9.1 ANEXO 12 — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Lei nº 4.320/64) 91
9.1.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025
9.1.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO — 2101 (R$)
9.1.3 RECEITA PRÓPRIA — VALORES (R$) — 2101 (memória)
9.1.4 DESPESA ORÇAMENTÁRIA — VALORES (R$) — 2101
9.1.5 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — DESPESA 2101 (2021–2025)
9.1.6 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % DA DESPESA
9.1.7 DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES — DESPESA / 2101
9.1.8 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO / 2101 (2021–2025)
9.2 ANEXO 13 — BALANÇO FINANCEIRO (Lei nº 4.320/64) 98
9.2.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025
9.2.2 *BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO — 2101 (R$)*
9.2.3 INGRESSOS — VALORES (R$) — 2101
9.2.4 DISPÊNDIOS — VALORES (R$) — 2101
9.2.5 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — BALANÇO FINANCEIRO 2101 (2021–2025)
9.2.6 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % DO MOVIMENTO DO EXERCÍCIO
9.2.7 DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES — BALANÇO FINANCEIRO / 2101

9.2.8 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO FINANCEIRO / 2101 (2021–2025)
9.3 ANEXO 02 — DESPESA AUTORIZADA × REALIZADA, POR NATUREZA/ELEMENTO 105
9.3.1 COMPARATIVO POR GRUPO DE DESPESA — SÉRIE 2021 A 2025 (FOCO EM PESSOAL E NAS MAIORES DIFERENÇAS)
9.3.2 DESPESA AUTORIZADA × REALIZADA (EMPENHADA) — POR CATEGORIA
9.3.3 DESPESA REALIZADA (EMPENHADA) POR GRUPO — 2101
9.3.4 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — DESPESA EMPENHADA POR GRUPO (2101)
9.3.5 DESTAQUES (O QUE MAIS VARIOU) E MEDIDAS — ANEXO 02 / 2101
9.4 ANEXO 14 — BALANÇO PATRIMONIAL (Lei nº 4.320/64) 114
9.4.1 ANÁLISE HORIZONTAL, VERTICAL E DAS VARIAÇÕES EXPRESSIVAS — 2021 a 2025
9.4.2 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO — 2101 (R$)
9.4.3 ATIVO — VALORES (R$) — 2101 (posição em 31/12)
9.4.4 PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO — VALORES (R$) — 2101
9.4.5 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — BALANÇO PATRIMONIAL 2101 (2021–2025)
9.4.6 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % DO ATIVO TOTAL
9.4.7 VARIAÇÕES EXPRESSIVAS — BALANÇO PATRIMONIAL / 2101
9.4.8 ANÁLISE DETALHADA DOS PRINCIPAIS EVENTOS
9.4.9 DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES — BALANÇO PATRIMONIAL / 2101
9.4.10 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO PATRIMONIAL / 2101 (2021–2025)

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DECRETO Nº 10.464, DE 7 DE MAIO DE 2024

Art. 3º As unidades administrativas que constituem as estruturas básica da SEMAD são as seguintes:

I – Órgãos colegiados:

a) Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMAm; e

b) Conselho Estadual dos Recursos Hídricos – CERHí;

II – Gabinete do Secretário, com as seguintes unidades:

a) Chefia de Gabinete;

b) Comunicação Setorial;

c) Procuradoria Setorial

g) Escritório de Projetos Setorial;

h) Superintendência de Gestão Integrada

i) Subsecretaria de Planejamento, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência de Planejamento, Formulação e Gestão Institucional

Superintendência de Gestão Ambiental

Superintendência de Desenvolvimento Sustentável e Resíduos Sólidos

j) Subsecretaria de Licenciamento, Fiscalização e Controle Ambiental

Superintendência de Licenciamento Ambiental

Superintendência de Fiscalização e Controle Ambiental

k) Subsecretaria de Biodiversidade, Unidades de Conservação e Segurança Hídrica, com as seguintes unidades:

Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Emergências Ambientais

Superintendência de Recursos Hídricos e Informações Ambientais

2. CARGOS E FUNÇÕES

Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Andréa Vulcanis

Chefia de Gabinete – CGAB

Paula Gomide Naves Goulart

Chefia da Comunicação Setorial – COMSET

Alexandre Bittencourt

Chefia da Procuradoria Setorial – PROCSET

Vitor Rodrigues Sampaio Barbosa

Gerencia do Contencioso Administrativo – GECAD

Eduardo Fernandes Cardoso

Corregedoria Setorial – CORSET

André Luís de Almeida Barbosa

Escritório de Projetos Setorial – PROJSET

Thays Benício Leandro

Gerência da Secretaria-Geral – GESGE

Alex Viana Silva

Protocolo e Arquivo Setorial / Arquivo Universitário

Jean Souza Abreu

Superintendência de Gestão Integrada

Danielle Martins da Costa

Subsecretaria de Planejamento, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável – SUBPLAN

José Bento da Rocha

Superintendência de Desenvolvimento Sustentável e Resíduos Sólidos – SRS

Kaoara Batista

Superintendência de Planejamento, Formulação e Gestão Institucional – SPG

Natalia Cristina Lino

Superintendência de Gestão Ambiental – SGA

Leonardo Serpa Schallenberger

Subsecretaria de Biodiversidade, Unidades de Conservação e Segurança Hídrica – SUBSURH

Brunno Alves de Oliveira Brito

Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Emergências Ambientais – SUC

Zilma Alves Maia

Superintendência de Recursos Hídricos e Informações Ambientais – SRH

Alberonaldo Lima Alves

Subsecretaria de Licenciamento, Fiscalização e Controle Ambiental – SUBLIFI

Robson Disarz

Superintendência de Licenciamento Ambiental – SLA

Marcelo Bernardi Valerius

Superintendência de Fiscalização e Controle Ambiental – SUF

Marcelo Martines Sales

Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMAm

Secretária-Executiva

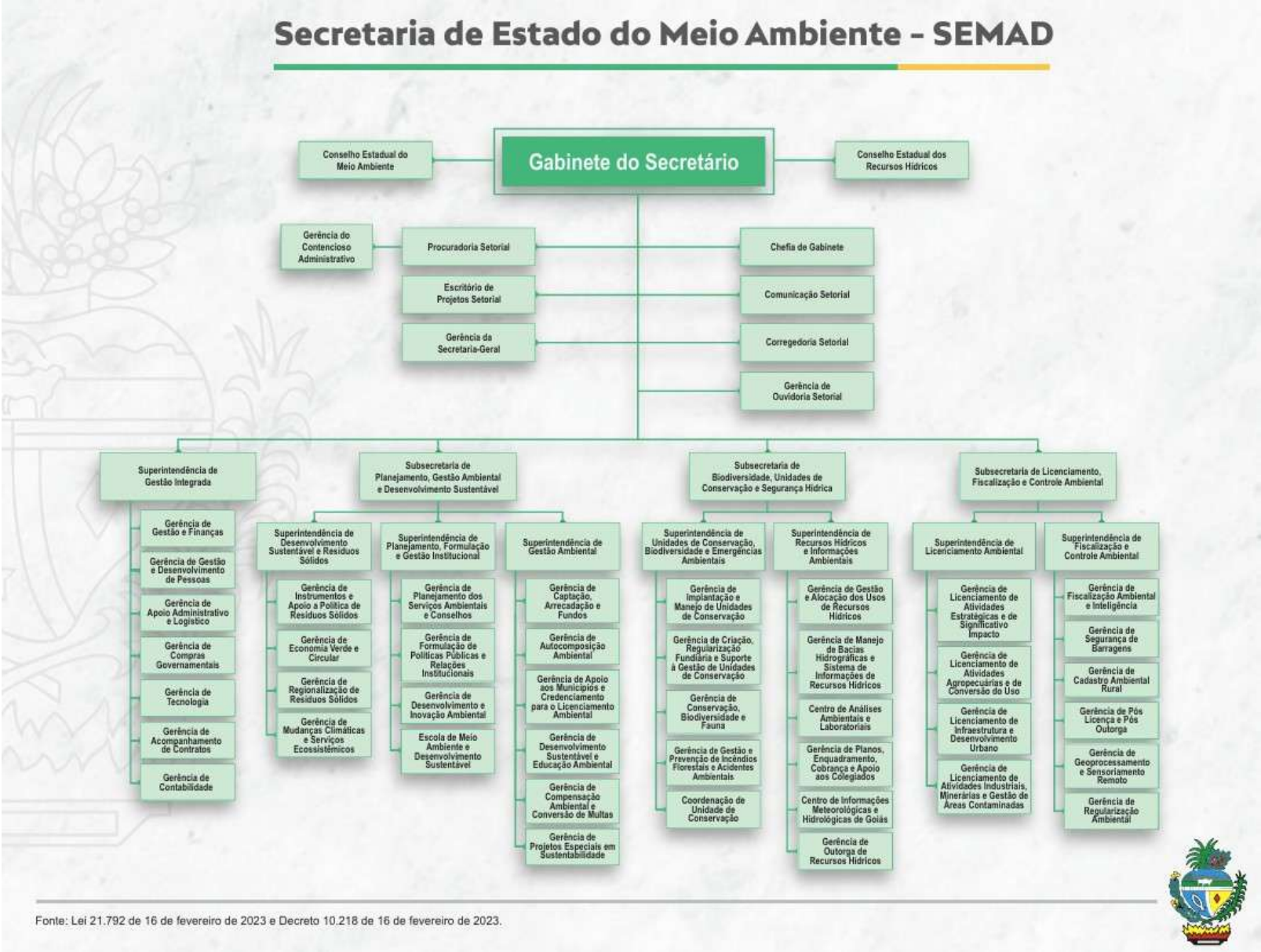
Andréa Vulcanis

Conselho Estadual dos Recursos Hídricos – CERHi

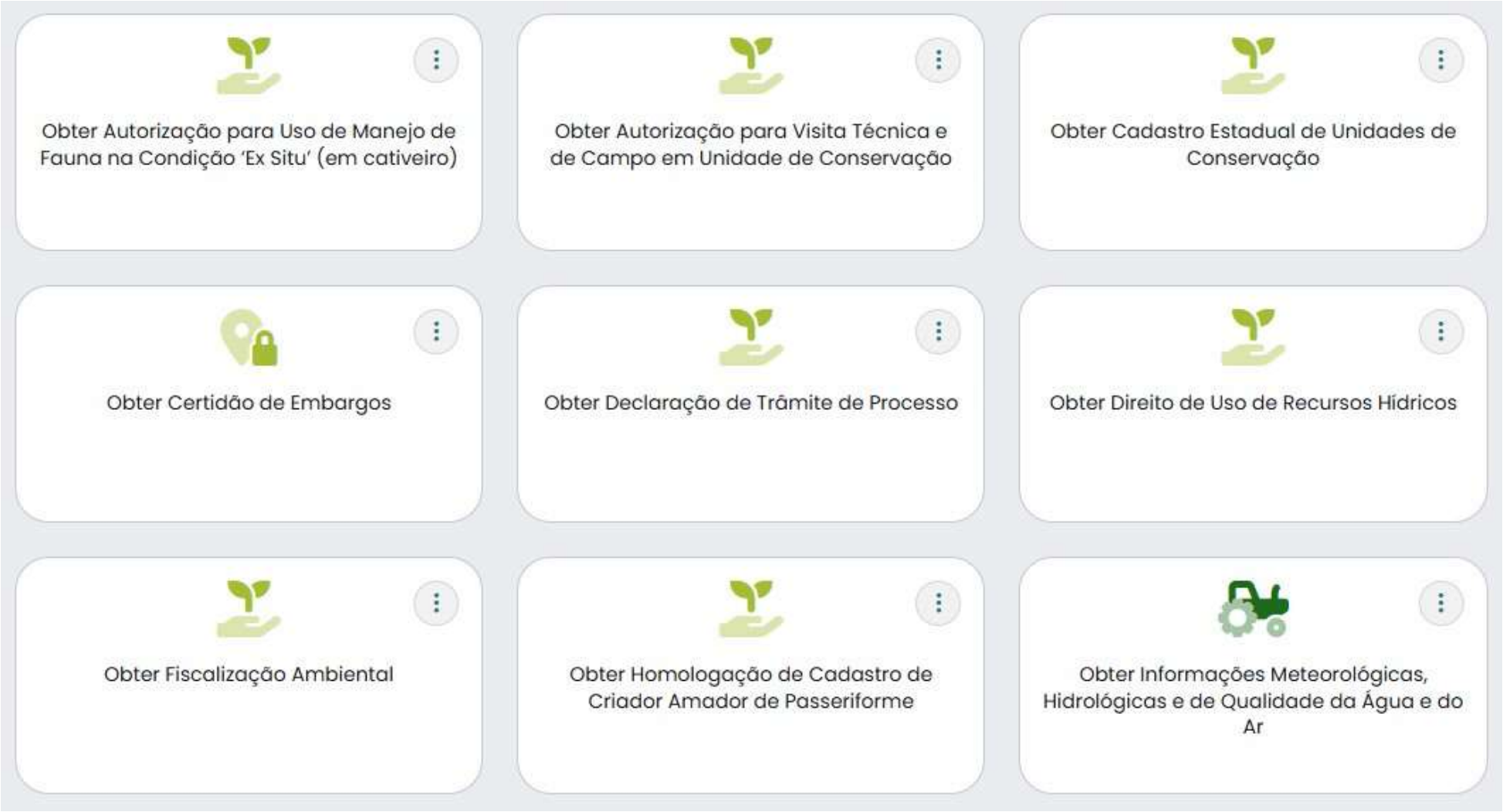
Secretária-Executiva

Andréa Vulcani

3. ORGANOGRAMA (link)



4.NOSSOS SERVIÇOS


Obter Autorização para Uso de Manejo de Fauna na Condição 'Ex Situ' (em cativeiro)
Obter Autorização para Visita Técnica e de Campo em Unidade de Conservação
Obter Cadastro Estadual de Unidades de Conservação
Obter Certidão de Embargos
Obter Declaração de Trâmite de Processo
Obter Direito de Uso de Recursos Hídricos
Obter Fiscalização Ambiental
Obter Homologação de Cadastro de Criador Amador de Passeriforme
Obter Informações Meteorológicas, Hidrológicas e de Qualidade da Água e do Ar

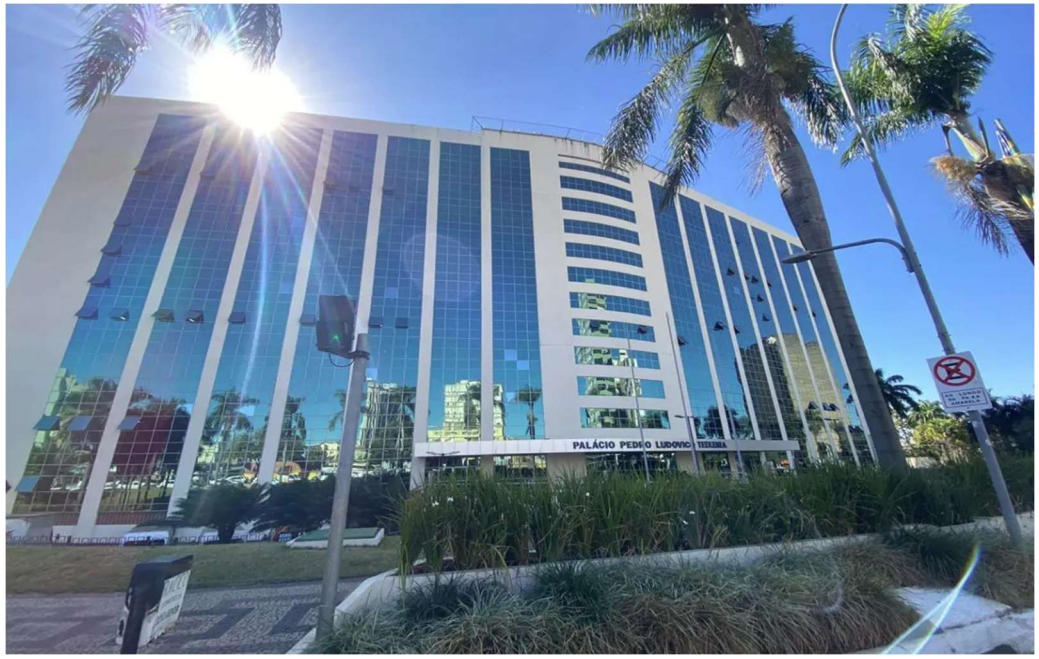
Obter Licença de Pesca
Obter Licenciamento Ambiental ou Atos Autorizativos, Via Plataforma SGA/SEI.
Obter Mediação, por Autocomposição, em Processos de Multas Ambientais para Conversão
Obter o Cadastro de Segurança de Barragens
Obter o Registro de Comunicados de Exploração da Reserva Legal para Uso Interno
Obter o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental
Obter Restituição de Taxa Ambiental
Obter Serviços para o Sistema DOF (Documento de Origem Florestal)
Obter Validação da Licença de Pesca

Obter Vistas de Processo Digital
Obter Vistas de Processos Físico
Pedido de Informação Geral
Pedido de Lista de Documentos
Requerer Atendimento em Demandas Apresentadas pelos Empreendimentos de Uso e Manejo de Fauna – SISPASS, SISFAUNA e SEI
Requerer Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural
Requerer Parcelamento de Débitos de Taxas de Controle de Fiscalização Ambiental

5.NOSSAS UNIDADES

Novo prédio fica na Avenida José Leandro da Cruz, número 1678, no Parque Amazônia, em Goiânia (Foto: Semad)

Palácio Pedro Ludovico (Fotos:Júnior Guimarães)



6. SÍNTESE DA GESTÃO

Ao longo de 2025, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) consolidou um conjunto expressivo de entregas que evidenciam uma gestão focada em resultados, inovação institucional e compromisso com a proteção ambiental aliada ao desenvolvimento sustentável. As ações realizadas esse ano demonstram uma atuação integrada, capaz de fortalecer a governança ambiental, ampliar a eficiência administrativa, apoiar municípios, valorizar o Cerrado e gerar benefícios concretos para população de Goiás.

Nesse período, a Secretaria esteve orientada por objetivos estratégicos claros, que nortearam um conjunto de ações que buscaram não apenas cumprir atribuições legais, mas qualificar a atuação do Estado, visando propiciar à sociedade goiana um órgão inovador e de referência nacional na formulação e execução das políticas públicas de meio ambiente, recursos hídricos e resíduos sólidos.

A estratégia adotada pela pasta para o cumprimento dos objetivos estratégicos e das metas do Plano Plurianual (PPA), combinou modernização tecnológica, uso intensivo de dados georreferenciados, valorização do conhecimento técnico e fortalecimento da cooperação com municípios, setor produtivo, e sociedade civil.

A implementação e o aprimoramento de sistemas foram elementos centrais dessa estratégia, aliados também a melhoria da gestão de processos em todas as áreas da secretaria. O lançamento do Sistema Veredas, o novo sistema de outorgas, inspirado no sucesso do Sistema Ipê, representou um grande avanço na gestão dos recursos hídricos ao integrar cadastros, simplificar fluxos e automatizar validações técnicas. O desenvolvimento de um sistema estadual próprio para o Cadastro Ambiental Rural foi um importante marco na gestão ambiental, oferecendo maior autonomia e transparência para o estado, uma vez que a plataforma veio para substituir o sistema federal, com objetivo de simplificar processos e dar mais celeridade as análises.

6.1 ENTREGAS RELEVANTES NESSE EXERCÍCIO

No ano de 2025, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD) realizou avanços significativos na gestão ambiental.

Foram analisadas 571 solicitações para participação do programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Desse total, 427 foram deferidas na primeira convocação, cobrindo uma área de 15.917,57 hectares protegidos. O pagamento dos primeiros proprietários contemplados ocorreu durante a cerimônia de abertura oficial da programação do Governo de Goiás para a Semana do Meio Ambiente.

Foi lançado um novo edital do PSA destinado a comunidades tradicionais. Ele foi publicado na edição de 19 de novembro do Diário Oficial do Estado e as inscrições para esse ciclo começaram no dia 20 de novembro e vão até 20 de fevereiro de 2026.

A Semad lançou o Selo Sociobiodiversidade, para valorizar produtos do Cerrado goiano. A iniciativa busca impulsionar a geração de renda, reconhecer boas práticas produtivas e dar visibilidade a alimentos, artesanatos e produtos de bem-estar que preservam o meio ambiente e as comunidades locais.

Também foi publicado um edital de credenciamento voltado para associações e cooperativas relacionadas à sociobiodiversidade que estejam interessadas em submeter propostas para o Banco de Projetos da Semad. Podem se credenciar entidades que estejam constituídas há pelo menos um ano, que exerçam atividades diretamente relacionadas a produtos e serviços da sociobiodiversidade do Cerrado goiano, que tenham representante legal, que não tenham fins lucrativos, que possuam infraestrutura física própria, local ou cedida para realizar os processos relacionados ao projeto proposto, e que sejam sediadas em Goiás. Já são duas cooperativas credenciadas, aguardando a realização de seus projetos.

Em Goiás, 125 municípios estão destinando seus resíduos sólidos urbanos de maneira correta, em aterros sanitários devidamente licenciados. O dado pertence ao último levantamento feito, no contexto do Programa Lixão Zero, que visa encerrar todos os lixões a céu aberto do estado, além de implementar um modelo de regionalização de saneamento básico. O levantamento foi feito com base na análise de contratos, convênios, licenças e outros documentos apresentados pelos municípios. Com isso, constatou-se que os 125 municípios enviam em média quase 5 mil toneladas de resíduos por dia para aterros sanitários, o que corresponde a cerca de 72% dos resíduos sólidos urbanos gerados em todo o estado. No primeiro ano completo do programa, em dezembro de 2024, o número de cidades goianas que dispunham corretamente seus resíduos urbanos era de 106 municípios. Portanto, em 1 ano, houve um aumento de 18%.

A Semad avançou para a segunda fase do Programa Lixão Zero, que prevê a Regionalização dos resíduos sólidos em Goiás. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), foi contratado para elaborar um modelo ambientalmente adequado para destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos. O projeto da modelagem de concessão de resíduos sólidos urbanos para 3 Microrregiões de saneamento básico está em elaboração e tem previsão de ser apresentado no ano de 2026. O modelo desenvolvido para Goiás é considerado o maior do país.

Foi desenvolvido o módulo operador do sistema de Logística Reversa do estado, destinado a viabilizar o acesso, a gestão e a visualização dos materiais disponibilizados pelas cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Trata-se de mais uma iniciativa de comprometimento e fortalecimento da política pública de resíduos sólidos, voltada a facilitar o acesso aos materiais passíveis de reciclagem e a apoiar as empresas e entidades gestoras no cumprimento de suas responsabilidades legais. Nos últimos dois anos, foram recuperados 103.137 toneladas de resíduos de embalagens em geral.

A Semad executou o credenciamento de 23 associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis para compor o Banco de Projetos da pasta. O edital foi lançado em 2024 com o objetivo de permitir que essas organizações submetam propostas de projetos ao Banco de Projetos da SEMAD, que trata da autocomposição ambiental. No período, 6 Cooperativas já tiveram seus projetos atendidos, com entregas no valor de R$ 419.782,76.

Foi realizada a Conferência Estadual do Meio Ambiente, que abordou mais de 250 propostas sobre adaptação climática, mitigação, justiça climática e temas correlatos formuladas pelos municípios. Antes da fase estadual, o processo iniciou com as Conferências Municipais, finalizadas em janeiro de 2025. Ao todo, 85 cidades goianas participaram e foram eleitos 350 delegados.

A Semad organizou o 1º Congresso Goiano de Mudanças Climáticas, que ocorreu em setembro de 2025, com foco em unir ciência, governo, setor produtivo e sociedade para discutir soluções climáticas, como a estratégia Goiás Carbono Neutro 2050, com palestras, minicursos, hackathon e apresentação de trabalhos. Além de estimular a produção científica, o congresso buscou fortalecer redes de cooperação e consolidar Goiás como referência regional na agenda climática.

Em parceria com a Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA), foi inaugurado o primeiro meliponário científico de Goiás, localizado no parque Bernardo Élis, em Goiânia. Nessa etapa do projeto Meliponizar, foi estruturado o meliponário e disponibilizado o veículo que fará o resgate das abelhas e o translado ao meliponário.

Goiás foi palco do maior Encontro de Meliponicultura já realizado, o EMAPI GO 2025. O evento, realizado pela SEMAD em parceria com a UFG, reuniu meliponicultores, apicultores, pesquisadores, estudantes, empreendedores, órgãos públicos, entidades representativas e empresas em um só lugar. A programação contou com palestras, minicursos, oficinas, painéis científicos, feira de produtos, homenagens especiais e exposição de abelhas, integrando ciência, tradição e inovação.

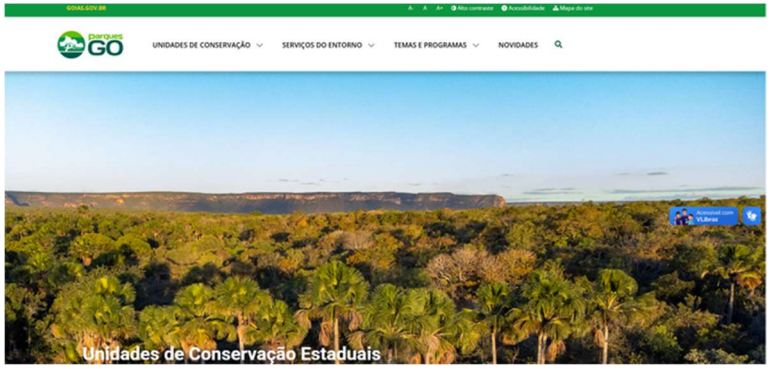
A Semad deu início a um projeto que vai avaliar o risco de extinção das espécies vegetais nativas goianas. Esta será a primeira lista de espécies ameaçadas de extinção da flora do Estado de Goiás. A ação é realizada em parceria com o Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora), autoridade nacional para a avaliação dos riscos de extinção de plantas. O levantamento está reunindo informações diversas sobre as espécies em um sistema chamado BioData, que futuramente poderá também ser acessado pelo público em geral por meio de um módulo público.

A Semad lançou o Programa Meu Parque, que tem como objetivo aproximar comunidades, escolas e visitantes das Unidades de Conservação de Goiás, promovendo pertencimento, desenvolvimento sustentável e conservação ambiental. Para isso, organiza suas ações em quatro eixos integrados: educação ambiental, parcerias e fomento, inclusão e promoção. O Programa nasce como uma política pública contínua e transformadora, alinhada a marcos legais nacionais e internacionais, com foco na melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno e na consolidação da conservação como valor coletivo. O primeiro ciclo do Programa será realizado em unidades de conservação piloto, onde serão testadas e aperfeiçoadas metodologias replicáveis.

A Semad avançou na regularização fundiária das unidades de conservação do estado. O destaque vai para a Caverna Terra Ronca I, que foi oficialmente transferida para o patrimônio do Estado de Goiás. A transferência foi resultado da atuação conjunta da SEMAD com a Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE-GO), por meio da Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente (PPMA). As instituições firmaram um contrato extrajudicial de desapropriação amigável com os herdeiros da fazenda, o que viabilizou a tramitação judicial necessária (motivada pela PGE-GO) para a retificação dos registros e a expedição da ordem de incorporação do imóvel ao patrimônio estadual.

Em 2025, o governador Ronaldo Caiado sancionou a Lei nº 23.456, que ampliou o Parque Estadual de Paraúna (PEPa), passando de 3.250 para 4.208 hectares. A Semad também assinou o Decreto nº 10.703/2026, que criou o Monumento Natural de Paraúna, uma nova unidade de conservação adjacente ao parque.

A Semad lançou o site do programa Parques GO, um espaço reservado para concentrar informações das unidades de conservação goianas, áreas naturais que guardam a história, a diversidade e a força do Cerrado, além de protegerem também uma parcela da Mata Atlântica presente no território goiano. O Parques GO nasce para aproximar o cidadão das nossas áreas conservadas, valorizando o turismo de natureza, a educação ambiental, a pesquisa científica e a economia sustentável.



A Semad promoveu entre os dias 10 e 11 de novembro, o 1º Encontro Estadual de Fiscalização Ambiental. O evento foi destinado exclusivamente para fiscais e titulares de secretarias municipais de meio ambiente, com o objetivo de atualizar os servidores sobre a legislação ambiental estadual vigente, bem como tirar eventuais dúvidas.

Supressão de vegetação feita dentro da lei ou com ação de fiscalização chega a 71% em Goiás. A área de vegetação nativa desmatada com autorização da lei ou que teve ação de fiscalização subiu para 71%, de acordo com o Relatório Anual de Desmatamento (RAD 2024).

A área desmatada em Goiás é a menor da história, de acordo com o levantamento produzido pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe). O estudo é referente ao período entre 1 de agosto a 31 de julho de 2025. O resultado reforça o compromisso assumido pelo Governo de Goiás com o Pacto pelo Desmatamento Ilegal Zero até 2030, ao demonstrar que as ações de prevenção, monitoramento e controle já geram efeitos concretos.

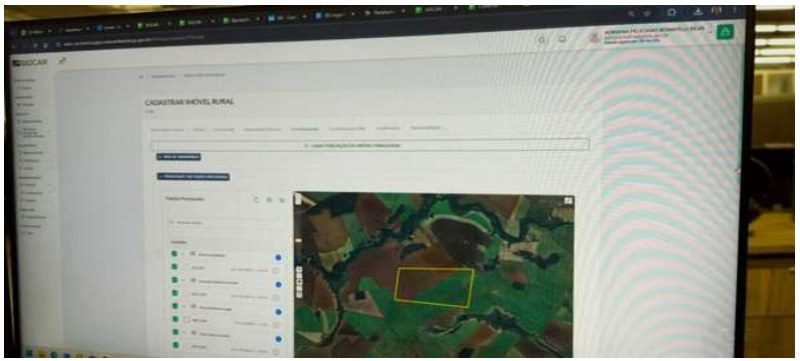
A Semad participou pela primeira vez de forma ativa do maior esforço integrado de prevenção e combate aos incêndios florestais em Goiás. A Operação Cerrado Vivo 2025 foi uma iniciativa conjunta da Semad e do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (CBMGO) para prevenir e combater incêndios florestais em Goiás, marcando um avanço com presença permanente em unidades de conservação, uso de drones, capacitação de militares e ações coordenadas durante a estiagem. A operação fortaleceu a atuação integrada e tecnológica, com foco na preservação do bioma Cerrado, e contou com o envolvimento de diversos órgãos em um comitê estratégico. Com a operação, foi possível reduzir em 86% as áreas queimadas em unidades de conservação de proteção integral.

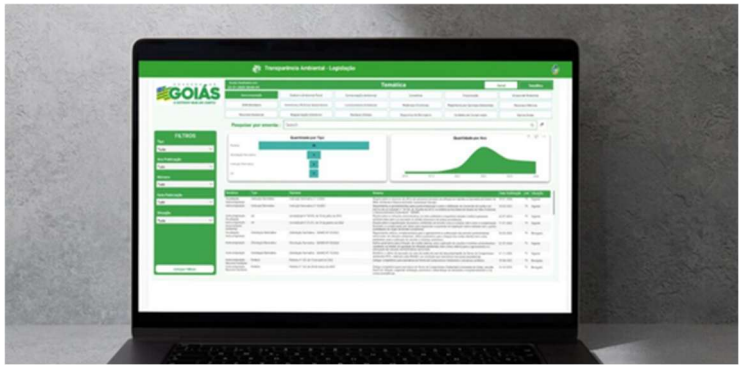
A primeira etapa do Atlas de Vegetação Remanescente de Goiás, promovido pela SEMAD, foi concluída em novembro de 2025, focando nas bacias dos rios Meia Ponte e dos Bois, apresentando um mapeamento detalhado da vegetação nativa e sua classificação por fitofisionomias (campo, savana, floresta), com o objetivo de subsidiar políticas públicas ambientais. Os resultados foram apresentados em um seminário aberto ao público, destacando a importância da validação em campo e o uso de drones para áreas inacessíveis, visando maior precisão para a conservação do Cerrado goiano.

Foi lançado um sistema que automatiza e qualifica o monitoramento de áreas degradadas em Goiás, representando um avanço significativo na gestão ambiental do Estado. Anteriormente, esse acompanhamento era realizado de forma manual e individualizada, por meio da comparação de imagens de satélite ao longo do tempo, um processo que demandava elevado esforço técnico e grande consumo de tempo. Com a nova solução, a análise passou a ser automatizada e integrada ao sistema Ipê, utilizando índices de vegetação consagrados pela comunidade científica, como o NDVI, o que permite identificar com maior precisão a cobertura vegetal existente em cada área monitorada.

Em 19 de março de 2025, entrou em operação o novo sistema de outorga de recursos hídricos, o Sistema Veredas, que foi inspirado no Sistema Ipê (Licenciamento Ambiental). Dentre os resultados almejados, espera-se maior integração entre as áreas da secretaria, refletindo em maior produtividade e menor tempo de análise das solicitações de outorgas de recursos hídricos.

A Semad desenvolveu um sistema estadual para o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Goiás, o SIGCAR. O CAR Estadual garantirá a agilidade e intensificação nas análises e validações dos cadastros, centralização de procedimentos, operacionalidade fluída do sistema e a autonomia para manutenções e correções de erros. Dessa forma, Goiás conseguirá aprimorar a fiscalização e a gestão do uso da terra, contribuindo para a preservação ambiental e para o desenvolvimento sustentável no estado.





Também foi desenvolvida plataforma que reúne toda a legislação técnica da Semad e dos conselhos estaduais de Recursos Hídricos (CERHi) e de Meio Ambiente (CEMAm). Além de prover um banco de dados completo, com mecanismos de busca avançados e panoramas temáticos sobre fiscalização, unidades de conservação, ICMS Ecológico, mudanças climáticas e outros eixos estratégicos, a ferramenta não apenas facilitou o trabalho de técnicos, gestores e empreendedores, como também promoveu maior segurança jurídica e previsibilidade regulatória.

A regulamentação do uso da água na bacia do São Marcos avançou significativamente em 2025, com a entrega de outorgas a produtores rurais. A entrega dessas outorgas representa progresso na resolução de uma negociação que já dura aproximadamente dez anos, entre o poder público (Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal e governo federal) com os setores envolvidos.

Cobrança pelo uso da água

A Semad iniciou a cobrança pelo uso da água em novembro de 2025, focada em grandes usuários com outorga (indústrias, abastecimento público, irrigação, etc.), como parte da implementação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, conforme previsto na Lei Estadual nº 13.123/1997 e regulamentado pelos Decretos nº 10.280/2023 e 10.894/2025.

A Semad adquiriu 180 novos pluviômetros automáticos, que serão instalados em todos os municípios do Estado. Com esse reforço, o governo vai garantir em 100% de cobertura do território goiano. Com atualização a cada 10 minutos, Goiás se torna referência nacional em monitoramento climático, fortalecendo a operação Goiás Alerta e Solidário 2025/26 - uma ação integrada entre a SEMAD, Corpo de Bombeiros e demais órgãos parceiros, que visa proteger vidas e reduzir os impactos dos temporais.

A Semad lançou o Painel do Enquadramento, uma ferramenta inovadora disponível no dentro do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos de Goiás (SIRHGO), que permite consultar, de forma rápida e acessível, a localização e as classes de enquadramento dos corpos d'água em todo o estado. Por meio do painel, é possível identificar o enquadramento de qualquer corpo hídrico a partir da inserção de coordenadas geográficas, visualizar a extensão e a quantidade de trechos por classe, além de sobrepor camadas temáticas e aplicar filtros que viabilizam análises mais detalhadas.

Foi concluído o processo de seleção de organização da sociedade civil (OSC) que vai atuar como gestora de três fundos da pasta: Fundo de Compensação Ambiental (FCA), Fundo de Conversão de Multas (FCM) e Fundo de Recursos Hídricos (FRH). A instituição vencedora foi a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Agevap).

A Semad realizou o 1º Congresso de Gestão Ambiental Municipal, em Goiânia. O objetivo do evento é alinhar as políticas ambientais desenvolvidas pela secretaria junto com os municípios. Entre os assuntos tratados, foram abordados temas como: diretrizes gerais sobre fiscalização e licenciamento ambiental, gestão de recursos hídricos, mudanças climáticas no âmbito local, entre outros.

A Semad, em parceria com a Secretaria de Saúde de Goiás, desenvolveu o Projeto Saúde e Natureza, uma iniciativa que une práticas de bem-estar e contato com a natureza, reconhecendo que ela é essencial para a saúde física, mental e emocional do indivíduo. O projeto vai medir, por intermédio de uma pesquisa científica, os impactos que o contato com o meio ambiente pode ter na saúde da população, reduzindo transtorno e doença como ansiedade, depressão, diabetes e pressão alta. As atividades serão realizadas em unidades de conservação de proteção integral, guiadas por educadores ambientais e profissionais de saúde capacitados.

Foram entregues mais de 500 kits compostos por computadores, headsets e webcams para 197 municípios por meio do Programa Estadual de Apoio a Gestão Ambiental Municipal.

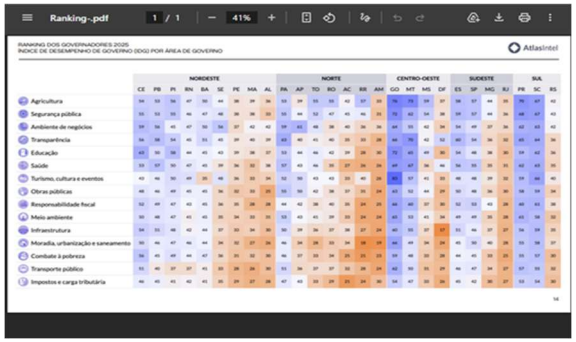
6.2 PREMIAÇÕES / DESTAQUE NESSE EXERCÍCIO

Goiás é o estado que mais reduziu o desmatamento em 2024, com queda de 71,9%, na comparação com o ano anterior. A área desmatada em Goiás é a menor da história, de acordo com o levantamento produzido pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe). O estudo é referente ao período entre 1 de agosto de 2024 a 31 de julho de 2025.

Programas PSA e Juntos Pelo Araguaia são premiados em Londres e Nova Délhi. No dia 17 de novembro, em Londres, o programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) foi laureado com o Green Apple Award no setor Local Authorities (autoridades locais). E, no dia 20 de novembro, em Nova Délhi, o Juntos pelo Araguaia foi premiado no GEEF Global Sustainability Award 2025, na categoria “Iniciativa do ano em restauração ecológica global”.

Goiás se tornou o primeiro estado da história do Brasil a zerar a fila do licenciamento ambiental. O feito inédito alcançado é fruto de uma gestão orientada por resultados, apoiada em tecnologia e na realização de uma força-tarefa qualificada entre os servidores. Segundo o IBGE, Goiás é o 3º estado que mais cresceu no setor de turismo em dezembro de 2024. O estado registrou um crescimento de 15,5% no volume de atividades turísticas em comparação com dezembro de 2023.

A Semad participou ativamente da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, destacando o papel estratégico do Estado nas agendas de clima, biodiversidade, energia limpa e desenvolvimento sustentável.



Goiás obteve a melhor avaliação do país na área de meio ambiente, de acordo com pesquisa divulgada pelo instituto Atlas/Intel, que analisou a popularidade e o desempenho dos 27 governadores brasileiros. O estado alcançou índice 65, em uma escala de zero a 100, liderando o ranking nacional.

Goiás participou do I Simpósio Internacional de Fiscalização Ambiental em setembro de 2025, juntamente com aproximadamente 150 representantes de órgãos ambientais federais e estaduais, polícias, especialistas e delegações de países latino-americanos. O encontro foi promovido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), com o apoio da Embaixada da Noruega no Brasil, por meio do programa LEAP. Na oportunidade a Semad de Goiás foi convidada a apresentar suas boas práticas em painel referente ao impacto da governança colaborativa na efetividade das ações fiscalizatórias.

O Estado de Goiás foi condecorado em 2025 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em Brasília com a 1ª colocação no Prêmio BRASIL MAIS na categoria GERAL/INSTITUIÇÕES ESTADUAIS pelo trabalho “ Aplicação dos dados do Programa Brasil MAIS no Desenvolvimento de Metodologias de Combate aos Crimes Ambientais no Estado de Goiás”, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Semad e seu impacto positivo para a sociedade nas ações de combate ao desmatamento ilegal de vegetação nativa.

A Semad obteve reconhecimento de destaque em diferentes premiações do Programa de Compliance Público (PCP), promovido pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás, evidenciando o fortalecimento da gestão baseada em ética, transparência e governança. No Eixo Transparência, a SEMAD recebeu o Selo Destaque em Transparência Pública, em reconhecimento à proatividade na implementação de melhorias e soluções inovadoras voltadas ao acesso à informação e à transparência ativa. A pasta também foi contemplada com selo no Prêmio Ética e Responsabilidade, que valoriza a internalização de princípios éticos, integridade institucional e responsabilização.

Além disso, a Semad foi premiada no Prêmio de Ouvidoria Pública, pelo desempenho na gestão das manifestações dos cidadãos, e no Prêmio de Governança do PCP, que reconhece o avanço no planejamento estratégico, na gestão de riscos e na conformidade com boas práticas da administração pública.

6.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL – PEI

A Secretaria desenvolve o PEI rotineiramente.

6.4 OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO UTILIZADOS

Balanced Scorecard (BSC), Matriz SWOT (forças e fraquezas, oportunidades e ameaças), Ciclo PDCA (Planejar, FAzer, Monitorar, Avaliar/Agir).

6.5 PRINCIPAIS INDICADORES

Os indicadores de gestão/desempenho aplicáveis à gestão ambiental em sua maioria estão desatualizados ou não são compatíveis com as ações do órgão. Para medir e acompanhar os resultados dessa Pasta, estamos elaborando indicadores internos do órgão.

7. PROGRAMAS DO GOVERNO

PROGRAMA: 1011 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS

INICIATIVA: 10230 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM QUALIDADE AMBIENTAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEMA

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18096 - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO SUSTENTÁVEL IMPLEMENTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)	30,0	42,7	20.000,00	2.262.621,98	0,00	2568 - EDITAIS DE FINANCIAMENTO PARA CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS AMBIENTAIS (R$ 0,00)

Observação: O saldo apresentado na coluna "Liquidações Monitoradas" corresponde ao somatório das liquidações realizadas no exercício orçamentário de referência do relatório, independentemente do ano de empenho da despesa, incluindo aquelas oriundas de exercícios anteriores inscritas como restos a pagar não processados. O montante referente exclusivamente às liquidações do exercício do próprio relatório está destacado, entre parênteses, na coluna "Ações Orçamentárias".

RESULTADO DAS ENTREGAS / AÇÕES

O Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Nordeste Goiano teve grandes avanços em 2025, superando a fase inicial de diagnósticos e avançando para um estágio de planejamento integrado e preparação para a execução de ações estruturantes. No âmbito do Masterplan, foram concluídos levantamentos e análises aprofundadas sobre políticas, programas e projetos existentes no território, estabelecendo uma base sólida para a formulação de uma proposta integrada de desenvolvimento sustentável da região. Na área ambiental, destacaram-se os avanços no planejamento e na proteção das unidades de conservação, com a validação de estudos técnicos para a ampliação do Parque Estadual Águas do Paraíso e a aprovação do plano de trabalho para a revisão do Plano de Manejo da APA de Pouso Alto, incluindo o debate qualificado sobre mineração responsável no território. As frentes voltadas ao desenvolvimento regional, ao turismo e à sociobiodiversidade entraram em fase efetiva de planejamento e execução de campo, com identificação de potenciais naturais, culturais e produtivos, revisão de diagnósticos socioterritoriais e início de oficinas participativas para a construção de roteiros da sociobiodiversidade. O programa também avançou na estruturação do empreendedorismo local, definindo metodologias para qualificação de empreendimentos em setores estratégicos, e na transformação urbanística, com a formação de grupos intersetoriais nos municípios envolvidos, assegurando participação social na definição das intervenções.

ENTREGAS

18097 - LOTES DO PROJETO JUNTOS PELO ARAGUAIA IMPLEMENTADO / HECTARE (01/01/2024 - 31/05/2025)	100,0	0,0	20.000,00	0,00	0,00	
Resultado das Entregas / Ações Entrega não executada em 2025.						
20587 - PROJETO JUNTOS PELO ARAGUAIA IMPLEMENTADO / HECTARE (01/06/2025 - 31/12/2027)	50,0	0,0	0,00	0,00	0,00	

RESULTADO DAS ENTREGAS / AÇÕES

Em 2025, o Programa Juntos pelo Araguaia consolidou a execução das ações de restauração ambiental, governança e educação ambiental nos lotes em andamento, com avanços significativos nos índices de manutenção, monitoramento e implantação das áreas atendidas. O programa ampliou o número de propriedades contempladas, a área restaurada e o alcance social das atividades, promovendo oficinas, conferências, palestras e eventos de educação ambiental que envolveram comunidades rurais, escolas e instituições locais. Também foram realizados os lançamentos de novos lotes e estruturadas frentes de implantação em diferentes municípios, evidenciando a expansão territorial e o fortalecimento do programa ao longo da bacia do Araguaia. O lançamento dos lotes 5 e 6 ocorreu esse ano, nos municípios de Iporá, Diorama e Montes Claros de Goiás. Os novos lotes estão em fase de implantação, com finalização prevista para o ano de 2028. Desde a sua criação, o projeto contabiliza um total de 550 hectares já recuperados. O Programa Juntos pelo Araguaia foi premiado no dia 20 de novembro, em Nova Délhi (Índia), durante o Global Sustainable Development Summit & Awards, na categoria “Iniciativa do Ano em Restauração Ecológica Global”. O evento foi promovido pelo Global Energy and Environment Foundation (GEEF), organização dedicada ao fomento de soluções sustentáveis e à cooperação internacional.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA

RESULTADO DA INICIATIVA

A articulação entre o projeto Juntos pelo Araguaia e o Projeto de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Nordeste Goiano é uma estratégia que visa o desenvolvimento sustentável com qualidade ambiental, uma vez que ambos compartilham o objetivo de aliar conservação ambiental ao desenvolvimento socioeconômico. O Juntos pelo Araguaia, ao recuperar áreas degradadas e preservar nascentes e matas ciliares, contribui diretamente para a segurança hídrica, a resiliência climática e a sustentabilidade das atividades produtivas locais, criando bases sólidas para um crescimento equilibrado. Já o projeto de desenvolvimento sustentável do nordeste goiano amplia esses impactos ao incorporar ações voltadas para a inclusão social, a educação, a saúde e a geração de renda. Quando integrados, esses projetos reforçam um modelo de desenvolvimento que valoriza os recursos naturais e as comunidades locais, criando condições estruturais para a melhoria contínua da qualidade de vida e, consequentemente, para o aumento do IDH na região.

INICIATIVA: 10122 - FORTALECER A RESILIÊNCIA DE GOIÁS AOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEMA

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18098 - CONFORMIDADE CLIMÁTICA ESTADUAL E MERCADO DE CARBONO JURISDICIONAL IMPLANTADOS / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/05/2025)	2,0	3,2	20.000,00	0,00	87.067,19	
Resultado das Entregas / Ações Em decorrência da revisão do PPA, realizada em junho de 2025, considera-se que esta entrega atingiu 100% de eficácia física, para fins de monitoramento. Solicitamos a descontinuidade desse produto em razão de sua abrangência excessiva, uma vez que contemplava, dentro da mesma meta, o acompanhamento simultâneo da conformidade climática estadual e da implantação do mercado de carbono jurisdicional, que correspondem a projetos distintos, embora relacionados à mesma temática. Considerando a necessidade de maior clareza no monitoramento e de alinhamento às prioridades institucionais, optou-se por concentrar os esforços exclusivamente na implantação do mercado de carbono jurisdicional, por se tratar de um foco estratégico da Secretaria.						
18099 - PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/05/2025)	20,0	23,5	20.000,00	0,00	3.638.185,26	
Resultado das Entregas / Ações Em decorrência da revisão do PPA, realizada em junho de 2025, considera-se que esta entrega atingiu 100% de eficácia física, para fins de monitoramento. Inicialmente, essa meta era monitorada com base no percentual de execução do projeto, o que não refletia de forma objetiva a entrega realizada. Optou-se, portanto, pela alteração da unidade de medida para hectare, de modo a representar de maneira mais clara e mensurável a implantação do Pagamento por Serviços Ambientais, evidenciando diretamente a área contemplada e qualificando o acompanhamento dos resultados alcançados.						
18140 - POLÍTICA DO DESMATAMENTO EVITADO IMPLANTADA / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/05/2025)	20,0	0,0	20.000,00	20.000,00	0,00	2526 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DA POLÍTICA DO DESMATAMENTO EVITADO (R$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações Solicitamos a exclusão dessa entrega. No ano de 2024, o valor monitorado foi o mesmo valor do produto "18099 - PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS IMPLANTADO". Isso ocorreu pois no momento da elaboração do PPA, foram criados os dois produtos separadamente. Contudo, após a implementação de estratégias para atingir os resultados esperados, a Secretaria optou por unir as políticas e adotar ações de maneira que ambas caminhassem juntas.						
20588 - MERCADO DE CARBONO JURISDICIONAL IMPLANTADOS / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)	30,0	35,5	3.703.100,00	4.984.600,00	964.375,03	2524 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA VIABILIZAR A CONFORMIDADE CLIMÁTICA (R$ 989.942,22)

Resultado das Entregas / Ações O Sistema Estadual de REDD+ representa os fundamentos sobre os quais será instituído o Programa Jurisdicional de REDD+, abordagem de mercado capaz de registrar créditos de carbono de REDD+ em escala jurisdicional com integridade, transparência e participação social. Foi elaborada a minuta de projeto de lei que institui o Sistema Estadual de REDD+ visando apoiar a transição para uma economia de baixas emissões no Estado. Além das diretrizes, princípios e objetivos, o ato normativo dispõe de instrumentos que contribuem para a implementação do REDD+ em diferentes abordagens e escalas, como sistemas de Monitoramento, Reporte e Verificação, Salvaguardas de REDD+ e Contabilidade Estadual. Nesse ano, o Estado de Goiás tornou-se elegível perante à Comissão Nacional de REDD+ para captar pagamentos por resultados de REDD+ alocados entre União e estados . O processo de elegibilidade averigua a presença de iniciativas públicas e estrutura de governança que contribuam para a redução das emissões provenientes do desmatamento e degradação florestal e o cumprimento das Salvaguardas de REDD+, inclusive de participação social e transparência. Foi realizada a Capacitação para Estruturação do Programa Jurisdicional de REDD+ para servidores públicos do governo estadual e partes interessadas, em particular os membros da Câmara Técnica de Mitigação do Fórum Goiano de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. O evento aconteceu entre os dias 15 a 17 de dezembro, contou com 79 participantes e atividades expositivas e avaliativas acerca do contexto normativo e dos aspectos técnicos e operacionais de REDD+ e da geração de créditos de carbono de REDD+ jurisdicionais junto do Padrão TREES. A meta do produto foi atingida, contudo, a dotação orçamentária não foi integralmente liquidada, em virtude de atrasos na execução do cronograma por parte da empresa contratada para a prestação de consultoria técnica, o que impactou diretamente a realização dos pagamentos previstos no período.						
20589 - PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS	500,0	15.917,6	14.000.000,00	10.234.375,62	4.627.994,33	2525 - ELABORAÇÃO DE
IMPLANTADO / HECTARE (01/06/2025 - 31/12/2027)						ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DOS PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS (R$ 8.266.179,59)
Resultado das Entregas / Ações O edital do PSA do Governo de Goiás, foi publicado na edição do dia 13 de dezembro de 2024 do Diário Oficial (suplemento) do Estado de Goiás. A primeira fase ocorreu nos municípios de Niquelândia, Minaçu, São João d'Aliança, Cavalcante, Monte Alegre, Alvorada do Norte, Damianópolis, Mambaí e São Domingos e o período de inscrição foi de 2 de janeiro a 13 de abril de 2025, sendo as regras definidas no edital. Foram analisadas 571 solicitações para participação do programa. Das 571, a secretaria deferiu 427, cobrindo uma área de 15.917,57 hectares preservados. O pagamento dos proprietários contemplados ocorreu durante a cerimônia de abertura oficial da programação do Governo de Goiás para a Semana do Meio Ambiente. A SEMAD lançou no dia 19 de novembro de 2025 um novo edital do programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com foco nas comunidades tradicionais do estado. O edital foi publicado no Diário Oficial do Estado e as inscrições para esse ciclo começaram no dia 20 de novembro e vão até 20 de fevereiro de 2026. Estão aptas a participar todas as associações que sejam representantes legítimas de comunidades tradicionais existentes em Goiás. Serão aceitas nesse novo edital do PSA as comunidades que tiverem preservado vegetação nativa nos últimos 36 meses, em território delimitado pelo governo federal. As que tiverem a inscrição aceita vão elaborar ideias de empreendimentos na área de sociobiodiversidade (um conceito voltado à geração de renda em harmonia com a natureza, usando matérias-primas existentes no Cerrado) e submeter essas ideias a uma comissão avaliadora, formada por representantes da própria comunidade. A meta estabelecida para esse produto foi alcançada e superada de forma exponencial, uma vez que a adesão ao programa ocorreu de forma voluntária, o que impossibilitava a estimativa prévia da área que os proprietários rurais destinariam efetivamente à preservação. A área de hectares protegidos superou as projeções iniciais, evidenciando o êxito da política pública. Ainda assim, a dotação orçamentária não foi totalmente liquidada em razão da complexidade do segundo edital do programa, cujas inscrições serão concluídas em 2026, para posterior análise e, somente então, realização dos pagamentos.						

Observação: O saldo apresentado na coluna "Liquidações Monitoradas" corresponde ao somatório das liquidações realizadas no exercício orçamentário de referência do relatório, independentemente do ano de empenho da despesa, incluindo aquelas oriundas de exercícios anteriores inscritas como restos a pagar não processados. O montante referente exclusivamente às liquidações do exercício do próprio relatório está destacado, entre parênteses, na coluna "Ações Orçamentárias".

DESCRIÇÃO ANALÍTICA

RESULTADO DA INICIATIVA

A estruturação do Sistema Estadual de REDD+ e o avanço rumo à implantação de um mercado de carbono jurisdicional posicionam Goiás de forma estratégica no cenário nacional e internacional, ao criar bases sólidas de governança, transparência e participação social para a geração de créditos

de carbono com integridade ambiental. Esse avanço amplia a capacidade do Estado de captar recursos financeiros por resultados comprovados na redução do desmatamento e da degradação florestal, permitindo que esses recursos sejam reinvestidos em políticas ambientais, no fortalecimento das comunidades locais e na proteção dos ecossistemas, beneficiando toda a população ao contribuir para a mitigação das mudanças climáticas e a preservação dos serviços ambientais essenciais, como a regulação do clima e dos recursos hídricos. De forma complementar, a implementação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais promove melhorias concretas ao reconhecer e valorizar economicamente aqueles que contribuem para a conservação do meio ambiente. Ao remunerar proprietários rurais e comunidades tradicionais pela proteção da vegetação nativa, o programa incentiva práticas sustentáveis, fortalece a permanência das populações em seus territórios e estimula atividades produtivas alinhadas à sociobiodiversidade do Cerrado. Para a sociedade, os impactos se traduzem na ampliação das áreas conservadas, na redução da pressão sobre os recursos naturais, na geração de renda associada à conservação e no fortalecimento da justiça ambiental, ao incluir comunidades historicamente vulnerabilizadas nas políticas de enfrentamento às mudanças climáticas. Em conjunto, essas entregas qualificam a atuação do Estado, promovem benefícios ambientais, sociais e econômicos de longo prazo e contribuem para tornar Goiás mais resiliente, preparado e comprometido com um futuro sustentável.

INICIATIVA: 10127 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE ORÇOMANTÁRIA: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA / 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18083 - AÇÕES DE SEGURANÇA HÍDRICA REALIZADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)	1,0	7,0	1.629.367,21	20.000,00	0,00	2336 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA HÍDRICA (R$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações Foram realizadas ações de segurança hídrica nos meses de junho a setembro, por meio de campanhas orientativas em bacias críticas (Meia Ponte, Piancó e Arrozal). Em outubro, novembro e dezembro foram realizadas ações para ampliação da rede de resposta rápida a chuvas, instrumentação da sala de situação a eventos hidrológicos críticos. A meta foi atingida e superada, contudo, a dotação orçamentária autorizada não foi utilizada, pois foi possível desenvolveras ações com o esforço interno do corpo técnico da SEMAD.						
18084 - PLANOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO	1,0	0,0	1.040.000,00	0,00	0,00	

ELABORADOS / NUMERO (01/01/2024 - 31/05/2025)						
Resultado das Entregas / Ações Entrega não executada em 2025.						
18085 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS / UNIDADE (01/01/2024 - 31/12/2027)	1,0	1,0	1.010.000,00	12.258.775,00	7.475.703,95	2334 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS (R$ 7.179.672,59)
18088 - FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS REALIZADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		885,0		0,00		
18089 - AÇÕES PARA REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS IMPLEMENTADAS / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0		0,00		
18090 - SOLICITAÇÃO DE OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS ANALISADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		4.120,0		0,00		
18091 - COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE RIOS ESTADUAIS INSTALADO E GERIDO / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		5,0		0,00		
18092 - DECLARAÇÕES DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS ANALISADAS / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		21.487,0		0,00		
18094 - QUALIDADE DA ÁGUA MONITORADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		719,0		0,00		
18095 - ESTAÇÕES HIDROMETEROLÓGICAS MONITORADAS / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		280,0		0,00		

RESULTADO DAS ENTREGAS / AÇÕES

A fiscalização contínua do uso dos recursos hídricos permite coibir irregularidades e assegurar que captações, lançamentos e demais intervenções ocorram dentro dos limites autorizados, preservando a disponibilidade e evitando conflitos entre usuários de recursos hídricos. Paralelamente, o monitoramento sistemático da qualidade da água oferece informações essenciais para identificar fontes de poluição, orientar ações de controle e garantir que os corpos hídricos atendam aos padrões necessários para abastecimento, produção agrícola, conservação da biodiversidade e demais usos múltiplos. A análise das solicitações de outorga e das declarações de uso, que receberam a nomenclatura de registro de uso insignificante, promove maior transparência e organização no processo de gestão, possibilitando uma distribuição equilibrada da água e assegurando que cada usuário atue de acordo com a legislação e a capacidade dos mananciais. Essas atividades também ampliam a base de dados sobre usos existentes, contribuindo para decisões mais assertivas no planejamento hídrico. Ao mesmo tempo, a implementação de ações de revitalização de bacias hidrográficas fortalece a resiliência dos ecossistemas, melhora a infiltração e a recarga de aquíferos, reduz a erosão e promove benefícios diretos

às comunidades locais, aumentando a qualidade e a quantidade de água disponível. A SEMAD conseguiu ampliar a rede de monitoramento de chuvas intensas com a aquisição de 180 pluviômetros automáticos, que se somarão aos outros 100 já em funcionamento no território goiano. Com a compra, o governo vai garantir que haja pelo menos um equipamento em cada um dos 246 dos municípios.

18086 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS AQUÍFEROS SUBTERRÂNEOS DO ESTADO DE GOIÁS / UNIDADE (01/01/2024 - 31/05/2025)	1,0	0,0	20.000,00	0,00	0,00	
Resultado das Entregas / Ações Entrega não executada em 2025. Em razão do elevado volume de entregas realizado no exercício anterior, optou-se por zerar a meta neste período, direcionando os esforços para o desenvolvimento de outros projetos estratégicos da Secretaria.						
18087 - PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS ATUALIZADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/05/2025)	0,0	5,0	0,00	0,00	0,00	
Resultado das Entregas / Ações Anteriormente, essa meta era classificada como não acumulativa. Contudo, considerando que as ações relacionadas à elaboração do Plano de Recursos Hídricos se desenvolvem de forma contínua e progressiva, optou-se por alterar a meta para acumulativa, de modo a permitir melhor visualização e acompanhamento do avanço das etapas executadas ao longo do período.						
20584 - PLANOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO ELABORADOS / NUMERO (01/06/2025 - 31/12/2027)	0,0	0,0	0,00	20.000,00	0,00	3288 - ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO (R$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações Realização física não prevista para 2025. Optou-se por zerar a meta no período em razão de decisões estratégicas da pasta.						
20585 - CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS AQUÍFEROS SUBTERRÂNEOS DO ESTADO DE GOIÁS / UNIDADE (01/06/2025 - 31/12/2027)	0,0	0,0	0,00	20.000,00	0,00	2527 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DE AQUÍFEROS SUBTERRÂNEOS (R$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações Realização física não prevista para 2025. Optou-se por zerar a meta no período em razão de decisões estratégicas da pasta.						
20586 - PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS ATUALIZADO / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)	20,0	20,0	1.040.000,00	20.000,00	0,00	3159 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (R$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações A meta foi atingida, e o Plano de Recursos Hídricos encontra-se em fase de elaboração, em conformidade com o cronograma proposto. Não foi necessária a utilização da dotação orçamentária reservada, uma vez que o plano está sendo desenvolvido com o esforço do corpo técnico da Secretaria.						

Observação: O saldo apresentado na coluna “Liquidações Monitoradas” corresponde ao somatório das liquidações realizadas no exercício orçamentário de referência do relatório, independentemente do ano de empenho da despesa, incluindo aquelas oriundas de exercícios anteriores inscritas como restos a pagar não processados. O montante referente exclusivamente às liquidações do exercício do próprio relatório está destacado, entre parênteses, na coluna “Ações Orçamentárias”.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA

RESULTADO DA INICIATIVA

O fortalecimento das políticas de recursos hídricos é essencial para garantir a gestão sustentável e eficiente da água, um recurso cada vez mais escasso e vital para diversos setores, como agricultura, indústria e abastecimento urbano. A fiscalização dos recursos hídricos, assegura que os limites de captação sejam respeitados, protegendo os ecossistemas e garantindo a disponibilidade de água para as gerações futuras. A qualidade da água monitorada é fundamental para prevenir a poluição e garantir a saúde pública, além de permitir que a gestão das fontes hídricas seja feita de forma informada, com base em dados precisos. A análise de outorgas de uso de recursos hídricos, por sua vez, regula e distribui os direitos de uso, evitando conflitos e garantindo que as necessidades de todos os setores sejam atendidas sem prejudicar o meio ambiente. Os planos de bacias hidrográficas permitem uma abordagem integrada e territorializada, promovendo a cooperação entre os diversos usuários da água e garantindo a sustentabilidade das bacias. Já os enquadramentos das águas, com base em sua qualidade e potencial de uso, orientam as ações de preservação e recuperação dos corpos hídricos, assegurando que atendam aos padrões necessários para seu uso adequado. Dessa forma, a implementação dessas práticas fortalece a governança da água, promovendo o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, além de garantir a proteção e o uso responsável desse recurso.

INICIATIVA: 10128 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18100 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE / UNIDADE (01/01/2024 - 31/12/2027)	1,0	1,0	7.530.128,52	1.700.000,00	930.430,52	2335 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE (R$ 895.930,52)
18101 - AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ILEGAIS REALIZADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		634,0		0,00		
18102 - AÇÃO DE MONITORAMENTO DE USO E COBERTURA DO SOLO REALIZADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		655,0		0,00		
18103 - SOLICITAÇÕES DE		1.527,0		0,00		

CONVERSÃO DE USO DO SOLO ANALISADAS / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)					
18104 - PROCESSO DE EMPREENDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MONITORADO / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		924,0		0,00	
18105 - PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ANALISADOS / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		5.905,0		0,00	
18106 - PROCESSOS QUE PASSARAM POR AUTOCOMPOSIÇÃO E LOGRARAM ÊXITO / NUMERO (01/01/2024 - 31/05/2025)		2.291,0		0,00	
18107 - INTEGRAÇÃO DOS CADASTROS TÉCNICOS FEDERAL E ESTADUAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORES E/OU UTILIZADORES DE RECURSOS NATURAIS IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0		0,00	
18108 - SALA DE SITUAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES AMBIENTAIS IMPLANTADA / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0		0,00	
18109 - DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL GERIDO / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		964,0		0,00	
18110 - SEGURANÇA DE BARRAGEM GERENCIADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		1.291,0		0,00	
18111 - DADOS E INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS DISPONIBILIZADAS / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		117,0		0,00	
18112 - QUALIDADE DO AR MONITORADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		25,0		0,00	
18113 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL QUITADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		18,0		0,00	

18114 - CAMPANHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA USUÁRIOS DE RECURSOS NATURAIS REALIZADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		55,0		0,00		
20795 - PROCESSOS COM AUTOCOMPOSIÇÃO REALIZADA / NUMERO (01/06/2025 - 31/12/2027)		3.077,0		0,00		
Resultado das Entregas / Ações A meta definida para gestão da iniciativa de fortalecimento da gestão e controle de políticas públicas do meio ambiente foi alcançada, devido a empenho da equipe técnica responsável. A dotação orçamentária autorizada não foi totalmente utilizada, pois as ações foram desenvolvidas por esforço interno do corpo técnico da SEMAD e por outras fontes de recurso privado.						
20864 - FINANCIAMENTO FEMA / UNIDADE (01/01/2025 - 31/12/2027)	25,0	0,0	5.000.000,00	0,00	0,00	
Resultado das Entregas / Ações Não foi possível alcançar a meta no período, em razão das dificuldades enfrentadas pela Secretaria na elaboração dos editais, aliadas à decisão de direcionar esforços para outras prioridades institucionais.						
20865 - PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO A GESTÃO	116,0	197,0	2.430.700,00	0,00	0,00	

Observação: O saldo apresentado na coluna “Liquidações Monitoradas” corresponde ao somatório das liquidações realizadas no exercício orçamentário de referência do relatório, independentemente do ano de empenho da despesa, incluindo aquelas oriundas de exercícios anteriores inscritas como restos a pagar não processados. O montante referente exclusivamente às liquidações do exercício do próprio relatório está destacado, entre parênteses, na coluna “Ações Orçamentárias”.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA

RESULTADO DA INICIATIVA

A gestão eficaz e o fortalecimento das políticas públicas de meio ambiente são fundamentais para garantir a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável, pois possibilitam a implementação de ações coordenadas para proteger ecossistemas e biodiversidade, promovendo o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. O controle rigoroso sobre a segurança de barragens gerenciadas é uma ferramenta para prevenção de desastres ambientais e visa garantir a integridade de comunidades e ecossistemas ao redor. Além disso, as ações de fiscalização de práticas ilegais, como desmatamento, poluição e caça ilegal, são utilizadas para combater atividades que comprometem o meio ambiente, assegurando que a legislação ambiental seja cumprida. O acompanhamento e a análise dos processos de licenciamento ambiental, incluindo o monitoramento no pós-licenciamento, garantem que os empreendimentos atendam às normas e medidas de mitigação ambiental, prevenindo impactos negativos a longo prazo. A resolução de conflitos por meio da autocomposição, quando os processos atingem resultados positivos, contribui para a construção de soluções mais rápidas e eficientes, fortalecendo a colaboração entre as partes envolvidas. Ademais, a emissão de documentos de origem florestal, assegura que os produtos florestais sejam provenientes de fontes legais e sustentáveis, combatendo a

exploração ilegal e promovendo práticas de manejo florestal responsáveis. Ao ampliar a capacidade técnica e operacional dos municípios, a ação fortalece a implementação das políticas ambientais, promove maior eficiência na prestação de serviços à população e prepara as administrações locais para enfrentar, de forma mais estruturada, os desafios ambientais dos próximos anos. Essas ações integradas reforçam a governança ambiental, mitigam os impactos ambientais e promovem um desenvolvimento mais sustentável.

INICIATIVA: 10052 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18264 - ESCOLA DE MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDA / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/05/2025)	5,0	5,0	0,00	0,00	0,00	
Resultado das Entregas / Ações Em decorrência da revisão do PPA, realizada em junho de 2025, considera-se que esta entrega atingiu 100% de eficácia física, para fins de monitoramento. O Produto foi descontinuado, pois a meta era não acumulativa. Devido à natureza da entrega, optou-se por alterar a meta para acumulativa, para melhor se adequar ao monitoramento futuro da obra.						
20617 - ESCOLA DE MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDA / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	
Resultado das Entregas / Ações Os projetos executivos estão sendo elaborados pela SIC, com previsão para serem entregues em 2026. Por esse motivo, não foi prevista realização física para 2025.						

Observação: O saldo apresentado na coluna “Liquidações Monitoradas” corresponde ao somatório das liquidações realizadas no exercício orçamentário de referência do relatório, independentemente do ano de empenho da despesa, incluindo aquelas oriundas de exercícios anteriores inscritas como restos a pagar não processados. O montante referente exclusivamente às liquidações do exercício do próprio relatório está destacado, entre parênteses, na coluna “Ações Orçamentárias”.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA

RESULTADO DA INICIATIVA

A construção da escola encontra-se em fase inicial, uma vez que os projetos executivos estão em elaboração. Essa entrega irá atender os servidores do órgão e também o público externo, possibilitando a capacitação contínua em áreas como gestão ambiental, sustentabilidade e legislação, além

de promover um aperfeiçoamento constante e alinhamento das práticas ambientais. Essa iniciativa fortalece as políticas públicas ambientais, criando uma atuação coordenada entre o governo estadual e os municípios, além de permitir soluções adaptadas às necessidades locais. Também será possível promover uma gestão participativa que envolva as comunidades locais, funcionando como um centro de educação ambiental e sensibilizando a população sobre a importância da preservação e da sustentabilidade.

INICIATIVA: 10125 - FORTALECIMENTO DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEMA

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18115 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO REALIZADA / NUMERO (01/01/2024 - 31/05/2025)	2,0	2,0	20.000,00	0,00	1.243.394,33	
Resultado das Entregas / Ações Em decorrência da revisão do PPA, realizada em junho de 2025, considera-se que esta entrega atingiu 100% de eficácia física, para fins de monitoramento. Inicialmente, essa meta era monitorada com base no número de unidades regularizadas. Contudo, optou-se pela alteração da unidade de medida para hectare, de modo a permitir uma visualização mais precisa e representativa da entrega, evidenciando de forma objetiva a extensão das áreas efetivamente regularizadas.						
18116 - CONCESSÃO DE PARQUES ESTADUAIS REALIZADAS / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)	1,0	0,0	20.000,00	20.000,00	0,00	3155 - CONCESSÃO DE PARQUES ESTADUAIS (R$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações A meta definida para concessão de parques estaduais não foi atingida. A SEMAD dedicou esforços técnicos e institucionais à elaboração do edital de concessão, divulgado em 4 de setembro de 2025, com o objetivo de selecionar empresa para usufruir do direito de exploração das atividades de uso público e visitação do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCAN) pelo prazo de 30 anos. Contudo, o certame não contou com a participação de interessados, resultando em licitação deserta.						
18117 - PLANO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ELABORADO / NUMERO (01/01/2024 - 31/05/2025)	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	
Resultado das Entregas / Ações Em decorrência da revisão do PPA, realizada em junho de 2025, considera-se que esta entrega atingiu 100% de eficácia física, para fins de monitoramento. Anteriormente, a meta desse produto era medida em número, sendo considerada a entrega de 1 plano. Contudo, optou-se pela alteração da unidade de medida para percentual, uma vez que a elaboração do Plano Estadual de Conservação da Biodiversidade corresponde a um projeto composto por diversas ações e etapas. A nova unidade de medida mostrou-se mais adequada para o monitoramento do andamento das atividades e do nível de execução das ações previstas.						

18118 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE / UNIDADE (01/01/2024 - 31/12/2027)	1,0	1,0	4.220.940,70	17.332.619,77	11.574.983,15	2333 - GESTÃO DA INICIATIVA DE FORTALECIMENTO DA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA BIODIVERSIDADE (R$ 11.011.043,98)
18120 - AÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REALIZADAS / NUMERO (01/01/2024 - 31/05/2025)		2,0		0,00		
18121 - EMPREENDIMENTO COM USO E MANEJO DE FAUNA FISCALIZADO / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		44,0		0,00		
18122 - AUTORIZAÇÕES PARA O USO E MANEJO DE FAUNA ANALISADAS / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		975,0		0,00		
18123 - CADASTROS AMBIENTAIS RURAIS ANALISADOS / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		692,0		0,00		
18124 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GERIDA / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		24,0		0,00		
20592 - AÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO REALIZADAS / NUMERO (01/06/2025 - 31/12/2027)		42,0		0,00		

Resultado das Entregas / Ações

A meta de gestão da iniciativa de fortalecimento da conservação dos recursos naturais e da biodiversidade foi atingida. A dotação orçamentária autorizada não foi totalmente liquidada, pois não foi possível realizar todas as licitações planejadas devido a demanda de trabalho elevada nas unidades de conservação, considerando as emergências ambientais que tiveram que ser atendidas. A alta concentração de esforços em campo prejudicou o andamento administrativo das unidades.

20590 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO REALIZADA / HECTARE (01/06/2025 - 31/12/2027)	1.000,0	2.590,0	20.000,00	1.000,00	1.343.347,74	3164 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (R$ 0,00)

Resultado das Entregas / Ações A meta para a regularização fundiária em unidades de conservação foi atingida e superada. Esse ano, a SEMAD alcançou feitos históricos nessa área, com destaque para a transferência da propriedade da Fazenda Terra Ronca, onde se localiza a entrada da Caverna Terra Ronca I — que dá nome ao parque —, incorporando definitivamente o imóvel ao Parque Estadual de Terra Ronca (Peter). A formalização foi confirmada pelo Cartório de Registro de Imóveis de São Domingos, encerrando uma etapa histórica no processo de regularização fundiária da unidade de conservação. A transferência é resultado da atuação conjunta da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) com a Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (PGE-GO), por meio da Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente (PPMA). As instituições firmaram um contrato extrajudicial de desapropriação amigável com os herdeiros da fazenda, o que viabilizou a tramitação judicial necessária (motivada pela PGE-GO) para a retificação dos registros e a expedição da ordem de incorporação do imóvel ao patrimônio estadual. Esse avanço soma-se à aquisição de outros dois imóveis no Parque Estadual de Terra Ronca: a Fazenda Vargem e Caraíbas, localizada no lugar denominado Poço – Gleba I-B, com 233,8108 hectares; e a Fazenda São João de Baixo, com 97,8929 hectares — esta última sendo o primeiro imóvel incorporado por meio de doação.						
20591 - PLANO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ELABORADO / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)	80,0	19,7	622.800,00	2.666.595,00	173.000,00	3287 - ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (R$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações O Plano Estadual de Conservação da Biodiversidade está sendo elaborado, por empresa contratada via licitação, com o objetivo de planejar as ações que promovam o aumento do conhecimento sobre o valor da biodiversidade e a mobilização de recursos financeiros, visando assegurar a conservação, a restauração, a proteção e o uso sustentável da biodiversidade no Estado de Goiás, a fim de garantir um ambiente equilibrado propício à vida em todas as suas formas, e o desenvolvimento sustentável, de forma descentralizada, integrada e participativa, articulada à Política Nacional de Meio Ambiente, nas suas diferentes esferas de atuação, à Política Nacional sobre Mudança do Clima, à Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e à Política Nacional de Educação Ambiental. A meta estabelecida para esse produto não foi atingida em razão da elevada complexidade técnica do estudo, que demandou sucessivas adequações e aprofundamentos por parte da empresa contratada, com intuito de atender às diretrizes técnicas e às especificidades apresentadas pela secretaria. Esse processo resultou em retrabalho e impactou o cronograma originalmente pactuado entre as partes, motivo também que ocasionou a baixa liquidação da dotação autorizada.						

Observação: O saldo apresentado na coluna “Liquidações Monitoradas” corresponde ao somatório das liquidações realizadas no exercício orçamentário de referência do relatório, independentemente do ano de empenho da despesa, incluindo aquelas oriundas de exercícios anteriores inscritas como restos a pagar não processados. O montante referente exclusivamente às liquidações do exercício do próprio relatório está destacado, entre parênteses, na coluna “Ações Orçamentárias”.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA

RESULTADO DA INICIATIVA

A gestão eficaz das unidades de conservação desempenha um papel essencial na proteção ambiental e na sustentabilidade dos ecossistemas. A emissão de autorizações para o uso e manejo da fauna, contribui para o equilíbrio entre a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais. As análises de cadastros ambientais rurais ajudam a monitorar o uso do solo e identificar áreas de risco ou de potencial para atividades agrícolas e florestais, assegurando que estejam em conformidade com as normas ambientais e as exigências de preservação. Ao ampliar a área sob domínio público por meio da regularização fundiária, é assegurada a proteção de cavernas, sítios rupestres e ecossistemas associados, o Estado reforça a preservação ambiental, fomenta o turismo sustentável e garante que esses bens naturais e culturais permaneçam acessíveis às futuras gerações. Já as ações de combate a incêndios realizadas nessas unidades são indispensáveis para a proteção da biodiversidade, evitando danos irreparáveis aos habitats naturais. Juntas, essas práticas fortalecem a gestão de unidades de conservação, promovendo não apenas a preservação

ambiental, mas também a conscientização e o envolvimento das comunidades locais, criando uma rede de proteção sustentável que contribui para o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação.

INICIATIVA: 10016 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEMA / 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL´

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18048 - GESTÃO DA INICIATIVA DE APRIMORAMENTO DA	1,0	1,0	7.748.930,70	22.315.371,52	14.475.137,53	2569 - IMPLEMENTAÇÃO

						DO PROGRAMA
18038 - SISTEMA DE COBRANÇAS PELO USO DA ÁGUA IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0		0,00		
18039 - SISTEMA DE OUTORGA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E LANÇAMENTO DE EFLUENTES IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		4,0		0,00		
18049 - SISTEMA ESTADUAL DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL IMPLANTADO / PORCENTAGEM (01/01/2024 - 31/12/2027)		29,9		0,00		
18060 - SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (IPÊ) IMPLANTADO E ATUALIZADO (UPDATED) / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		68,0		0,00		
18061 - SISTEMA DE GESTÃO DE FAUNA SILVESTRE NA CONDIÇÃO EX SITU (SIGEX) IMPLANTADO E ATUALIZADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0		0,00		
18062 - SISTEMA DE GESTÃO DE METAS IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0		0,00		
18063 - PLATAFORMA DE NEGÓCIOS PARA O DESMATAMENTO EVITADO IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/05/2025)		0,0		0,00		
18064 - SISTEMA DE CADASTRO TÉCNICO ESTADUAL DE ATIVIDADES E		0,0		0,00		

INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)						
18065 - CADASTRO DE ÁREAS CONTAMINADAS IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/05/2025)		28,8		0,00		
18066 - SISTEMA DO ICMS ECOLÓGICO IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0		0,00		
18067 - SISTEMA DE GESTÃO DO CREDENCIAMENTO AMBIENTAL IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		25,0		0,00		
18068 - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0		0,00		
18069 - SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/05/2025)		0,0		0,00		
18070 - SISTEMA DE GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		11,5		0,00		
18071 - APLICAÇÃO WEB DE MONITORAMENTO DE FOCOS DE CALOR IMPLANTADA E ATUALIZADA (UPDATED) / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/05/2025)		0,0		0,00		
18072 - SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS IMPLANTADO E ATUALIZADO (UPDATED) / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0		0,00		
18073 - SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL INTEGRADO AO IPÊ IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)		0,0		0,00		

20209 - SISTEMA DA SOCIOBIODIVERSIDADE DE GOIÁS IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)		0,0		0,00	
20581 - MONITOR DE QUEIMADAS IMPLANTADO E ATUALIZADO / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)		0,0		0,00	
20803 - CADASTRO DE ÁREAS CONTAMINADAS IMPLANTADO E ATUALIZADO / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)		50,0		0,00	
20804 - SISTEMA DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS IMPLANTADO / PERCENTUAL (01/06/2025 - 31/12/2027)		81,3		0,00	

Resultado das Entregas / Ações

A meta de aprimoramento da gestão dos recursos naturais foi elaborada com o propósito de implantar e atualizar sistemas de tecnologia na gestão ambiental, visando a modernização e melhoria dos fluxos de processos da secretaria. A meta foi atingida e a secretaria conseguiu desenvolver e entregar os seguintes sistemas: 18049 – Sistema Estadual do Cadastro Ambiental Rural, 18039 – Sistema de Outorga de Utilização dos Recursos Hídricos (Sistema Veredas), 20804 – Sistema de Pagamento por Serviços Ambientais, 18035 – Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR Online) e também atualizações e novas matrizes de impacto no Sistema Ipê (18060 – Sistema de Licenciamento Ambiental (updated).

A SEMAD também lançou um sistema que automatiza e qualifica o monitoramento de áreas degradadas em Goiás, representando um avanço significativo na gestão ambiental do Estado. Anteriormente, esse acompanhamento era realizado de forma manual e individualizada, por meio da comparação de imagens de satélite ao longo do tempo, um processo que demandava elevado esforço técnico e grande consumo de tempo. Com a nova solução, a análise passou a ser automatizada e integrada ao sistema Ipê, utilizando índices de vegetação consagrados pela comunidade científica, como o NDVI, o que permite identificar com maior precisão a cobertura vegetal existente em cada área monitorada.

Além do desenvolvimento e da implantação de novas soluções tecnológicas, os sistemas já em operação passaram por revisões periódicas, voltadas à identificação e correção de inconsistências técnicas, bem como à implementação de melhorias contínuas. O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos de Goiás (SIRHGO), lançado em 2024, contou com o acréscimo de novos módulos e funções, como o Painel de Enquadramento. Essa nova ferramenta permite consultar, de forma rápida e acessível, a localização e as classes de enquadramento dos corpos d'água em todo o estado. O sistema de ICMS Ecológico também foi contemplado com um novo módulo, o Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM), que tem como objetivo a coleta e processamento de dados relacionados à gestão ambiental municipal e ações de sustentabilidade regional. A partir do ISM é feito um ranking dos municípios, com intuito de premiar os três municípios com maior pontuação de acordo com a sua classificação entre número de habitantes.

Não foi possível realizar a liquidação integral da dotação orçamentária autorizada em razão do encerramento do contrato com a empresa anteriormente responsável pelo desenvolvimento dos sistemas. A nova empresa contratada necessitou de um período maior para adaptação ao ambiente institucional e aos requisitos técnicos do órgão, especialmente considerando que os sistemas prioritários são soluções robustas, voltadas a áreas de elevada complexidade técnica. Nesse contexto, parte significativa dos esforços foi direcionada à identificação, correção e adequação de inconsistências técnicas, bem como à realização de ajustes contínuos necessários para garantir a estabilidade, a funcionalidade e a adequada experiência do usuário, o que implicou em maior prazo para a conclusão das entregas.

Observação: O saldo apresentado na coluna "Liquidações Monitoradas" corresponde ao somatório das liquidações realizadas no exercício orçamentário de referência do relatório, independentemente do ano de empenho da despesa, incluindo aquelas oriundas de exercícios anteriores inscritas como restos a pagar não processados. O montante referente exclusivamente às liquidações do exercício do próprio relatório está destacado, entre parênteses, na coluna "Ações Orçamentárias".

DESCRIÇÃO ANALÍTICA

RESULTADO DA INICIATIVA

A implantação de sistemas de tecnologia na gestão dos recursos naturais desempenha um papel fundamental na promoção de uma administração mais eficiente e transparente. O desenvolvimento do Sistema Goiano de Cadastro Ambiental Rural (SIGCAR) representa um avanço estratégico para a gestão ambiental e territorial do Estado, ao conferir maior autonomia, eficiência e precisão ao controle das informações ambientais dos imóveis rurais. O sistema federal que anteriormente era utilizado, não contemplava todas as especificidades e legislações do estado, dentre elas, as Áreas de Preservação Permanente (APP) de Murundus. Além disso, apresentava alguns erros que não podiam ser corrigidos pelas equipes estaduais. Com o SIGCAR, todas as análises do cadastro rural serão realizadas em um único sistema, eliminando a necessidade de processos separados. A plataforma também vai possibilitar maior autonomia na gestão do CAR no estado de Goiás, proporcionando integração com os outros sistemas da SEMAD e a criação de funcionalidades que contemplam a realidade do estado de Goiás. Um marco da gestão foi o lançamento do Sistema Veredas, o novo sistema de outorga de recursos hídricos. Desde 2019 a operação para solicitação de outorgas acontecia na plataforma WebOutorga, que embora tenha proporcionado avanços em comparação com sistema anterior (o SGA), não conseguiu suprir todas as necessidades da secretaria. Assim, o Sistema Veredas veio para corrigir a dificuldade que o WebOutorga tinha para dialogar com outros sistemas da secretaria. O cadastro, que antes era feito à parte, agora é o mesmo usado em outras plataformas da SEMAD. Há vantagens tanto para o usuário, que ganha tempo, quanto para outras áreas da SEMAD (como a de licenciamento) que precisam consultar informações dessa natureza. Além disso, o Veredas incorporou funcionalidades de análise automatizada em diversos quesitos técnicos, permitindo, por exemplo, a verificação prévia da disponibilidade hídrica antes mesmo do protocolo da solicitação de outorga. Essa inovação reduz a burocracia, agiliza a análise dos processos, qualifica a tomada de decisão e beneficia diretamente usuários, produtores rurais e setores produtivos, ao mesmo tempo em que fortalece o controle sobre a disponibilidade e o uso da água, recurso estratégico para o desenvolvimento sustentável do Estado. A implantação da plataforma online do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais permitiu a realização das análises das solicitações de forma mais ágil, padronizada e transparente. Além disso, a plataforma reduziu etapas manuais, minimizou inconsistências e ampliou a rastreabilidade das informações, proporcionando maior segurança técnica e administrativa na seleção dos participantes. O MTR Online foi criado com o objetivo de proporcionar maior controle e rastreabilidade sobre o manejo de resíduos, desde a sua geração até a destinação final, garantindo que as normas ambientais sejam cumpridas. Com os dados disponibilizados pelo MTR, é possível ter um inventário de todos os resíduos que são gerados e um controle melhor da destinação final ambientalmente adequada, sendo possível fiscalizar os geradores que estão dispondo inadequadamente seus resíduos. O sistema promove maior transparência na gestão de resíduos, incentiva práticas ambientalmente responsáveis e fortalece a confiança da população nas políticas públicas ambientais, resultando em um ambiente mais seguro, equilibrado e sustentável. Em conjunto, essas ações evidenciam o avanço da inovação tecnológica, tornando os processos mais integrados, eficientes e transparentes. O desenvolvimento de sistemas próprios e alinhados à realidade do órgão fortalece o controle ambiental, qualifica a atuação do poder público e gera benefícios diretos para a sociedade, ao promover a conservação dos recursos naturais, a segurança jurídica e o desenvolvimento sustentável do Estado.

INICIATIVA: 10084 - ESCOLA DE MEIO AMBIENTE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2101 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEMA

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18132 - GESTÃO DA INICIATIVA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)	1,0	1,0	0,00	890.000,00	195.884,97	2331 - GESTÃO DA ESCOLA DE MEIO AMBIENTE (R$ 195.884,97)
18133 - CAPACITAÇÕES/CURSOS REALIZADOS PARA O PÚBLICO EXTERNO / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		62,0		0,00		
18134 - CAPACITAÇÕES/CURSOS REALIZADOS PARA O PÚBLICO INTERNO / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		53,0		0,00		
18135 - PESSOAS CAPACITADAS / NUMERO (01/01/2024 - 31/12/2027)		8.350,0		0,00		

Resultado das Entregas / Ações
A gestão da iniciativa da escola de meio ambiente entregou 53 capacitações para o público interno e 62 capacitações para o público externo, capacitando um total de 8350 pessoas. Os principais temas abordados nas capacitações foram geoprocessamento, licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e outorga de recursos hídricos. A evolução da Escola de Meio Ambiente aconteceu de maneira exponencial. Ao comparar com o ano de 2024, o crescimento do número de capacitações foi de mais de 100%. A meta foi atingida, no entanto, não foi possível utilizar integralmente a dotação orçamentária autorizada, uma vez que o processo de formação do banco interno de professores, que serão remunerados por meio de gratificações, ainda está em andamento. As capacitações realizadas foram ministradas de forma voluntária pelos professores.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA

RESULTADO DA INICIATIVA

A capacitação de servidores é essencial para garantir um corpo técnico mais hábil e atualizado em relação as mudanças na legislação e práticas ambientais. O impacto dos cursos de capacitações realizados reflete diretamente na melhoria da qualidade dos serviços prestados, no aumento da

eficiência das ações de fiscalização, na redução do tempo de análise dos processos de licenciamento ambiental e no fortalecimento da imagem institucional. As capacitações voltadas para o público externo proporcionaram condições para que os órgãos ambientais municipais se atualizassem e promovessem um aperfeiçoamento constante em sua equipe, visando a equiparação entre a atuação do estado e dos municípios. A Escola de Meio Ambiente ampliou suas ações, capacitou milhares de pessoas e levou conhecimento para diferentes públicos em todo o estado, consolidando seu papel na formação para o desenvolvimento sustentável.

PROGRAMA: 1050 - SANEAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

INICIATIVA: 10126 - FORTALECIMENTO DA FORMULAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2153 - FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMA

ENTREGAS

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18125 - ECOPONTOS CONSTRUÍDOS / NUMERO (01/01/2024 - 31/05/2025)	5,0	0,0	20.000,00	0,00	0,00	
Resultado das Entregas / Ações Entrega não executada em 2025.						
18126 - UNIDADES REGIONAIS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS IMPLANTADAS / UNIDADE (01/01/2024 - 31/05/2025)	1,0	0,0	20.000,00	20.000,00	0,00	3244 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS PARA MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - URBANO (R$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações Dentro da iniciativa de fortalecimento da formulação e gestão da política de saneamento básico, algumas entregas foram passadas para a SEINFRA. O saneamento básico compreende um conjunto de serviços, infraestrutura e práticas que têm como objetivo promover a saúde pública, melhorar a qualidade de vida da população e proteger o meio ambiente. O saneamento básico abrange, em geral, as áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e gestão e manejo de resíduos sólidos. No âmbito de saneamento, a SEMAD ficou responsável apenas pela gestão de resíduos sólidos. Desse modo, foi solicitada a exclusão dessa entrega.						
18127 - MODELAGEM DE CONCESSÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REALIZADA /	20,0	20,0	20.000,00	120.000,00	22.394,40	3245 - MODELAGEM DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE

PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/12/2027)						TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - URBANO (R$ 22.394,40)
Resultado das Entregas / Ações O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), foi contratado para elaborar um modelo ambientalmente adequado para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos. O projeto da modelagem de concessão de resíduos sólidos urbanos para 3 Microrregiões de saneamento básico está em elaboração e tem previsão de ser apresentado no ano de 2026. O modelo desenvolvido para Goiás é considerado o maior do país. A meta foi atingida, contudo, a dotação orçamentária não foi integralmente liquidada em razão de atrasos no cronograma estabelecido pelo BNDES, decorrentes da elevada complexidade técnica do projeto, que exige estudos aprofundados e múltiplas etapas de validação.						
18128 - UNIDADES REGIONAIS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO IMPLANTADAS / UNIDADE (01/01/2024 - 31/05/2025)	1,0	0,0	20.000,00	10.000,00	0,00	3156 - MODELAGEM DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - RURAL (R$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações Dentro da iniciativa de fortalecimento da formulação e gestão da política de saneamento básico, algumas entregas foram passadas para a SEINFRA. O saneamento básico compreende um conjunto de serviços, infraestrutura e práticas que têm como objetivo promover a saúde pública, melhorar a qualidade de vida da população e proteger o meio ambiente. O saneamento básico abrange, em geral, as áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e gestão e manejo de resíduos sólidos. No âmbito de saneamento, a SEMAD ficou responsável apenas pela gestão de resíduos sólidos. Desse modo, foi solicitada a exclusão dessa entrega.						
18129 - SOLUÇÕES DE SANEAMENTO IMPLANTADAS / NUMERO (01/01/2024 - 31/05/2025)	1,0	0,0	20.000,00	0,00	0,00	
Resultado das Entregas / Ações Dentro da iniciativa de fortalecimento da formulação e gestão da política de saneamento básico, algumas entregas foram passadas para a SEINFRA. O saneamento básico compreende um conjunto de serviços, infraestrutura e práticas que têm como objetivo promover a saúde pública, melhorar a qualidade de vida da população e proteger o meio ambiente. O saneamento básico abrange, em geral, as áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e gestão e manejo de resíduos sólidos. No âmbito de saneamento, a SEMAD ficou responsável apenas pela gestão de resíduos sólidos. Desse modo, foi solicitada a exclusão dessa entrega.						

18130 - PLANO ESTADUAL E REGIONAIS DO SANEAMENTO BÁSICO ELABORADO / PERCENTUAL (01/01/2024 - 31/05/2025)	30,0	0,0	20.000,00	1.520.000,00	0,00	2570 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (R$ 164.045,00)
Resultado das Entregas / Ações Dentro da iniciativa de fortalecimento da formulação e gestão da política de saneamento básico, algumas entregas foram passadas para a SEINFRA. O saneamento básico compreende um conjunto de serviços, infraestrutura e práticas que têm como objetivo promover a saúde pública, melhorar a qualidade de vida da população e proteger o meio ambiente. O saneamento básico abrange, em geral, as áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e gestão e manejo de resíduos sólidos. No âmbito de saneamento, a SEMAD ficou responsável apenas pela gestão de resíduos sólidos. Desse modo, foi solicitada a exclusão dessa entrega.						
20593 - ECOPONTOS CONSTRUÍDOS / NUMERO (01/06/2025 - 31/12/2027)	2,0	0,0	20.000,00	1.010.000,00	0,00	3158 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA GERENCIAMENTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (R$ 0,00)
Resultado das Entregas / Ações A entrega tem por objetivo o fortalecimento das ações de coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição, visando a reinserção deste material passível de reaproveitamento, reuso e/ou reciclagem na cadeia produtiva, reduzindo gastos desnecessários com a disposição final em aterro sanitário e promovendo impacto positivo nas esferas ambientais, econômicas e sociais. Contudo, não foi possível atingir a meta para o ano de 2025, em razão de decisões estratégicas adotadas pelo órgão.						
20866 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / UNIDADE (01/01/2025 - 31/12/2027)	1,0	0,0	1.000.000,00	0,00	0,00	
Resultado das Entregas / Ações Solicitamos o acréscimo de serviços a serem vinculados ao produto de gestão, contudo, os serviços não foram cadastrados no SIPLAM, o que impossibilitou o monitoramento.						

Observação: O saldo apresentado na coluna “Liquidações Monitoradas” corresponde ao somatório das liquidações realizadas no exercício orçamentário de referência do relatório, independentemente do ano de empenho da despesa, incluindo aquelas oriundas de exercícios anteriores inscritas como restos a pagar não processados. O montante referente exclusivamente às liquidações do exercício do próprio relatório está destacado, entre parênteses, na coluna “Ações Orçamentárias”.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA

RESULTADO DA INICIATIVA

O fortalecimento da formulação e gestão da política de resíduos sólidos no Estado de Goiás é fundamental para promover avanços na sustentabilidade ambiental, na saúde pública e na qualidade de vida da população. Ao estruturar diretrizes mais eficazes e integradas, o estado consegue planejar e executar ações que incentivam a redução da geração de resíduos, o aumento da reciclagem e da compostagem, bem como a

destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. Além disso, a consolidação dessa política permite maior articulação entre os municípios e impulsiona a economia circular. A gestão eficiente dos resíduos sólidos também contribui para a preservação dos recursos naturais, o controle da poluição e o enfrentamento das mudanças climáticas, reforçando o compromisso do estado com o desenvolvimento sustentável.

8. ANÁLISES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E ORÇAMENTOS – UNIDADE 2153

ESTADO DE GOIÁS — SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE — FEMA (Unidade Orçamentária 2153)

8.1 ANEXO 02 — Lei nº 4.320/64

Comparativo da Despesa Orçada, Autorizada e Realizada, segundo as Categorias Econômicas e Elementos de Despesa

8.1.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025

Órgão / Unidade Orçamentária:	2153 - Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA
Exercícios analisados:	2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 (períodos 1 a 12)
Demonstrativo:	Anexo 02 - Lei 4.320/64 (Despesa por Categoria Econômica)
Fonte dos dados:	SCG / SIOFINET - Sistema de Contabilidade do Estado de Goiás
Moeda:	Reais (R$) - valores nominais (não deflacionados)
Finalidade:	Subsídio às Notas Explicativas de Demonstração Contábil

ABAS: 2.Consolidado | 3.Por Categoria | 4.Análise Horizontal | 5.Análise Vertical | 6.Pontos Relevantes

Nota metodológica: 'Despesa Empenhada' é a medida de execução adotada nas análises. A 'Despesa Liquidada' consolidada de 2021 a 2023 foi reconstituída como Pago + Liquidado a pagar (RP processados), pois nesses exercícios o relatório não traz coluna própria de liquidado total; em 2024 e 2025 há coluna direta. Percentuais calculados por fórmula.

8.1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA — FEMA 2153 (R$)

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025
Dotação Inicial (Orçado)	R$ 22.956.000,00	R$ 24.800.000,00	R$ 30.259.000,00	R$ 98.300.000,00	R$ 115.738.000,00
Dotação Autorizada	**R$ 50.390.440,10**	**R$ 39.843.562,26**	**R$ 44.398.305,16**	**R$ 104.088.418,25**	**R$ 122.408.187,54**
(±) Créditos/Alterações líquidas	R$ 27.434.440,10	R$ 15.043.562,26	R$ 14.139.305,16	R$ 5.788.418,25	R$ 6.670.187,54
Despesa Empenhada	**R$ 32.962.581,05**	**R$ 24.241.889,45**	**R$ 30.095.685,46**	**R$ 48.962.404,97**	**R$ 59.736.568,96**
Despesa Liquidada (ver nota)	R$ 17.146.547,51	R$ 23.183.971,59	R$ 24.885.641,57	R$ 41.724.715,24	R$ 54.121.126,38
Despesa Paga	R$ 17.060.129,97	R$ 23.062.331,14	R$ 24.789.905,60	R$ 41.496.676,59	R$ 53.948.910,06
Restos a Pagar do exercício (Empenhado − Pago)	R$ 15.902.451,08	R$ 1.179.558,31	R$ 5.305.779,86	R$ 7.465.728,38	R$ 5.787.658,90
Saldo Orçamentário (Autorizada − Empenhada)	**R$ 17.427.859,05**	**R$ 15.601.672,81**	**R$ 14.302.619,70**	**R$ 55.126.013,28**	**R$ 62.671.618,58**
INDICADORES (%)					
% Execução (Empenhado / Autorizado)	65,4%	60,8%	67,8%	47,0%	48,8%
% Liquidação (Liquidado / Empenhado)	52,0%	95,6%	82,7%	85,2%	90,6%
% Pagamento (Pago / Empenhado)	51,8%	95,1%	82,4%	84,8%	90,3%
% Saldo não executado (Saldo / Autorizado)	34,6%	39,2%	32,2%	53,0%	51,2%

Restos a Pagar do exercício = diferença entre empenhado e pago no mesmo ano (aproximação; inclui RP processados e não processados). Liquidada 2021-2023 reconstituída (Pago + Liquidado a pagar). Valores nominais.

8.1.3 DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA — VALORES (R$) — FEMA 2153

DOTAÇÃO INICIAL (Orçado)					
Categoria Econômica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 18.640.000,00	R$ 19.982.000,00	R$ 29.091.000,00	R$ 62.580.000,00	R$ 59.333.305,00
Despesas de Capital	R$ 1.362.000,00	R$ 1.510.000,00	R$ 800.000,00	R$ 17.920.000,00	R$ 29.447.327,00
Reserva de Contingência	R$ 2.954.000,00	R$ 3.308.000,00	R$ 368.000,00	R$ 17.800.000,00	R$ 26.957.368,00
TOTAL	**R$ 22.956.000,00**	**R$ 24.800.000,00**	**R$ 30.259.000,00**	**R$ 98.300.000,00**	**R$ 115.738.000,00**

DOTAÇÃO AUTORIZADA (Orçado ± Créditos/Alterações)					
Categoria Econômica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 34.347.994,25	R$ 35.344.384,66	R$ 33.701.273,39	R$ 56.848.997,51	R$ 71.073.584,47
Despesas de Capital	R$ 13.088.445,85	R$ 1.191.177,60	R$ 10.329.031,77	R$ 29.439.420,74	R$ 24.377.235,07

Reserva de Contingência	R$ 2.954.000,00	R$ 3.308.000,00	R$ 368.000,00	R$ 17.800.000,00	R$ 26.957.368,00
TOTAL	**R$ 50.390.440,10**	**R$ 39.843.562,26**	**R$ 44.398.305,16**	**R$ 104.088.418,25**	**R$ 122.408.187,54**

DESPESA EMPENHADA					
Categoria Econômica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 21.137.517,41	R$ 24.213.223,46	R$ 23.627.539,42	R$ 34.034.091,68	R$ 46.155.040,14
Despesas de Capital	R$ 11.825.063,64	R$ 28.665,99	R$ 6.468.146,04	R$ 14.928.313,29	R$ 13.581.528,82
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 32.962.581,05**	**R$ 24.241.889,45**	**R$ 30.095.685,46**	**R$ 48.962.404,97**	**R$ 59.736.568,96**

DESPESA PAGA					
Categoria Econômica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 15.988.450,32	R$ 23.033.665,15	R$ 21.339.347,82	R$ 30.351.356,48	R$ 42.014.975,83
Despesas de Capital	R$ 1.071.679,65	R$ 28.665,99	R$ 3.450.557,78	R$ 11.145.320,11	R$ 11.933.934,23
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 17.060.129,97**	**R$ 23.062.331,14**	**R$ 24.789.905,60**	**R$ 41.496.676,59**	**R$ 53.948.910,06**

SALDO ORÇAMENTÁRIO (Dotação Autorizada − Empenhada)					
Categoria Econômica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 13.210.476,84	R$ 11.131.161,20	R$ 10.073.733,97	R$ 22.814.905,83	R$ 24.918.544,33
Despesas de Capital	R$ 1.263.382,21	R$ 1.162.511,61	R$ 3.860.885,73	R$ 14.511.107,45	R$ 10.795.706,25
Reserva de Contingência	R$ 2.954.000,00	R$ 3.308.000,00	R$ 368.000,00	R$ 17.800.000,00	R$ 26.957.368,00
TOTAL	**R$ 17.427.859,05**	**R$ 15.601.672,81**	**R$ 14.302.619,70**	**R$ 55.126.013,28**	**R$ 62.671.618,58**

Células em AZUL = dados extraídos do Anexo 02 (SCG/SIOFINET). Células em preto = fórmulas. Reserva de Contingência não é passível de execução (empenho = 0).

8.1.4 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — EVOLUÇÃO 2021 a 2025

Var. % = variação ano a ano | Índice = base 100 em 2021 (evolução acumulada)

AH — DOTAÇÃO AUTORIZADA									
Categoria	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.2021**	**Índ.2022**	**Índ.2023**	**Índ.2024**	**Índ.2025**

Despesas Correntes	2,9%	-4,6%	68,7%	25,0%	100,0	102,9	98,1	165,5	206,9
Despesas de Capital	-90,9%	767,1%	185,0%	-17,2%	100,0	9,1	78,9	224,9	186,3
Reserva de Contingência	12,0%	-88,9%	4737,0%	51,4%	100,0	112,0	12,5	602,6	912,6
TOTAL	**-20,9%**	**11,4%**	**134,4%**	**17,6%**	**100,0**	**79,1**	**88,1**	**206,6**	**242,9**

AH — DESPESA EMPENHADA									
Categoria	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.2021**	**Índ.2022**	**Índ.2023**	**Índ.2024**	**Índ.2025**
Despesas Correntes	14,6%	-2,4%	44,0%	35,6%	100,0	114,6	111,8	161,0	218,4
Despesas de Capital	-99,8%	22463,8%	130,8%	-9,0%	100,0	0,2	54,7	126,2	114,9
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-26,5%**	**24,1%**	**62,7%**	**22,0%**	**100,0**	**73,5**	**91,3**	**148,5**	**181,2**

AH — DOTAÇÃO INICIAL (Orçado)									
Categoria	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.2021**	**Índ.2022**	**Índ.2023**	**Índ.2024**	**Índ.2025**
Despesas Correntes	7,2%	45,6%	115,1%	-5,2%	100,0	107,2	156,1	335,7	318,3
Despesas de Capital	10,9%	-47,0%	2140,0%	64,3%	100,0	110,9	58,7	1315,7	2162,1
Reserva de Contingência	12,0%	-88,9%	4737,0%	51,4%	100,0	112,0	12,5	602,6	912,6
TOTAL	**8,0%**	**22,0%**	**224,9%**	**17,7%**	**100,0**	**108,0**	**131,8**	**428,2**	**504,2**

Interpretação: Índice 2021=100. Ex.: índice 200 em 2025 = valor dobrou frente a 2021. Var.% negativa = redução no ano. Valores nominais (não deflacionados pelo IPCA).

8.1.5 ANÁLISE VERTICAL (AV) — PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DE CADA ANO

AV — DOTAÇÃO AUTORIZADA (composição da dotação)					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	68,2%	88,7%	75,9%	54,6%	58,1%
Despesas de Capital	26,0%	3,0%	23,3%	28,3%	19,9%
Reserva de Contingência	5,9%	8,3%	0,8%	17,1%	22,0%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AV — DESPESA EMPENHADA (composição da execução)					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	64,1%	99,9%	78,5%	69,5%	77,3%
Despesas de Capital	35,9%	0,1%	21,5%	30,5%	22,7%
Reserva de Contingência	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AV — DESPESA PAGA (composição do pagamento)					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	93,7%	99,9%	86,1%	73,1%	77,9%
Despesas de Capital	6,3%	0,1%	13,9%	26,9%	22,1%
Reserva de Contingência	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Cada célula = participação da categoria no total do ano. Colunas somam 100%. Reserva de Contingência aparece na dotação, mas com execução (empenho) nula.

O orçamento **mais que triplicou a partir de 2024** — dotação inicial de R$ 30,3 mi (2023) para R$ 98,3 mi (2024) e R$ 115,7 mi (2025). Mas o **percentual de execução caiu**: o empenhado sobre o autorizado passou de ~65% (2021–2023) para **47% (2024) e 49% (2025)**, deixando saldo não executado de R$ 55,1 mi e R$ 62,7 mi. A estrutura é dominada por **Despesas Correntes** (custeio), o **capital oscila muito** (destaque para a inversão financeira de R$ 9,98 mi em 2021 e o capital praticamente zerado em 2022), a **Reserva de Contingência cresceu muito** (chega a 22% da dotação em 2025) e, em 2021, houve **forte inscrição em Restos a Pagar** (pagou-se só 51,8% do empenhado).

O orçamento **mais que triplicou a partir de 2024** — dotação inicial de R$ 30,3 mi (2023) para R$ 98,3 mi (2024) e R$ 115,7 mi (2025). Mas o **percentual de execução caiu**: o empenhado sobre o autorizado passou de ~65% (2021–2023) para **47% (2024) e 49% (2025)**, deixando saldo não executado de R$ 55,1 mi e R$ 62,7 mi. A estrutura é dominada por **Despesas Correntes** (custeio), o **capital oscila muito** (destaque para a inversão financeira de R$ 9,98 mi em 2021 e o capital praticamente zerado em 2022), a **Reserva de Contingência cresceu muito** (chega a 22% da dotação em 2025) e, em 2021, houve **forte inscrição em Restos a Pagar** (pagou-se só 51,8% do empenhado).

8.1.6 PONTOS RELEVANTES DA ANÁLISE — ANEXO 02 / FEMA 2153 (2021–2025)

Achados que subsidiam a Nota Explicativa de Demonstração Contábil

#	Ponto	Descrição / Evidência
1	**Expansão orçamentária a partir de 2024**	A dotação inicial saltou de R$ 30,26 mi (2023) para R$ 98,30 mi (2024) e R$ 115,74 mi (2025) — crescimento de +224,9% de 2023 para 2024. A dotação autorizada passou de R$ 44,40 mi (2023) para R$ 104,09 mi (2024, +134,4%) e R$ 122,41 mi (2025). O FEMA teve forte ampliação de capacidade orçamentária no biênio 2024-2025.
2	**Queda no percentual de execução (empenho)**	O % de execução (Empenhado/Autorizado) foi 65,4% (2021), 60,8% (2022), 67,8% (2023), mas caiu para 47,0% (2024) e 48,8% (2025). Ou seja, a ampliação da dotação NÃO foi acompanhada, na mesma proporção, pela execução da despesa — restou saldo não executado de R$ 55,13 mi (2024) e R$ 62,67 mi (2025).
3	**Predominância das Despesas Correntes**	Na análise vertical do empenho, as Despesas Correntes representaram 64,1% (2021), 99,9% (2022), 78,5% (2023), 69,5% (2024) e 77,3% (2025) do total executado. A estrutura de gasto do Fundo é majoritariamente de custeio.
4	**Volatilidade das Despesas de Capital**	O capital oscilou fortemente: em 2021 houve grande Inversão Financeira (R$ 9,98 mi empenhados, desapropriação/aquisição de imóveis via créditos extraordinários); em 2022 o capital praticamente zerou (apenas R$ 28,7 mil empenhados, 2,4% da dotação de capital). Recuperou em 2023-2025 (R$ 6,47 mi / 14,93 mi / 13,58 mi).
5	**Reserva de Contingência crescente**	A Reserva de Contingência (não executável por natureza) subiu de R$ 368 mil (2023) para R$ 17,80 mi (2024) e R$ 26,96 mi (2025). Em 2025 representa 22,0% da dotação autorizada — parcela relevante do orçamento reservada para contingências/fonte de suplementação.
6	**Forte dependência de créditos adicionais**	O orçamento do FEMA é intensamente remanejado. Em 2021, suplementações de R$ 24,12 mi + créditos extraordinários de R$ 9,99 mi sobre dotação inicial de R$ 22,96 mi (autorizada 2,2x a inicial). Reforça a necessidade de acompanhamento das alterações orçamentárias.
7	**Restos a Pagar elevados em 2021**	Em 2021, do total empenhado de R$ 32,96 mi, foram pagos apenas R$ 17,06 mi no exercício — diferença de R$ 15,90 mi inscrita em Restos a Pagar (relação Pago/Empenhado de 51,8%). Nos demais anos a relação melhora (95,1% em 2022; 82,4% em 2023; 84,8% em 2024; 90,3% em 2025).

8	**Baixa liquidação frente ao empenho (2024-2025)**	Em 2024 e 2025, com o salto do orçamento, a liquidação ficou em 85,2% e 90,6% do empenhado, respectivamente — indicando empenhos ainda em execução/entrega ao fim do exercício, a monitorar quanto a restos a pagar não processados.

ESTADO DE GOIÁS — SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE — FEMA (Unidade Orçamentária 2153)

8.2 ANEXO 12 — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Lei nº 4.320/64)
8.2.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025

Órgão / Unidade Orçamentária:	2153 - Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA
Exercícios analisados:	2021 a 2025 (períodos 1 a 12)
Demonstrativo:	Anexo 12 - Balanço Orçamentário (Receita e Despesa)
Fonte dos dados:	SCG - Sistema de Contabilidade do Estado de Goiás
Moeda:	Reais (R$) - valores nominais (não deflacionados)
Finalidade:	Subsídio às Notas Explicativas de Demonstração Contábil

ABAS: 2.Balanço Consolidado | 3.Receitas | 4.Despesas | 5.Análise Horizontal | 6.Análise Vertical | 7.Diagnóstico e Recomend. | 8.Pontos Relevantes

Nota metodológica: no Balanço Orçamentário compara-se a RECEITA (prevista x realizada) e a DESPESA (fixada x empenhada, liquidada e paga). O 'Resultado Orçamentário' adotado = Receita Realizada − Despesa Empenhada. Receitas e despesas de capital de financiamento/refinanciamento são nulas no período. Valores nominais; percentuais por fórmula.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO — FEMA 2153 (R$)

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITA					
Receita Prevista (Inicial)	R$ 22.956.000,00	R$ 24.800.000,00	R$ 30.259.000,00	R$ 99.394.000,00	R$ 115.738.000,00

Receita Prevista (Atualizada)	R$ 22.956.000,00	R$ 24.800.000,00	R$ 42.675.878,91	R$ 99.394.000,00	R$ 115.738.000,00
Receita Realizada	**R$ 30.216.439,56**	**R$ 48.344.826,12**	**R$ 101.603.256,25**	**R$ 114.087.635,19**	**R$ 131.709.735,53**
Excesso / (Insuficiência) de Arrecadação	R$ 7.260.439,56	R$ 23.544.826,12	R$ 58.927.377,34	R$ 14.693.635,19	R$ 15.971.735,53
DESPESA					
Dotação Inicial (fixada)	R$ 22.956.000,00	R$ 24.800.000,00	R$ 30.259.000,00	R$ 98.300.000,00	R$ 115.738.000,00
Dotação Atualizada	**R$ 50.390.440,10**	**R$ 39.843.562,26**	**R$ 44.398.305,16**	**R$ 104.088.418,25**	**R$ 122.408.187,54**
Despesa Empenhada	**R$ 32.962.581,05**	**R$ 24.241.889,45**	**R$ 30.095.685,46**	**R$ 48.962.404,97**	**R$ 59.736.568,96**
Despesa Liquidada	R$ 17.146.547,51	R$ 23.183.971,59	R$ 24.885.641,57	R$ 41.724.715,24	R$ 54.121.126,38
Despesa Paga	R$ 17.060.129,97	R$ 23.062.331,14	R$ 24.789.905,60	R$ 41.496.676,59	R$ 53.948.910,06
Saldo de Dotação (Atualizada − Empenhada)	R$ 17.427.859,05	R$ 15.601.672,81	R$ 14.302.619,70	R$ 55.126.013,28	R$ 62.671.618,58
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO					
Resultado Orçamentário (Receita Realizada − Despesa Empenhada)	**-R$ 2.746.141,49**	**R$ 24.102.936,67**	**R$ 71.507.570,79**	**R$ 65.125.230,22**	**R$ 71.973.166,57**
INDICADORES (%)					
% Realização da Receita (Realizada / Prev. Atualizada)	131,6%	194,9%	238,1%	114,8%	113,8%
% Execução da Despesa (Empenhada / Dotação Atualizada)	65,4%	60,8%	67,8%	47,0%	48,8%
% Liquidação (Liquidada / Empenhada)	52,0%	95,6%	82,7%	85,2%	90,6%
% Pagamento (Paga / Empenhada)	51,8%	95,1%	82,4%	84,8%	90,3%
Resultado Orç. / Receita Realizada	-9,1%	49,9%	70,4%	57,1%	54,6%

Resultado Orçamentário positivo = superávit (receita realizada supera a despesa empenhada); negativo = déficit. Excesso de arrecadação e superávit financeiro do exercício constituem fonte de créditos adicionais (Saldos de Exercícios Anteriores). Valores nominais.

8.2.2 RECEITA ORÇAMENTÁRIA — VALORES (R$) — FEMA 2153

RECEITA REALIZADA (por categoria)					
Rubrica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R$ 23.397.600,83	R$ 28.605.652,60	R$ 30.989.509,47	R$ 40.086.531,29	R$ 44.840.503,90
Receita Patrimonial	R$ 6.064.165,87	R$ 13.864.656,15	R$ 11.882.682,69	R$ 16.099.397,00	R$ 27.042.452,98
Outras Receitas Correntes	R$ 754.672,86	R$ 5.874.517,37	R$ 58.731.064,09	R$ 57.901.706,90	R$ 59.826.778,65
Receitas de Capital	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 30.216.439,56**	**R$ 48.344.826,12**	**R$ 101.603.256,25**	**R$ 114.087.635,19**	**R$ 131.709.735,53**

PREVISÃO DA RECEITA (total)					
Rubrica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Previsão Inicial	R$ 22.956.000,00	R$ 24.800.000,00	R$ 30.259.000,00	R$ 99.394.000,00	R$ 115.738.000,00
Previsão Atualizada	R$ 22.956.000,00	R$ 24.800.000,00	R$ 42.675.878,91	R$ 99.394.000,00	R$ 115.738.000,00

Células azuis = dados do Balanço Orçamentário (SCG). Receitas de Capital nulas no período.

8.2.3 DESPESA ORÇAMENTÁRIA — VALORES (R$) — FEMA 2153

DOTAÇÃO ATUALIZADA					
Rubrica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 34.347.994,25	R$ 35.344.384,66	R$ 33.701.273,39	R$ 56.848.997,51	R$ 71.073.584,47
Despesas de Capital	R$ 13.088.445,85	R$ 1.191.177,60	R$ 10.329.031,77	R$ 29.439.420,74	R$ 24.377.235,07
Reserva de Contingência	R$ 2.954.000,00	R$ 3.308.000,00	R$ 368.000,00	R$ 17.800.000,00	R$ 26.957.368,00
TOTAL	**R$ 50.390.440,10**	**R$ 39.843.562,26**	**R$ 44.398.305,16**	**R$ 104.088.418,25**	**R$ 122.408.187,54**

DESPESA EMPENHADA					
Rubrica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 21.137.517,41	R$ 24.213.223,46	R$ 23.627.539,42	R$ 34.034.091,68	R$ 46.155.040,14
Despesas de Capital	R$ 11.825.063,64	R$ 28.665,99	R$ 6.468.146,04	R$ 14.928.313,29	R$ 13.581.528,82
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 32.962.581,05**	**R$ 24.241.889,45**	**R$ 30.095.685,46**	**R$ 48.962.404,97**	**R$ 59.736.568,96**

DESPESA LIQUIDADA					
Rubrica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 16.003.417,31	R$ 23.155.305,60	R$ 21.426.706,82	R$ 30.571.050,47	R$ 42.167.295,69
Despesas de Capital	R$ 1.143.130,20	R$ 28.665,99	R$ 3.458.934,75	R$ 11.153.664,77	R$ 11.953.830,69
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 17.146.547,51**	**R$ 23.183.971,59**	**R$ 24.885.641,57**	**R$ 41.724.715,24**	**R$ 54.121.126,38**

DESPESA PAGA

Rubrica	2021	2022	2023	2024	2025
Despesas Correntes	R$ 15.988.450,32	R$ 23.033.665,15	R$ 21.339.347,82	R$ 30.351.356,48	R$ 42.014.975,83
Despesas de Capital	R$ 1.071.679,65	R$ 28.665,99	R$ 3.450.557,78	R$ 11.145.320,11	R$ 11.933.934,23
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 17.060.129,97**	**R$ 23.062.331,14**	**R$ 24.789.905,60**	**R$ 41.496.676,59**	**R$ 53.948.910,06**

SALDO DA DOTAÇÃO (Dotação Atualizada − Empenhada)					
Rubrica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 13.210.476,84	R$ 11.131.161,20	R$ 10.073.733,97	R$ 22.814.905,83	R$ 24.918.544,33
Despesas de Capital	R$ 1.263.382,21	R$ 1.162.511,61	R$ 3.860.885,73	R$ 14.511.107,45	R$ 10.795.706,25
Reserva de Contingência	R$ 2.954.000,00	R$ 3.308.000,00	R$ 368.000,00	R$ 17.800.000,00	R$ 26.957.368,00
TOTAL	**R$ 17.427.859,05**	**R$ 15.601.672,81**	**R$ 14.302.619,70**	**R$ 55.126.013,28**	**R$ 62.671.618,58**

8.2.4 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2021–2025

Var.% = variação ano a ano | Índice base 100 em 2021

AH — RECEITA REALIZADA									
Rubrica	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	22,3%	8,3%	29,4%	11,9%	100,0	122,3	132,4	171,3	191,6
Receita Patrimonial	128,6%	-14,3%	35,5%	68,0%	100,0	228,6	195,9	265,5	445,9
Outras Receitas Correntes	678,4%	899,8%	-1,4%	3,3%	100,0	778,4	7782,3	7672,4	7927,5
TOTAL	**60,0%**	**110,2%**	**12,3%**	**15,4%**	**100,0**	**160,0**	**336,3**	**377,6**	**435,9**

AH — DESPESA EMPENHADA									
Rubrica	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Despesas Correntes	14,6%	-2,4%	44,0%	35,6%	100,0	114,6	111,8	161,0	218,4
Despesas de Capital	-99,8%	22463,8%	130,8%	-9,0%	100,0	0,2	54,7	126,2	114,9
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-26,5%**	**24,1%**	**62,7%**	**22,0%**	**100,0**	**73,5**	**91,3**	**148,5**	**181,2**

Índice 2021=100. Valores nominais (não deflacionados). 'Receitas de Capital' omitida por ser nula.

8.2.5 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % NO TOTAL DE CADA ANO

AV — RECEITA REALIZADA (composição da arrecadação)					
Rubrica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	77,4%	59,2%	30,5%	35,1%	34,0%
Receita Patrimonial	20,1%	28,7%	11,7%	14,1%	20,5%
Outras Receitas Correntes	2,5%	12,2%	57,8%	50,8%	45,4%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AV — DESPESA EMPENHADA (composição da execução)					
Rubrica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	64,1%	99,9%	78,5%	69,5%	77,3%
Despesas de Capital	35,9%	0,1%	21,5%	30,5%	22,7%
Reserva de Contingência	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Cada célula = participação da rubrica no total do ano. Colunas somam 100%.

8.2.6 DIAGNÓSTICO DA EXECUÇÃO E RECOMENDAÇÕES — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO / FEMA 2153

Acertos e falhas na execução dos valores e medidas de melhoria — base: abas Consolidado, AH e AV

✓ ACERTOS NA EXECUÇÃO		
1	**Arrecadação robusta e superação de metas**	A receita realizada superou sistematicamente a prevista: +31,6% (2021), +94,9% (2022), +138,1% (2023 s/ atualizada), +14,8% (2024) e +13,8% (2025). Boa performance de arrecadação das receitas vinculadas do Fundo.
2	**Crescimento expressivo da receita**	A receita realizada cresceu de R$ 30,22 mi (2021) para R$ 131,71 mi (2025) — índice 436 (base 2021=100), ampliando a capacidade de financiamento da política ambiental.

3	**Equilíbrio/superávit orçamentário**	Após o déficit de 2021 (R$ 2,75 mi), o Fundo apresentou superávit orçamentário em todos os anos (R$ 24,1 mi a R$ 72,0 mi), indicando sustentabilidade fiscal e ausência de descoberto.
4	**Gestão financeira dos saldos**	A Receita Patrimonial (rendimentos de aplicações) cresceu de R$ 6,06 mi (2021) para R$ 27,04 mi (2025), sinal de que os saldos acumulados vêm sendo remunerados financeiramente.
5	**Melhora do pagamento após 2021**	A relação Paga/Empenhada subiu de 51,8% (2021) para 90-95% nos anos seguintes, reduzindo a inscrição em Restos a Pagar.

✗ PONTOS A SEREM ANALISADOS		
1	**Baixa aplicação dos recursos arrecadados**	Principal fragilidade: o Fundo arrecada muito mais do que executa. Os superávits orçamentários crescentes (R$ 71,5 mi em 2023; R$ 65,1 mi em 2024; R$ 72,0 mi em 2025) revelam recursos ambientais não revertidos em ações finalísticas no exercício.
2	**Subexecução da despesa**	O % de execução (Empenhada/Dotação) caiu de ~65% (2021-2023) para 47,0% (2024) e 48,8% (2025): menos da metade do orçamento autorizado foi executada.
3	**Previsão da receita subestimada**	O excesso de arrecadação muito elevado (até +138%) indica previsão de receita pouco aderente à realidade, comprometendo a fidedignidade do orçamento e o planejamento.
4	**Baixa transparência de 'Outras Receitas Correntes'**	Essa rubrica passou de 2,5% (2021) para 57,8% (2023) da arrecadação, tornando-se a maior fonte, sem detalhamento evidente de sua natureza — requer segregação/explicação (compensações, indenizações, convênios).
5	**Volatilidade e baixa execução do capital**	As despesas de capital oscilam fortemente (quase zero em 2022) e executam cerca de metade da dotação em 2024-2025, comprometendo investimentos ambientais estruturantes.

6	**Reserva de contingência imobilizando orçamento**	A reserva cresceu para R$ 17,8 mi (2024) e R$ 26,96 mi (2025), retendo parcela relevante da dotação sem conversão em programas finalísticos.

➜ O QUE A SECRETARIA VAI ADOTAR PARA MELHORAR		
1	**Elevar a aplicação dos recursos vinculados**	Definir metas de aplicação da arrecadação do FEMA nas finalidades ambientais, reduzindo o superávit orçamentário ocioso e dando efetividade à política pública.
2	**Aprimorar a previsão da receita**	Estimar a receita com base na série histórica e em parâmetros técnicos, reduzindo o excesso de arrecadação e aumentando a aderência do orçamento.
3	**Detalhar 'Outras Receitas Correntes'**	Segregar e explicar a natureza dessa rubrica (compensações ambientais, TACs, convênios, indenizações) para maior transparência e rastreabilidade das fontes.
4	**Calibrar a fixação da despesa (PPA/LOA/QDD)**	Dimensionar a dotação pela capacidade real de execução e estruturar carteira de projetos de investimento pronta para execução.
5	**Cronograma físico-financeiro com metas**	Instituir metas de empenho/liquidação ao longo do exercício, evitando concentração no fim do ano e elevando a execução.
6	**Gestão ativa de Restos a Pagar**	Liquidar e pagar tempestivamente; revisar e cancelar RP prescritos/sem lastro.
7	**Revisar a Reserva de Contingência**	Reavaliar seu dimensionamento e realocar para programas finalísticos quando não houver risco a cobrir.

8	**Painel de indicadores e notas explicativas**	Monitorar % de realização da receita, % de execução, % de liquidação, resultado orçamentário e RP; adotar notas explicativas mensais das DCASP (padrão SCG) antes do fechamento contábil.

Base analítica: valores e percentuais das abas Balanço Consolidado, Análise Horizontal e Análise Vertical (Anexo 12/SCG). Valores nominais. As recomendações têm caráter técnico-gerencial de boas práticas e não substituem parecer/decisão da administração.

8.2.7 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO / FEMA 2153 (2021–2025)

Achados que subsidiam a Nota Explicativa de Demonstração Contábil

#	Ponto	Descrição / Evidência
1	**Superávits orçamentários crescentes**	Exceto 2021 (déficit de R$ 2,75 mi), o Fundo teve superávit em todos os anos: R$ 24,10 mi (2022), R$ 71,51 mi (2023), R$ 65,13 mi (2024) e R$ 71,97 mi (2025). A receita realizada supera largamente a despesa empenhada — recursos arrecadados não integralmente aplicados.
2	**Arrecadação muito acima da previsão**	A receita realizada superou a prevista atualizada em 31,6% (2021), 94,9% (2022), 138,1% (2023), 14,8% (2024) e 13,8% (2025). Sinaliza previsão de receita subestimada, sobretudo em 2022-2023.
3	**Salto e mudança na composição da receita**	A receita realizada saltou de R$ 30,22 mi (2021) para R$ 131,71 mi (2025). 'Outras Receitas Correntes' passaram de 2,5% (2021) para 57,8% (2023) da arrecadação, superando Impostos/Taxas — fonte a ser detalhada na nota explicativa.
4	**Receita Patrimonial em forte alta**	Os rendimentos patrimoniais cresceram de R$ 6,06 mi (2021) para R$ 27,04 mi (2025), refletindo a remuneração dos saldos financeiros acumulados (que, por sua vez, decorrem da baixa aplicação da receita).

5	**Subexecução da despesa em 2024–2025**	A execução (Empenhada/Dotação) caiu de ~65% (2021-2023) para 47,0% (2024) e 48,8% (2025), deixando saldo de dotação de R$ 55,13 mi e R$ 62,67 mi.
6	**Predomínio de custeio e capital volátil**	As Despesas Correntes dominam a execução (64% a 100% do empenho); o capital oscila fortemente (quase zero em 2022) e executa ~metade da dotação em 2024-2025.
7	**Déficit isolado de 2021 e Restos a Pagar**	Em 2021 houve déficit orçamentário (R$ 2,75 mi) e forte inscrição em Restos a Pagar (pago 51,8% do empenhado), situação normalizada nos anos seguintes.
8	**Superávit financeiro alimenta créditos adicionais**	Os saldos de exercícios anteriores/superávit financeiro (R$ 27,43 mi em 2021; R$ 15,04 mi em 2022) financiam créditos adicionais, explicando a dotação atualizada muito superior à inicial.

Valores nominais (não deflacionados pelo IPCA). Percentuais derivados das abas Consolidado, AH e AV. Fonte: Anexo 12 - SCG.

ESTADO DE GOIÁS — SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE — FEMA (Unidade Orçamentária 2153)

8.3 ANEXO 13 — BALANÇO FINANCEIRO (Lei nº 4.320/64)
8.3.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025

Órgão / Unidade Orçamentária:	2153 - Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA
Exercícios analisados:	2021 a 2025 (períodos 1 a 12)
Demonstrativo:	Anexo 13 - Balanço Financeiro (Ingressos e Dispêndios)
Fonte dos dados:	SCG - Sistema de Contabilidade do Estado de Goiás
Moeda:	Reais (R$) - valores nominais (não deflacionados)
Finalidade:	Subsídio às Notas Explicativas de Demonstração Contábil

Nota metodológica: o Balanço Financeiro evidencia INGRESSOS e DISPÊNDIOS (orçamentários e extraorçamentários) e a movimentação das disponibilidades (Saldo do Exercício Anterior -> Saldo para o Exercício Seguinte = Caixa e Equivalentes). O 'Movimento do Exercício' exclui os saldos de caixa. Valores nominais; percentuais por fórmula.

8.3.2 BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO — FEMA 2153 (R$)

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025
INGRESSOS					
Receita Orçamentária	R$ 30.216.439,56	R$ 48.344.826,12	R$ 101.603.256,25	R$ 114.087.635,19	R$ 131.709.735,53
Transferências Financeiras Recebidas	R$ 470.150,48	R$ 358.633,66	R$ 333.948,54	R$ 498.431,18	R$ 757.395,75
Recebimentos Extraorçamentários	R$ 15.902.451,08	R$ 1.255.227,44	R$ 5.305.779,86	R$ 8.055.324,27	R$ 13.094.620,38
Subtotal — Ingressos do Exercício	**R$ 46.589.041,12**	**R$ 49.958.687,22**	**R$ 107.242.984,65**	**R$ 122.641.390,64**	**R$ 145.561.751,66**
(+) Saldo do Exercício Anterior (Caixa inicial)	R$ 78.673.576,22	R$ 91.651.277,70	R$ 106.166.053,65	R$ 182.209.429,04	R$ 251.222.816,45
TOTAL DOS INGRESSOS	**R$ 125.262.617,34**	**R$ 141.609.964,92**	**R$ 213.409.038,30**	**R$ 304.850.819,68**	**R$ 396.784.568,11**
DISPÊNDIOS					
Despesa Orçamentária	R$ 32.962.581,05	R$ 24.241.889,45	R$ 30.095.685,46	R$ 48.962.404,97	R$ 59.736.568,96
Transferências Financeiras Concedidas	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 10.608,73	R$ 0,00	R$ 0,00
Pagamentos Extraorçamentários	R$ 648.758,59	R$ 11.202.021,82	R$ 1.093.315,07	R$ 4.665.598,26	R$ 12.251.188,53
Subtotal — Dispêndios do Exercício	**R$ 33.611.339,64**	**R$ 35.443.911,27**	**R$ 31.199.609,26**	**R$ 53.628.003,23**	**R$ 71.987.757,49**
(+) Saldo para o Exercício Seguinte (Caixa final)	**R$ 91.651.277,70**	**R$ 106.166.053,65**	**R$ 182.209.429,04**	**R$ 251.222.816,45**	**R$ 324.796.810,62**
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	**R$ 125.262.617,34**	**R$ 141.609.964,92**	**R$ 213.409.038,30**	**R$ 304.850.819,68**	**R$ 396.784.568,11**
DISPONIBILIDADES (CAIXA E EQUIVALENTES)					
Variação Líquida das Disponibilidades (Caixa final − inicial)	**R$ 12.977.701,48**	**R$ 14.514.775,95**	**R$ 76.043.375,39**	**R$ 69.013.387,41**	**R$ 73.573.994,17**
Superávit/(Déficit) Financeiro do Exercício (Ingr. Exerc. − Disp. Exerc.)	R$ 12.977.701,48	R$ 14.514.775,95	R$ 76.043.375,39	R$ 69.013.387,41	R$ 73.573.994,17
INDICADORES					
Crescimento da Disponibilidade (Caixa final / inicial − 1)	16,5%	15,8%	71,6%	37,9%	29,3%
Liquidez: Caixa final / Despesa Orçamentária (x)	2,78x	4,38x	6,05x	5,13x	5,44x
Receita Orçamentária / Despesa Orçamentária	0,92x	1,99x	3,38x	2,33x	2,20x
Extraorçamentário: Pagamentos / Recebimentos	4,1%	892,4%	20,6%	57,9%	93,6%

A Variação Líquida das Disponibilidades = quanto o caixa cresceu (ou reduziu) no ano. 'Liquidez (x)' indica quantas vezes o caixa final cobre a despesa do ano. Recebimentos/Pagamentos extraorçamentários referem-se, sobretudo, à inscrição e pagamento de Restos a Pagar. Valores nominais.

8.3.3 INGRESSOS — VALORES (R$) — FEMA 2153

Especificação	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Orçamentária	R$ 30.216.439,56	R$ 48.344.826,12	R$ 101.603.256,25	R$ 114.087.635,19	R$ 131.709.735,53
Transferências Financeiras Recebidas	R$ 470.150,48	R$ 358.633,66	R$ 333.948,54	R$ 498.431,18	R$ 757.395,75
Recebimentos Extraorçamentários	R$ 15.902.451,08	R$ 1.255.227,44	R$ 5.305.779,86	R$ 8.055.324,27	R$ 13.094.620,38
SUBTOTAL — Movimento do Exercício	**R$ 46.589.041,12**	**R$ 49.958.687,22**	**R$ 107.242.984,65**	**R$ 122.641.390,64**	**R$ 145.561.751,66**
Saldo do Exercício Anterior (Caixa inicial)	R$ 78.673.576,22	R$ 91.651.277,70	R$ 106.166.053,65	R$ 182.209.429,04	R$ 251.222.816,45
TOTAL DOS INGRESSOS	**R$ 125.262.617,34**	**R$ 141.609.964,92**	**R$ 213.409.038,30**	**R$ 304.850.819,68**	**R$ 396.784.568,11**

Células azuis = dados do Balanço Financeiro (SCG). Subtotal e Total por fórmula.

8.3.4 DISPÊNDIOS — VALORES (R$) — FEMA 2153

Especificação	2021	2022	2023	2024	2025
Despesa Orçamentária	R$ 32.962.581,05	R$ 24.241.889,45	R$ 30.095.685,46	R$ 48.962.404,97	R$ 59.736.568,96
Transferências Financeiras Concedidas	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 10.608,73	R$ 0,00	R$ 0,00
Pagamentos Extraorçamentários	R$ 648.758,59	R$ 11.202.021,82	R$ 1.093.315,07	R$ 4.665.598,26	R$ 12.251.188,53
SUBTOTAL — Movimento do Exercício	**R$ 33.611.339,64**	**R$ 35.443.911,27**	**R$ 31.199.609,26**	**R$ 53.628.003,23**	**R$ 71.987.757,49**
Saldo para o Exercício Seguinte (Caixa final)	R$ 91.651.277,70	R$ 106.166.053,65	R$ 182.209.429,04	R$ 251.222.816,45	R$ 324.796.810,62
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	**R$ 125.262.617,34**	**R$ 141.609.964,92**	**R$ 213.409.038,30**	**R$ 304.850.819,68**	**R$ 396.784.568,11**

Células azuis = dados do Balanço Financeiro (SCG). Subtotal e Total por fórmula.

8.3.5 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — BALANÇO FINANCEIRO 2021–2025

Var.% = variação ano a ano | Índice base 100 em 2021

AH — INGRESSOS									
Especificação	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Receita Orçamentária	60,0%	110,2%	12,3%	15,4%	100,0	160,0	336,3	377,6	435,9
Transf. Financeiras Recebidas	-23,7%	-6,9%	49,3%	52,0%	100,0	76,3	71,0	106,0	161,1
Recebimentos Extraorçamentários	-92,1%	322,7%	51,8%	62,6%	100,0	7,9	33,4	50,7	82,3
Saldo do Exercício Anterior (Caixa)	16,5%	15,8%	71,6%	37,9%	100,0	116,5	134,9	231,6	319,3
TOTAL DOS INGRESSOS	**13,1%**	**50,7%**	**42,8%**	**30,2%**	**100,0**	**113,1**	**170,4**	**243,4**	**316,8**

AH — DISPÊNDIOS									
Especificação	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Despesa Orçamentária	-26,5%	24,1%	62,7%	22,0%	100,0	73,5	91,3	148,5	181,2
Pagamentos Extraorçamentários	1626,7%	-90,2%	326,7%	162,6%	100,0	1726,7	168,5	719,2	1888,4
Saldo p/ Exercício Seguinte (Caixa)	15,8%	71,6%	37,9%	29,3%	100,0	115,8	198,8	274,1	354,4
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	**13,1%**	**50,7%**	**42,8%**	**30,2%**	**100,0**	**113,1**	**170,4**	**243,4**	**316,8**

Índice 2021=100. Valores nominais. 'Transf. Concedidas' e 'Outras Movimentações' omitidas por serem ~nulas.

8.3.6 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % DO MOVIMENTO DO EXERCÍCIO

Participação de cada item no Movimento do Exercício (exclui saldos de caixa)

AV — INGRESSOS DO EXERCÍCIO					
Especificação	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Receita Orçamentária	64,9%	96,8%	94,7%	93,0%	90,5%
Transf. Financeiras Recebidas	1,0%	0,7%	0,3%	0,4%	0,5%
Recebimentos Extraorçamentários	34,1%	2,5%	4,9%	6,6%	9,0%
TOTAL (Movimento do Exercício)	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AV — DISPÊNDIOS DO EXERCÍCIO					
Especificação	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesa Orçamentária	98,1%	68,4%	96,5%	91,3%	83,0%
Transf. Financeiras Concedidas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pagamentos Extraorçamentários	1,9%	31,6%	3,5%	8,7%	17,0%
TOTAL (Movimento do Exercício)	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Base = Movimento do Exercício (exclui Saldo de Caixa Anterior/Seguinte). Colunas somam 100%.

8.3.7 DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES — BALANÇO FINANCEIRO / FEMA 2153

Acertos e falhas na gestão financeira e medidas de melhoria — base: abas Consolidado, AH e AV

✓ ACERTOS NA GESTÃO FINANCEIRA		
1	**Liquidez financeira elevada**	O caixa (Caixa e Equivalentes) fechou todos os anos com folga: a disponibilidade final equivale a 2,8x (2021) e cerca de 5x (2022-2025) a despesa orçamentária anual. Não há risco de insuficiência financeira.
2	**Disponibilidades sempre crescentes**	O caixa passou de R$ 78,67 mi (início de 2021) para R$ 324,80 mi (fim de 2025), com variação líquida positiva em todos os anos — solidez financeira e ausência de déficit de caixa.

3	**Ingressos concentrados em receita própria**	A Receita Orçamentária é a fonte quase integral dos ingressos do exercício (90,5% a 96,8% de 2022 a 2025; 64,9% em 2021, ano de forte inscrição de Restos a Pagar), indicando arrecadação própria robusta e baixa dependência de transferências.
4	**Redução do RP não processado a pagar**	Os pagamentos extraorçamentários (quitação de Restos a Pagar) foram honrados, e a inscrição de RP recuou frente ao pico de 2021 (R$ 15,90 mi), sinal de melhor gestão da execução financeira.

Recomendações – Aplicação imediata 2026		
1	**Acúmulo excessivo de caixa (subaplicação)**	Principal alerta: o caixa quadruplicou (de R$ 78,67 mi para R$ 324,80 mi) porque os ingressos superam sistematicamente os dispêndios. Recursos financeiros do Fundo ficam retidos em disponibilidade, sem conversão em ações ambientais.
2	**Superávit financeiro recorrente e alto**	A variação líquida das disponibilidades foi de +R$ 76,04 mi (2023), +R$ 69,01 mi (2024) e +R$ 73,57 mi (2025). O Fundo 'poupa' muito mais do que aplica — reflexo direto da subexecução orçamentária.
3	**Baixa relação dispêndio/ingresso**	Os dispêndios do exercício representam parcela pequena dos ingressos do exercício, confirmando que a arrecadação vinculada não está sendo revertida na finalidade do FEMA.
4	**Extraorçamentário volátil (Restos a Pagar)**	A inscrição/pagamento de RP oscila bastante (ex.: inscrição de R$ 15,90 mi em 2021; pagamentos de R$ 11,20 mi em 2022 e R$ 12,25 mi em 2025), exigindo controle para não pressionar o caixa futuro.

Recomendações – Aplicação imediata 2026		
1	**Plano de aplicação das disponibilidades**	Elaborar plano plurianual de aplicação do caixa acumulado nas finalidades ambientais do Fundo, reduzindo o saldo ocioso e ampliando a efetividade da política pública.

2	**Metas de execução vinculadas ao caixa**	Definir metas anuais de dispêndio compatíveis com o volume de ingressos, evitando que a disponibilidade continue crescendo indefinidamente.
3	**Transparência das fontes vinculadas**	Detalhar a origem e a destinação das receitas vinculadas (fundos especiais, compensações), demonstrando nas notas explicativas por que os recursos ainda não foram aplicados.
4	**Gestão ativa de Restos a Pagar**	Manter cronograma de pagamento e revisão dos RP inscritos, cancelando os prescritos/sem lastro, para saúde do fluxo financeiro.
5	**Política de aplicação financeira**	Enquanto não aplicados na finalidade, remunerar adequadamente os saldos (o que já ocorre via receita patrimonial), com transparência sobre rendimentos e sua destinação.
6	**Monitoramento e notas explicativas**	Acompanhar indicadores de liquidez e variação de disponibilidade; adotar notas explicativas das DCASP (padrão SCG) evidenciando a evolução do caixa e as razões do acúmulo.

Base analítica: abas Balanço Consolidado, Análise Horizontal e Análise Vertical (Anexo 13/SCG). Valores nominais. Recomendações de caráter técnico-gerencial de boas práticas; não substituem parecer/decisão da administração.

8.3.8 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO FINANCEIRO / FEMA 2153 (2021–2025)

Achados que subsidiam a Nota Explicativa de Demonstração Contábil

#	Ponto	Descrição / Evidência
1	**Caixa quadruplicou em 5 anos**	As disponibilidades (Caixa e Equivalentes) cresceram de R$ 78,67 mi (início de 2021) para R$ 324,80 mi (fim de 2025) — alta de 313% (índice 413). É a evidência financeira da baixa aplicação dos recursos.

2	**Superávit financeiro recorrente**	A variação líquida das disponibilidades foi positiva todos os anos: +R$ 12,98 mi (2021), +R$ 14,51 mi (2022), +R$ 76,04 mi (2023), +R$ 69,01 mi (2024) e +R$ 73,57 mi (2025).
3	**Liquidez muito elevada**	O caixa final equivale a 2,8x a despesa de 2021 e a cerca de 5x a despesa anual em 2022-2025 — folga financeira expressiva, coerente com a subexecução orçamentária.
4	**Ingressos dominados pela receita própria**	A Receita Orçamentária responde pela maior parte dos ingressos do exercício: 64,9% em 2021 (ano de alta inscrição de Restos a Pagar) e entre 90,5% e 96,8% de 2022 a 2025. Transferências e extraorçamentários são complementares.
5	**Extraorçamentário reflete Restos a Pagar**	Recebimentos extraorçamentários (inscrição de RP) foram de R$ 15,90 mi em 2021, normalizando depois; pagamentos extraorçamentários (quitação de RP) chegaram a R$ 11,20 mi (2022) e R$ 12,25 mi (2025).
6	**Saldo anterior domina o total do balanço**	O Saldo do Exercício Anterior representa a maior parte do total de ingressos (ex.: R$ 251,22 mi de R$ 396,78 mi em 2025 = 63%), o que dimensiona o volume de recursos parados em caixa.
7	**Coerência com o Balanço Orçamentário**	O acúmulo de caixa confirma, pelo lado financeiro, o diagnóstico do Anexo 12: o FEMA arrecada e recebe muito mais do que empenha e paga, gerando superávits sucessivos.

Valores nominais (não deflacionados pelo IPCA). Percentuais derivados das abas Consolidado, AH e AV. Fonte: Anexo 13 - SCG.

8.4 ANEXO 14 — BALANÇO PATRIMONIAL (Lei nº 4.320/64)
8.4.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025

Órgão / Unidade Orçamentária:	2153 - Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA
Exercícios analisados:	2021 a 2025 (posição em 31/12)
Demonstrativo:	Anexo 14 - Balanço Patrimonial (Ativo, Passivo e PL)
Fonte dos dados:	SCG - Sistema de Contabilidade do Estado de Goiás
Moeda:	Reais (R$) - valores nominais (não deflacionados)
Finalidade:	Subsídio às Notas Explicativas de Demonstração Contábil

ABAS: 2.Balanço Consolidado | 3.Ativo | 4.Passivo e PL | 5.Análise Horizontal | 6.Análise Vertical | 7.Diagnóstico e Recomend. | 8.Pontos Relevantes

Nota metodológica: o Balanço Patrimonial evidencia ATIVO (bens e direitos) e PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO (obrigações e situação líquida) em 31/12. O período registra variações patrimoniais expressivas (créditos a receber e resultado do exercício) que demandam evidenciação em Nota Explicativa. Valores nominais; percentuais por fórmula.

8.4.2 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO — FEMA 2153 (R$)

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025
ATIVO					
Ativo Circulante	R$ 92.733.339,34	R$ 107.322.437,97	R$ 582.507.695,73	R$ 652.040.393,46	R$ 381.520.856,92
Ativo Não Circulante	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.140.907,32	R$ 14.835.331,35	R$ 229.336.425,97
TOTAL DO ATIVO	**R$ 92.733.339,34**	**R$ 107.322.437,97**	**R$ 583.648.603,05**	**R$ 666.875.724,81**	**R$ 610.857.282,89**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Exigível (Circulante + Não Circulante)	R$ 110.747,17	R$ 121.640,45	R$ 107.661,09	R$ 559.327,99	R$ 231.064,63
Patrimônio Líquido	**R$ 92.622.592,17**	**R$ 107.200.797,52**	**R$ 583.540.941,96**	**R$ 666.316.396,82**	**R$ 610.626.218,26**
TOTAL DO PASSIVO + PL	**R$ 92.733.339,34**	**R$ 107.322.437,97**	**R$ 583.648.603,05**	**R$ 666.875.724,81**	**R$ 610.857.282,89**
VARIAÇÕES					

Variação do Patrimônio Líquido (R$)	"-"	R$ 14.578.205,35	R$ 476.340.144,44	R$ 82.775.454,86	-R$ 55.690.178,56
INDICADORES					
Liquidez Corrente (Ativo Circ. / Passivo Circ.)	837,3x	882,3x	5410,6x	1165,8x	1651,1x
Solvência Geral (Ativo Total / Passivo Exigível)	837,3x	882,3x	5421,2x	1192,3x	2643,7x
Patrimônio Líquido / Ativo Total	99,9%	99,9%	100,0%	99,9%	100,0%
Endividamento (Passivo Exigível / Ativo Total)	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Ativo Circulante / Ativo Total	100,0%	100,0%	99,8%	97,8%	62,5%

Liquidez Corrente e Solvência muito elevadas indicam passivo irrelevante (o Fundo quase não tem obrigações). PL/Ativo próximo de 100%. As variações do PL de 2023 e 2025 decorrem de fatos patrimoniais extraordinários a evidenciar em nota. Valores nominais.

8.4.3 ATIVO — VALORES (R$) — FEMA 2153 (posição em 31/12)

Especificação	2021	2022	2023	2024	2025
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ 91.651.277,70	R$ 106.166.053,65	R$ 182.209.429,04	R$ 251.222.816,45	R$ 324.796.810,62
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R$ 874.340,32	R$ 874.340,32	R$ 399.911.942,51	R$ 399.911.942,51	R$ 55.913.274,42
Estoques (Almoxarifado)	R$ 207.721,32	R$ 282.044,00	R$ 386.324,18	R$ 905.634,50	R$ 810.771,88
SUBTOTAL — ATIVO CIRCULANTE	**R$ 92.733.339,34**	**R$ 107.322.437,97**	**R$ 582.507.695,73**	**R$ 652.040.393,46**	**R$ 381.520.856,92**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 229.331.955,00
Imobilizado (Bens Móveis)	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 10.772.240,97	R$ 820,00
Intangível (Softwares)	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.140.907,32	R$ 4.063.090,38	R$ 3.650,97
SUBTOTAL — ATIVO NÃO CIRCULANTE	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 1.140.907,32**	**R$ 14.835.331,35**	**R$ 229.336.425,97**
TOTAL DO ATIVO	**R$ 92.733.339,34**	**R$ 107.322.437,97**	**R$ 583.648.603,05**	**R$ 666.875.724,81**	**R$ 610.857.282,89**

Células azuis = dados do Balanço Patrimonial (SCG). Subtotais/Total por fórmula.

8.4.4 PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO — VALORES (R$) — FEMA 2153

Especificação	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo Circulante	R$ 110.747,17	R$ 121.640,45	R$ 107.661,09	R$ 559.327,99	R$ 231.064,63
Passivo Não Circulante	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SUBTOTAL — PASSIVO EXIGÍVEL	**R$ 110.747,17**	**R$ 121.640,45**	**R$ 107.661,09**	**R$ 559.327,99**	**R$ 231.064,63**

Patrimônio Líquido	R$ 92.622.592,17	R$ 107.200.797,52	R$ 583.540.941,96	R$ 666.316.396,82	R$ 610.626.218,26
TOTAL DO PASSIVO + PL	**R$ 92.733.339,34**	**R$ 107.322.437,97**	**R$ 583.648.603,05**	**R$ 666.875.724,81**	**R$ 610.857.282,89**

MEMO — Composição do Patrimônio Líquido					
Resultado do Exercício (VPA − VPD)	R$ 13.998.060,91	R$ 14.578.205,35	R$ 476.340.144,44	R$ 82.775.454,86	R$ 343.348.158,73

O Resultado do Exercício de 2023 (R$ 476,3 mi) e de 2025 (R$ 343,3 mi) destoa dos demais (≈R$ 14 mi em 2021-2022), refletindo variações patrimoniais extraordinárias — a explicar em Nota Explicativa. Passivo Não Circulante nulo em todo o período.

8.4.5 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — BALANÇO PATRIMONIAL 2021–2025

Var.% = variação ano a ano | Índice base 100 em 2021

AH — ATIVO									
Especificação	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Caixa e Equivalentes	15,8%	71,6%	37,9%	29,3%	100,0	115,8	198,8	274,1	354,4
Demais Créditos a Curto Prazo	0,0%	45638,7%	0,0%	-86,0%	100,0	100,0	45738,7	45738,7	6394,9
Estoques	35,8%	37,0%	134,4%	-10,5%	100,0	135,8	186,0	436,0	390,3
Ativo Circulante	15,7%	442,8%	11,9%	-41,5%	100,0	115,7	628,2	703,1	411,4
Ativo Não Circulante	-	-	1200,3%	1445,9%	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	**15,7%**	**443,8%**	**14,3%**	**-8,4%**	**100,0**	**115,7**	**629,4**	**719,1**	**658,7**

AH — PASSIVO E PL									
Especificação	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Passivo Circulante	9,8%	-11,5%	419,5%	-58,7%	100,0	109,8	97,2	505,0	208,6
Patrimônio Líquido	15,7%	444,3%	14,2%	-8,4%	100,0	115,7	630,0	719,4	659,3
Resultado do Exercício	4,1%	3167,5%	-82,6%	314,8%	100,0	104,1	3402,9	591,3	2452,8
TOTAL PASSIVO + PL	**15,7%**	**443,8%**	**14,3%**	**-8,4%**	**100,0**	**115,7**	**629,4**	**719,1**	**658,7**

Índice 2021=100. '-' onde a base é zero (conta inexistente no ano-base). Valores nominais.

8.4.6 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % DO BALANÇO PATRIMONIAL

AV — ATIVO (composição sobre o Ativo Total)					
Especificação (% do Ativo Total)	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Caixa e Equivalentes	98,8%	98,9%	31,2%	37,7%	53,2%
Demais Créditos a Curto Prazo	0,9%	0,8%	68,5%	60,0%	9,2%
Estoques	0,2%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%
Ativo Circulante	**100,0%**	**100,0%**	**99,8%**	**97,8%**	**62,5%**
Realizável a Longo Prazo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	37,5%
Imobilizado	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%
Intangível	0,0%	0,0%	0,2%	0,6%	0,0%
Ativo Não Circulante	**0,0%**	**0,0%**	**0,2%**	**2,2%**	**37,5%**

AV — PASSIVO E PL (composição sobre o Total)					
Especificação (% do Ativo Total)	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Passivo Exigível	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Patrimônio Líquido	**99,9%**	**99,9%**	**100,0%**	**99,9%**	**100,0%**

Cada célula = participação da conta no Ativo Total (ou no Total do Passivo+PL). Valores nominais.

8.4.7 DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES — BALANÇO PATRIMONIAL / FEMA 2153

Acertos e falhas na evolução patrimonial e medidas de melhoria — base: abas Consolidado, AH e AV

✓ ACERTOS NA SITUAÇÃO PATRIMONIAL		
1	**Patrimônio Líquido robusto e crescente**	O PL passou de R$ 92,62 mi (2021) para R$ 610,63 mi (2025), com pico de R$ 666,32 mi em 2024. A situação líquida do Fundo é sólida e amplamente positiva.
2	**Endividamento praticamente nulo**	O passivo exigível é irrelevante (de R$ 108 mil a R$ 559 mil; passivo não circulante zero). O PL representa mais de 99,9% do total — independência financeira quase absoluta.

3	**Liquidez patrimonial elevadíssima**	A liquidez corrente é de centenas de vezes (Ativo Circulante muito superior ao Passivo Circulante), não havendo qualquer risco de solvência.
4	**Avanço no reconhecimento de ativos**	A partir de 2023-2024 passaram a ser registrados Intangível (softwares) e Imobilizado (bens móveis, R$ 10,77 mi em 2024), indicando evolução no reconhecimento patrimonial.

✗ PONTOS A SEREM ANALISADOS		
1	**Variações patrimoniais expressivas sem evidenciação**	Principal fragilidade: o Ativo saltou de R$ 107,3 mi (2022) para R$ 583,6 mi (2023) — alta de 444% — pelo registro de 'Demais Créditos a Curto Prazo' de R$ 399,9 mi, com Resultado do Exercício de R$ 476,3 mi. A natureza e a mensuração desse crédito não estão evidenciadas — é exatamente o que a Nota Explicativa deve esclarecer.
2	**Reclassificações e baixas relevantes em 2024-2025**	Em 2025 o ativo recuou para R$ 610,9 mi: parte dos créditos migrou para o Realizável a Longo Prazo (R$ 229,3 mi) e o Imobilizado despencou de R$ 10,77 mi (2024) para R$ 820,00 (2025). Movimentações que exigem documentação e explicação.
3	**Concentração em créditos a receber de natureza não esclarecida**	Grande parte do ativo é composta por créditos (curto e longo prazo) cuja origem/recuperabilidade não está demonstrada, gerando risco quanto à efetiva realização.
4	**Caixa ocioso elevado**	O Caixa e Equivalentes (R$ 324,80 mi em 2025) segue crescente e representa parcela relevante do ativo, confirmando a subaplicação apontada nos Anexos 12 e 13.

→ O QUE A SECRETARIA DEVE ADOTAR PARA MELHORAR		
1	**Evidenciar os 'Demais Créditos' (R$ 399,9 mi)**	Elaborar nota explicativa detalhando a origem, a natureza, a base de mensuração e a expectativa de realização desses créditos, bem como o Resultado do Exercício de 2023.

2	**Documentar reclassificações e baixas**	Registrar e explicar as reclassificações (curto/longo prazo) e as baixas de imobilizado/intangível de 2024-2025, com os respectivos fundamentos.
3	**Avaliar recuperabilidade dos créditos**	Analisar a probabilidade de realização e constituir ajuste para perdas, se aplicável, conforme as normas contábeis (NBC TSP/MCASP).
4	**Conciliação e conformidade patrimonial**	Realizar conciliação periódica das contas do ativo, assegurando consistência entre os sistemas patrimonial, orçamentário e financeiro.
5	**Aplicar o caixa acumulado**	Reduzir o saldo ocioso, direcionando recursos às finalidades ambientais do Fundo (recomendação comum aos demais demonstrativos).
6	**Notas explicativas periódicas (padrão SCG)**	Adotar a rotina de notas explicativas das DCASP antes do fechamento contábil, evidenciando os fatos patrimoniais relevantes.

Base analítica: abas Balanço Consolidado, Análise Horizontal e Análise Vertical (Anexo 14/SCG). Valores nominais. Recomendações de caráter técnico-contábil de boas práticas; não substituem parecer/decisão da administração.

8.4.8 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO PATRIMONIAL / FEMA 2153 (2021–2025)

Achados que subsidiam a Nota Explicativa de Demonstração Contábil

#	Ponto	Descrição / Evidência
1	**Salto do Ativo em 2023 (+444%)**	O Ativo Total passou de R$ 107,32 mi (2022) para R$ 583,65 mi (2023), por conta do registro de 'Demais Créditos e Valores a Curto Prazo' de R$ 399,91 mi. É o fato patrimonial mais relevante do período e demanda nota explicativa sobre sua natureza.

2	**Resultado do Exercício atípico**	O resultado patrimonial foi de ≈R$ 14 mi em 2021-2022, saltou para R$ 476,34 mi em 2023 e R$ 343,35 mi em 2025 — variações extraordinárias que precisam ser evidenciadas e justificadas.
3	**Patrimônio Líquido multiplicado**	O PL cresceu de R$ 92,62 mi (2021) para R$ 610,63 mi (2025) — índice 659 (base 2021=100), acompanhando o reconhecimento dos créditos.
4	**Reclassificação e baixas em 2025**	O Ativo recuou de R$ 666,88 mi (2024) para R$ 610,86 mi (2025): créditos migraram para o Realizável a Longo Prazo (R$ 229,33 mi) e o Imobilizado caiu de R$ 10,77 mi para R$ 820,00 — movimentos a documentar.
5	**Passivo irrelevante**	O passivo exigível variou de R$ 108 mil a R$ 559 mil, com passivo não circulante zero. O PL responde por mais de 99,9% do total — o Fundo praticamente não tem obrigações.
6	**Caixa é o ativo líquido dominante**	O Caixa e Equivalentes cresceu de R$ 91,65 mi (2021) para R$ 324,80 mi (2025), confirmando pelo Balanço Patrimonial o acúmulo de disponibilidades visto no Balanço Financeiro.
7	**Aparecimento de Imobilizado e Intangível**	A partir de 2023-2024 passam a constar Intangível (softwares, até R$ 4,06 mi) e Imobilizado (bens móveis, R$ 10,77 mi em 2024), evidenciando incorporações patrimoniais no período.

Valores nominais (não deflacionados). Percentuais derivados das abas Consolidado, AH e AV. Fonte: Anexo 14 - SCG.

8.5 ANEXO 02 — DESPESA AUTORIZADA × REALIZADA, POR NATUREZA/ELEMENTO
8.5.1 COMPARATIVO POR GRUPO DE DESPESA — SÉRIE 2021 A 2025 (FOCO NAS MAIORES DIFERENÇAS)

Órgão / Unidade Orçamentária:	2153 - Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA
Exercícios analisados:	2021 a 2025 (períodos 1 a 12)
Demonstrativo:	Anexo 02 - Comparativo Despesa Autorizada × Realizada
Medida de execução:	Despesa Empenhada (conferida: bate 100% com os totais)
Fonte dos dados:	SCG - Sistema de Contabilidade do Estado de Goiás
Moeda:	Reais (R$) - valores nominais (não deflacionados)

ABAS: 2.Autorizado x Realizado | 3.Despesa por Grupo | 4.Análise Horizontal | 5.Destaques e Medidas

Nota: no Anexo 02 a dotação (autorizada) é fixada por CATEGORIA e a execução (empenhada) detalhada por ELEMENTO. Por isso o 'Autorizado × Realizado' é apresentado por categoria, e o detalhe por grupo de despesa mostra a execução (empenhada). A soma dos elementos foi conferida e bate 100% com os totais. Valores nominais.

8.5.2 DESPESA AUTORIZADA × REALIZADA (EMPENHADA) — POR CATEGORIA

DOTAÇÃO AUTORIZADA					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 34.347.994,25	R$ 35.344.384,66	R$ 33.701.273,39	R$ 56.848.997,51	R$ 71.073.584,47
Despesas de Capital	R$ 13.088.445,85	R$ 1.191.177,60	R$ 10.329.031,77	R$ 29.439.420,74	R$ 24.377.235,07
Reserva de Contingência	R$ 2.954.000,00	R$ 3.308.000,00	R$ 368.000,00	R$ 17.800.000,00	R$ 26.957.368,00
TOTAL	**R$ 50.390.440,10**	**R$ 39.843.562,26**	**R$ 44.398.305,16**	**R$ 104.088.418,25**	**R$ 122.408.187,54**

DESPESA REALIZADA (EMPENHADA)					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesas Correntes	R$ 21.137.517,41	R$ 24.213.223,46	R$ 23.627.539,42	R$ 34.034.091,68	R$ 46.155.040,14
Despesas de Capital	R$ 11.825.063,64	R$ 28.665,99	R$ 6.468.146,04	R$ 14.928.313,29	R$ 13.581.528,82
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 32.962.581,05**	**R$ 24.241.889,45**	**R$ 30.095.685,46**	**R$ 48.962.404,97**	**R$ 59.736.568,96**

DIFERENÇA (Autorizado − Realizado) e % de EXECUÇÃO					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Diferença Despesas Correntes	R$ 13.210.476,84	R$ 11.131.161,20	R$ 10.073.733,97	R$ 22.814.905,83	R$ 24.918.544,33
Diferença Despesas de Capital	R$ 1.263.382,21	R$ 1.162.511,61	R$ 3.860.885,73	R$ 14.511.107,45	R$ 10.795.706,25
Diferença Reserva de Contingência	R$ 2.954.000,00	R$ 3.308.000,00	R$ 368.000,00	R$ 17.800.000,00	R$ 26.957.368,00
Diferença TOTAL	**R$ 17.427.859,05**	**R$ 15.601.672,81**	**R$ 14.302.619,70**	**R$ 55.126.013,28**	**R$ 62.671.618,58**
% Execução TOTAL (Realizado/Autorizado)	**65,4%**	**60,8%**	**67,8%**	**47,0%**	**48,8%**

A 'Diferença' positiva = dotação autorizada NÃO executada (saldo). Os maiores gaps estão em Capital e Reserva, e o % de execução total caiu para ~47-49% em 2024-2025 — principal ponto a corrigir com melhor planejamento. Valores nominais.

8.5.3 DESPESA REALIZADA (EMPENHADA) POR GRUPO — FEMA 2153

DESPESAS CORRENTES (por grupo)					
Grupo de Despesa	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Diárias	R$ 856.340,10	R$ 1.254.873,28	R$ 1.259.910,00	R$ 1.069.446,56	R$ 865.310,68
Material de Consumo	R$ 1.172.546,45	R$ 1.098.752,26	R$ 1.060.519,40	R$ 1.219.518,23	R$ 1.171.789,02
Passagens e Desp. com Locomoção	R$ 892.551,16	R$ 858.710,64	R$ 1.724.219,70	R$ 1.930.141,30	R$ 2.244.830,13
Terceirização de Mão de Obra (Pessoal)	R$ 0,00	R$ 5.457.852,28	R$ 5.825.450,72	R$ 7.832.744,86	R$ 9.478.905,80
Serviços de Consultoria/Técnicos (Meio Amb.)	R$ 8.494.724,75	R$ 3.546.105,62	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 55.163,32	R$ 56.374,60	R$ 51.435,66	R$ 25.311,21	R$ 0,00

Locação de Mão de Obra	R$ 5.855.503,04	R$ 5.438.116,44	R$ 4.481.946,74	R$ 5.433.733,79	R$ 8.741.791,02
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 3.349.546,89	R$ 5.916.344,07	R$ 3.333.897,63	R$ 2.516.887,08	R$ 1.427.486,19
Serviços de TIC - Pessoa Jurídica	R$ 128.039,37	R$ 65.271,61	R$ 75.596,84	R$ 59.105,60	R$ 44.242,51
Obrigações Tributárias	R$ 280.186,73	R$ 470.000,00	R$ 604.717,72	R$ 590.000,00	R$ 852.356,57
Sentenças Judiciais	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.053.168,45	R$ 13.112.917,13	R$ 21.264.323,27
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 52.915,60	R$ 50.822,66	R$ 156.676,56	R$ 244.285,92	R$ 64.004,95
SUBTOTAL	**R$ 21.137.517,41**	**R$ 24.213.223,46**	**R$ 23.627.539,42**	**R$ 34.034.091,68**	**R$ 46.155.040,14**

DESPESAS DE CAPITAL (por grupo)					
Grupo de Despesa	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Investimentos - Software/TIC	R$ 1.781.013,56	R$ 0,00	R$ 1.376.599,61	R$ 2.934.357,88	R$ 1.555.191,06
Investimentos - Equip./Mat. Permanente	R$ 61.604,23	R$ 28.665,99	R$ 2.302.914,99	R$ 820,00	R$ 0,00
Investimentos - Aquisição/Entrega de Bens	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 2.788.631,44	R$ 10.649.787,67	R$ 12.026.337,76
Inversões - Desapropriação de Imóveis	R$ 9.982.445,85	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Inversões Financeiras - Entrega de Bens	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.343.347,74	R$ 0,00
SUBTOTAL	**R$ 11.825.063,64**	**R$ 28.665,99**	**R$ 6.468.146,04**	**R$ 14.928.313,29**	**R$ 13.581.528,82**

TOTAL GERAL (Correntes + Capital)	**R$ 32.962.581,05**	**R$ 24.241.889,45**	**R$ 30.095.685,46**	**R$ 48.962.404,97**	**R$ 59.736.568,96**

Valores empenhados por grupo de natureza de despesa. A soma bate com os totais do Anexo 02 (conferido). Valores nominais.

8.5.4 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — DESPESA EMPENHADA POR GRUPO (2021–2025)

Variação % ano a ano e variação total do período (2021 → 2025)

AH — DESPESAS CORRENTES (grupos)					
Grupo de Despesa	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Var. Total 21→25 (R$)**
Diárias	46,5%	0,4%	-15,1%	-19,1%	R$ 8.970,58
Material de Consumo	-6,3%	-3,5%	15,0%	-3,9%	-R$ 757,43
Passagens e Desp. com Locomoção	-3,8%	100,8%	11,9%	16,3%	R$ 1.352.278,97
Terceirização de Mão de Obra (Pessoal)	-	6,7%	34,5%	21,0%	R$ 9.478.905,80

Serviços de Consultoria/Técnicos (Meio Amb.)	-58,3%	-100,0%	-	-	-R$ 8.494.724,75
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2,2%	-8,8%	-50,8%	-100,0%	-R$ 55.163,32
Locação de Mão de Obra	-7,1%	-17,6%	21,2%	60,9%	R$ 2.886.287,98
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	76,6%	-43,6%	-24,5%	-43,3%	-R$ 1.922.060,70
Serviços de TIC - Pessoa Jurídica	-49,0%	15,8%	-21,8%	-25,1%	-R$ 83.796,86
Obrigações Tributárias	67,7%	28,7%	-2,4%	44,5%	R$ 572.169,84
Sentenças Judiciais	-	-	159,5%	62,2%	R$ 21.264.323,27
Despesas de Exercícios Anteriores	-4,0%	208,3%	55,9%	-73,8%	R$ 11.089,35

AH — DESPESAS DE CAPITAL (grupos)

Grupo de Despesa	Var.% 22/21	Var.% 23/22	Var.% 24/23	Var.% 25/24	Var. Total 21→25 (R$)
Investimentos - Software/TIC	-100,0%	-	113,2%	-47,0%	-R$ 225.822,50
Investimentos - Equip./Mat. Permanente	-53,5%	7933,6%	-100,0%	-100,0%	-R$ 61.604,23
Investimentos - Aquisição/Entrega de Bens	-	-	281,9%	12,9%	R$ 12.026.337,76
Inversões - Desapropriação de Imóveis	-100,0%	-	-	-	-R$ 9.982.445,85
Inversões Financeiras - Entrega de Bens	-	-	-	-100,0%	R$ 0,00

'-' onde a base do ano é zero (grupo inexistente naquele ano). 'Var. Total' = empenhado de 2025 menos o de 2021. Valores nominais.

8.5.5 DESTAQUES (O QUE MAIS VARIOU) E MEDIDAS — ANEXO 02 / FEMA 2153

★ DESTAQUES — O QUE MAIS VARIOU / EXCEDEU

1	**Sentenças Judiciais — de R$ 0 a R$ 21,26 mi**	Maior variação do período. Surgem em 2023 (R$ 5,05 mi) e disparam para R$ 13,11 mi (2024) e R$ 21,26 mi (2025). É o grupo que mais 'excedeu' e o principal responsável pelo crescimento da despesa — item de alta imprevisibilidade que exige provisionamento e evidenciação em nota.
2	**Investimentos - Aquisição/Entrega de Bens**	De R$ 0 (2021-2022) para R$ 2,79 mi (2023), R$ 10,65 mi (2024) e R$ 12,03 mi (2025). Grande expansão de capital, provavelmente vinculada a recursos/compensações ambientais.
3	**Terceirização de Mão de Obra (Pessoal)**	De R$ 0 (2021) para R$ 9,48 mi (2025). Substituiu parte dos serviços diretos; contrato crescente devido a necessidade.

4	**Serviços de Consultoria (Meio Ambiente)**	R$ 8,49 mi em 2021, caindo para R$ 3,55 mi (2022) e R$ 0 depois. Forte redução —
5	**Inversões - Desapropriação de Imóveis**	R$ 9,98 mi empenhados APENAS em 2021 (evento não recorrente), zerando nos anos seguintes.
6	**Locação de Mão de Obra e Serviços de PJ**	Locação oscilou entre R$ 4,48 mi e R$ 8,74 mi; Serviços de Terceiros - PJ teve pico de R$ 5,92 mi (2022) e caiu para R$ 1,43 mi (2025). Volatilidade relevante.

➜ MEDIDAS PARA EVITAR MUITAS DIFERENÇAS		
1	**Provisionar e planejar as Sentenças Judiciais**	Reconhecer e provisionar os passivos judiciais prováveis e reservar dotação específica — é a maior fonte de variação e de diferença entre o previsto e o realizado.
2	**Aprimorar a previsão da dotação por grupo**	Estimar a dotação inicial de cada grupo com base na série histórica, reduzindo suplementações e reduções bruscas ao longo do exercício.
3	**Cronograma físico-financeiro com metas**	Definir metas de execução por grupo e cronograma de empenho/liquidação, reduzindo a distância entre autorizado e realizado (execução caiu a ~47-49% em 2024-2025).
4	**Planejar os investimentos de capital**	Manter projetos e licitações prontos para as aquisições/entregas de bens, evitando concentração e execução parcial da dotação de capital.
5	**Monitorar terceirização e locação de mão de obra**	Acompanhar a evolução desses contratos (crescentes) com planejamento plurianual e controle de custos.

6	**Evitar créditos adicionais sem execução**	Revisar a dotação conforme a execução real; não abrir suplementações que não serão empenhadas no exercício.
7	**Evidenciar em notas explicativas**	Registrar em nota os grupos de maior variação (sentenças, consultoria, desapropriação, aquisições) para dar transparência às diferenças.

Base: aba Despesa por Grupo e Análise Horizontal (Anexo 02/SCG, empenhado conferido com os totais). Valores nominais. Recomendações de caráter técnico-gerencial; não substituem parecer/decisão da administração.

9. ANÁLISES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E ORÇAMENTOS – UNIDADE 2101

ESTADO DE GOIÁS — SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
GABINETE DO SECRETÁRIO — Unidade Orçamentária 2101 (Recursos do Tesouro)

9.1 ANEXO 12 — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Lei nº 4.320/64)
9.1.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025

Órgão / Unidade Orçamentária:	2101 - Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Des. Sustentável
Exercícios analisados:	2021 a 2025 (períodos 1 a 12)
Demonstrativo:	Anexo 12 - Balanço Orçamentário (foco na Despesa)
Fonte de recursos predominante:	Tesouro Estadual (repasses via transferências financeiras)
Fonte dos dados:	SCG - Sistema de Contabilidade do Estado de Goiás
Moeda:	Reais (R$) - valores nominais (não deflacionados)

ABAS: 2.Consolidado | 3.Despesas | 4.Análise Horizontal | 5.Análise Vertical | 6.Diagnóstico e Recomend. | 7.Pontos Relevantes

Nota metodológica: a 2101 é unidade administrativa custeada pelo Tesouro; a receita própria é residual e o custeio vem de repasses (evidenciados no Balanço Financeiro). Por isso a análise foca na DESPESA (com destaque para Pessoal e Encargos). A receita própria consta apenas como memória no Consolidado. Valores nominais; percentuais por fórmula.

9.1.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO — 2101 (R$)

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025
DESPESA					
Dotação Inicial	R$ 75.110.000,00	R$ 64.069.000,00	R$ 71.933.000,00	R$ 88.593.000,00	R$ 101.934.516,00
Dotação Atualizada	**R$ 69.314.006,94**	**R$ 113.794.732,93**	**R$ 76.711.798,77**	**R$ 91.283.504,36**	**R$ 97.222.718,00**
Despesa Empenhada	**R$ 64.033.356,50**	**R$ 68.112.235,19**	**R$ 74.752.285,79**	**R$ 87.195.339,31**	**R$ 94.181.841,86**
Despesa Liquidada	R$ 61.880.402,47	R$ 67.765.773,74	R$ 72.949.957,29	R$ 85.579.501,41	R$ 93.557.572,60
Despesa Paga	R$ 61.880.402,47	R$ 67.765.773,74	R$ 72.949.957,29	R$ 85.579.388,72	R$ 93.165.679,28
Saldo de Dotação (Atualizada − Empenhada)	R$ 5.280.650,44	R$ 45.682.497,74	R$ 1.959.512,98	R$ 4.088.165,05	R$ 3.040.876,14
dos quais: Pessoal e Encargos (Empenhado)	R$ 57.544.568,06	R$ 62.888.123,75	R$ 69.518.963,36	R$ 81.395.885,18	R$ 82.814.982,00
RECEITA PRÓPRIA (memória)					
Receita Prevista (Atualizada)	R$ 6.081.000,00	R$ 3.073.000,00	R$ 1.595.000,00	R$ 2.618.000,00	R$ 2.759.000,00
Receita Própria Realizada	R$ 2.215.461,61	R$ 2.678.722,75	R$ 2.123.094,47	R$ 3.198.565,26	R$ 1.886.115,96
Dependência do Tesouro (Despesa Emp. − Receita Própria)	**R$ 61.817.894,89**	**R$ 65.433.512,44**	**R$ 72.629.191,32**	**R$ 83.996.774,05**	**R$ 92.295.725,90**
INDICADORES (%)					
% Execução da Despesa (Empenhada / Dotação Atualizada)	92,4%	59,9%	97,4%	95,5%	96,9%
% Liquidação (Liquidada / Empenhada)	96,6%	99,5%	97,6%	98,1%	99,3%
% Pagamento (Paga / Empenhada)	96,6%	99,5%	97,6%	98,1%	98,9%
Peso da Folha (Pessoal Empenhado / Despesa Empenhada)	89,9%	92,3%	93,0%	93,3%	87,9%
Cobertura própria (Receita Própria / Despesa Empenhada)	3,5%	3,9%	2,8%	3,7%	2,0%

A 'Dependência do Tesouro' mostra o quanto da despesa NÃO é coberto por receita própria (financiado por repasses do Tesouro, vistos no Balanço Financeiro). O 'Peso da Folha' evidencia a rigidez da despesa. Valores nominais.

9.1.3 RECEITA PRÓPRIA — VALORES (R$) — 2101 (memória)

RECEITA REALIZADA (por categoria)					
Rubrica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Receita Patrimonial	R$ 403.403,16	R$ 1.519.847,55	R$ 1.859.094,47	R$ 1.311.757,06	R$ 1.837.496,96
Demais Receitas Correntes	R$ 1.812.058,45	R$ 1.158.875,20	R$ 264.000,00	R$ 1.886.808,20	R$ 48.619,00
TOTAL REALIZADA	**R$ 2.215.461,61**	**R$ 2.678.722,75**	**R$ 2.123.094,47**	**R$ 3.198.565,26**	**R$ 1.886.115,96**

PREVISÃO x REALIZAÇÃO (total)					
Rubrica	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Previsão Inicial	R$ 6.081.000,00	R$ 3.073.000,00	R$ 1.595.000,00	R$ 2.618.000,00	R$ 2.759.000,00
Previsão Atualizada	R$ 6.081.000,00	R$ 3.073.000,00	R$ 1.595.000,00	R$ 2.618.000,00	R$ 2.759.000,00
Receita Realizada	R$ 2.215.461,61	R$ 2.678.722,75	R$ 2.123.094,47	R$ 3.198.565,26	R$ 1.886.115,96
Excesso / (Insuficiência) de Arrecadação	**-R$ 3.865.538,39**	**-R$ 394.277,25**	**R$ 528.094,47**	**R$ 580.565,26**	**-R$ 872.884,04**

Receita própria residual: a rubrica 'Demais Receitas Correntes' agrega itens não detalhados no extrato. O custeio da unidade vem de repasses do Tesouro (ver Balanço Financeiro).

9.1.4 DESPESA ORÇAMENTÁRIA — VALORES (R$) — 2101

DOTAÇÃO INICIAL					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Pessoal e Encargos Sociais	R$ 59.080.000,00	R$ 57.371.000,00	R$ 68.399.000,00	R$ 82.367.000,00	R$ 90.631.000,00
Outras Despesas Correntes	R$ 7.810.000,00	R$ 5.973.000,00	R$ 3.514.000,00	R$ 4.836.000,00	R$ 5.613.021,00
Despesas de Capital	R$ 8.220.000,00	R$ 725.000,00	R$ 20.000,00	R$ 1.390.000,00	R$ 5.690.495,00
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 75.110.000,00**	**R$ 64.069.000,00**	**R$ 71.933.000,00**	**R$ 88.593.000,00**	**R$ 101.934.516,00**

DOTAÇÃO ATUALIZADA					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**

Pessoal e Encargos Sociais	R$ 57.642.296,52	R$ 67.996.732,93	R$ 70.149.000,00	R$ 82.367.000,00	R$ 82.908.539,95
Outras Despesas Correntes	R$ 7.080.020,72	R$ 45.073.000,00	R$ 5.172.249,77	R$ 6.555.979,40	R$ 6.741.474,05
Despesas de Capital	R$ 4.591.689,70	R$ 725.000,00	R$ 1.390.549,00	R$ 2.360.524,96	R$ 7.572.704,00
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 69.314.006,94**	**R$ 113.794.732,93**	**R$ 76.711.798,77**	**R$ 91.283.504,36**	**R$ 97.222.718,00**

DESPESA EMPENHADA					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Pessoal e Encargos Sociais	R$ 57.544.568,06	R$ 62.888.123,75	R$ 69.518.963,36	R$ 81.395.885,18	R$ 82.814.982,00
Outras Despesas Correntes	R$ 3.877.150,55	R$ 5.110.691,08	R$ 3.862.772,43	R$ 4.482.613,06	R$ 4.152.531,13
Despesas de Capital	R$ 2.611.637,89	R$ 113.420,36	R$ 1.370.550,00	R$ 1.316.841,07	R$ 7.214.328,73
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 64.033.356,50**	**R$ 68.112.235,19**	**R$ 74.752.285,79**	**R$ 87.195.339,31**	**R$ 94.181.841,86**

DESPESA LIQUIDADA					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Pessoal e Encargos Sociais	R$ 57.544.568,06	R$ 62.888.123,75	R$ 69.518.963,36	R$ 81.395.885,18	R$ 82.814.982,00
Outras Despesas Correntes	R$ 3.396.898,26	R$ 4.815.160,11	R$ 3.430.993,93	R$ 4.134.959,49	R$ 4.012.010,87
Despesas de Capital	R$ 938.936,15	R$ 62.489,88	R$ 0,00	R$ 48.656,74	R$ 6.730.579,73
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 61.880.402,47**	**R$ 67.765.773,74**	**R$ 72.949.957,29**	**R$ 85.579.501,41**	**R$ 93.557.572,60**

DESPESA PAGA					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Pessoal e Encargos Sociais	R$ 57.544.568,06	R$ 62.888.123,75	R$ 69.518.963,36	R$ 81.395.885,18	R$ 82.423.088,68
Outras Despesas Correntes	R$ 3.396.898,26	R$ 4.815.160,11	R$ 3.430.993,93	R$ 4.134.846,80	R$ 4.012.010,87
Despesas de Capital	R$ 938.936,15	R$ 62.489,88	R$ 0,00	R$ 48.656,74	R$ 6.730.579,73
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 61.880.402,47**	**R$ 67.765.773,74**	**R$ 72.949.957,29**	**R$ 85.579.388,72**	**R$ 93.165.679,28**

SALDO DA DOTAÇÃO (Atualizada – Empenhada)					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Pessoal e Encargos Sociais	R$ 97.728,46	R$ 5.108.609,18	R$ 630.036,64	R$ 971.114,82	R$ 93.557,95

Outras Despesas Correntes	R$ 3.202.870,17	R$ 39.962.308,92	R$ 1.309.477,34	R$ 2.073.366,34	R$ 2.588.942,92
Despesas de Capital	R$ 1.980.051,81	R$ 611.579,64	R$ 19.999,00	R$ 1.043.683,89	R$ 358.375,27
Reserva de Contingência	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 5.280.650,44**	**R$ 45.682.497,74**	**R$ 1.959.512,98**	**R$ 4.088.165,05**	**R$ 3.040.876,14**

9.1.5 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — DESPESA 2101 (2021–2025)

Var.% = variação ano a ano | Índice base 100 em 2021

AH — DESPESA EMPENHADA									
Categoria	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Pessoal e Encargos Sociais	9,3%	10,5%	17,1%	1,7%	100,0	109,3	120,8	141,4	143,9
Outras Despesas Correntes	31,8%	-24,4%	16,0%	-7,4%	100,0	131,8	99,6	115,6	107,1
Despesas de Capital	-95,7%	1108,4%	-3,9%	447,9%	100,0	4,3	52,5	50,4	276,2
TOTAL	**6,4%**	**9,7%**	**16,6%**	**8,0%**	**100,0**	**106,4**	**116,7**	**136,2**	**147,1**

AH — DOTAÇÃO ATUALIZADA									
Categoria	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Pessoal e Encargos Sociais	18,0%	3,2%	17,4%	0,7%	100,0	118,0	121,7	142,9	143,8
Outras Despesas Correntes	536,6%	-88,5%	26,8%	2,8%	100,0	636,6	73,1	92,6	95,2
Despesas de Capital	-84,2%	91,8%	69,8%	220,8%	100,0	15,8	30,3	51,4	164,9
TOTAL	**64,2%**	**-32,6%**	**19,0%**	**6,5%**	**100,0**	**164,2**	**110,7**	**131,7**	**140,3**

Índice 2021=100. Reserva de Contingência omitida (nula). Valores nominais.

9.1.6 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % DA DESPESA

AV — DESPESA EMPENHADA (composição da execução)					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Pessoal e Encargos Sociais	89,9%	92,3%	93,0%	93,3%	87,9%
Outras Despesas Correntes	6,1%	7,5%	5,2%	5,1%	4,4%
Despesas de Capital	4,1%	0,2%	1,8%	1,5%	7,7%

TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AV — DESPESA PAGA (composição do pagamento)					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Pessoal e Encargos Sociais	93,0%	92,8%	95,3%	95,1%	88,5%
Outras Despesas Correntes	5,5%	7,1%	4,7%	4,8%	4,3%
Despesas de Capital	1,5%	0,1%	0,0%	0,1%	7,2%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Cada célula = participação da categoria no total do ano. Destaque para o peso de Pessoal e Encargos. Colunas somam 100%.

9.1.7 DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES — DESPESA / 2101

Acertos e falhas na execução e medidas de melhoria — base: abas Consolidado, AH e AV

✓ ACERTOS NA EXECUÇÃO		
1	**Alta execução orçamentária**	O empenho sobre a dotação atualizada ficou entre 95% e 97% em 2023-2025 (92% em 2021), bem acima do FEMA — boa aderência entre orçamento e execução.
2	**Folha paga em dia**	A relação Paga/Empenhada é praticamente 100% e a liquidação de pessoal é integral, sem inscrição relevante de Restos a Pagar de pessoal.
3	**Baixo saldo não executado (exceto 2022)**	Nos anos de 2021, 2023, 2024 e 2025 o saldo de dotação foi reduzido (R$ 2 mi a R$ 5,3 mi), indicando planejamento aderente.
4	**Priorização do essencial**	A despesa concentra-se em Pessoal e Encargos, assegurando o funcionamento da estrutura administrativa do órgão.

➜ O QUE A SECRETARIA DEVE ADOTAR PARA MELHORAR		
1	**Aprimorar o planejamento das suplementações**	Evitar créditos adicionais sem execução (como o de 2022), dimensionando as suplementações pela real necessidade e capacidade de execução.
2	**Monitorar a evolução da folha**	Acompanhar o crescimento de Pessoal e Encargos e seu impacto fiscal, com projeções e controle de expansão de despesa obrigatória.
3	**Planejar investimentos com previsibilidade**	Estruturar a despesa de capital de forma contínua, evitando a volatilidade observada (de R$ 0 a R$ 7,2 mi).
4	**Transparência da fonte Tesouro e da folha**	Evidenciar em nota a dependência de repasses e a composição/execução da despesa de pessoal.

9.1.8 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO / 2101 (2021–2025)

Achados que subsidiam a Nota Explicativa de Demonstração Contábil

#	Ponto	Descrição / Evidência
1	**Despesa dominada por Pessoal e Encargos**	Pessoal representa de 88% (2021) a 93% (2023-2024) da despesa empenhada — perfil típico de unidade administrativa custeada pelo Tesouro. Em 2025, 87,9%.
2	**Crescimento contínuo da folha**	Pessoal empenhado cresceu de R$ 57,54 mi (2021) para R$ 82,81 mi (2025) — +43,9% (índice 144), puxando a despesa total de R$ 64,03 mi para R$ 94,18 mi.

3	**Anomalia de 2022 — crédito não executado**	A dotação saltou para R$ 113,79 mi por suplementação de R$ 49,7 mi (R$ 39,1 mi em Outras Despesas Correntes), mas o empenho foi de R$ 68,11 mi, restando saldo de R$ 45,68 mi. Fato relevante a evidenciar em nota.
4	**Alta execução da despesa**	Salvo 2022 (59,9%), a execução (empenhado/dotação) ficou em 92,4% (2021), 97,4% (2023), 95,5% (2024) e 96,9% (2025) — boa aderência orçamentária.
5	**Pagamento integral da folha**	A despesa paga equivale à liquidada e quase à empenhada (≈100% de pagamento), sem restos a pagar relevantes de pessoal.
6	**Receita própria residual**	A receita própria realizada (R$ 1,9 mi a R$ 3,2 mi) cobre menos de 5% da despesa; a unidade é financiada por repasses do Tesouro (Balanço Financeiro).
7	**Capital marginal e volátil**	As despesas de capital variaram de praticamente zero a R$ 7,21 mi (2025), sem continuidade — investimentos pontuais.

Valores nominais (não deflacionados). Percentuais das abas Consolidado, AH e AV. Fonte: Anexo 12 - SCG (UO 2101).

ESTADO DE GOIÁS — SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GABINETE DO SECRETÁRIO — Unidade Orçamentária 2101 (Recursos do Tesouro)

9.2 ANEXO 13 — BALANÇO FINANCEIRO (Lei nº 4.320/64)
9.2.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL — SÉRIE HISTÓRICA 2021 a 2025

Órgão / Unidade Orçamentária:	2101 - Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Des. Sustentável
Exercícios analisados:	2021 a 2025 (períodos 1 a 12)
Demonstrativo:	Anexo 13 - Balanço Financeiro (Ingressos e Dispêndios)

Fonte de recursos predominante:	Tesouro Estadual (Transferências Financeiras Recebidas)
Fonte dos dados:	SCG - Sistema de Contabilidade do Estado de Goiás
Moeda:	Reais (R$) - valores nominais (não deflacionados)

ABAS: 2.Balanço Consolidado | 3.Ingressos | 4.Dispêndios | 5.Análise Horizontal | 6.Análise Vertical | 7.Diagnóstico e Recomend. | 8.Pontos Relevantes

Nota metodológica: a 2101 é custeada pelo Tesouro; os ingressos do exercício são dominados pelas Transferências Financeiras Recebidas (repasses). O 'Movimento do Exercício' exclui os saldos de caixa. Valores nominais; percentuais por fórmula.

9.2.2 BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO — 2101 (R$)

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025
INGRESSOS					
Receita Orçamentária (própria)	R$ 2.215.461,61	R$ 2.678.722,75	R$ 2.123.094,47	R$ 3.198.565,26	R$ 1.886.115,96
Transferências Financeiras Recebidas (Tesouro)	**R$ 66.828.307,43**	**R$ 66.925.210,78**	**R$ 72.602.940,51**	**R$ 86.026.187,23**	**R$ 93.252.713,86**
Recebimentos Extraorçamentários	R$ 3.167.928,64	R$ 978.665,60	R$ 1.802.328,50	R$ 16.412.677,51	R$ 52.920.197,98
Subtotal — Ingressos do Exercício	**R$ 72.211.697,68**	**R$ 70.582.599,13**	**R$ 76.528.363,48**	**R$ 105.637.430,00**	**R$ 148.059.027,80**
(+) Saldo do Exercício Anterior (Caixa inicial)	R$ 11.227.041,09	R$ 17.441.215,48	R$ 16.600.007,25	R$ 17.977.643,01	R$ 19.949.536,13
TOTAL DOS INGRESSOS	**R$ 83.438.738,77**	**R$ 88.023.814,61**	**R$ 93.128.370,73**	**R$ 123.615.073,01**	**R$ 168.008.563,93**
DISPÊNDIOS					
Despesa Orçamentária	**R$ 64.033.356,50**	**R$ 68.112.235,19**	**R$ 74.752.285,79**	**R$ 87.195.339,31**	**R$ 94.181.841,86**
Transferências Financeiras Concedidas	R$ 3.849,01	R$ 0,00	R$ 29.767,71	R$ 503.196,58	R$ 968.789,00
Pagamentos Extraorçamentários	R$ 1.960.317,78	R$ 3.311.572,17	R$ 368.674,22	R$ 15.967.000,99	R$ 53.331.024,72
Subtotal — Dispêndios do Exercício	**R$ 65.997.523,29**	**R$ 71.423.807,36**	**R$ 75.150.727,72**	**R$ 103.665.536,88**	**R$ 148.481.655,58**
(+) Saldo para o Exercício Seguinte (Caixa final)	**R$ 17.441.215,48**	**R$ 16.600.007,25**	**R$ 17.977.643,01**	**R$ 19.949.536,13**	**R$ 19.526.908,35**
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	**R$ 83.438.738,77**	**R$ 88.023.814,61**	**R$ 93.128.370,73**	**R$ 123.615.073,01**	**R$ 168.008.563,93**
DISPONIBILIDADES (CAIXA E EQUIVALENTES)					
Variação Líquida das Disponibilidades (Caixa final − inicial)	**R$ 6.214.174,39**	**-R$ 841.208,23**	**R$ 1.377.635,76**	**R$ 1.971.893,12**	**-R$ 422.627,78**
INDICADORES					

Cobertura da Despesa pelo Tesouro (Transf. Receb. / Despesa Orç.)	104,4%	98,3%	97,1%	98,7%	99,0%
Liquidez: Caixa final / Despesa Orçamentária (x)	0,27x	0,24x	0,24x	0,23x	0,21x
Peso do Tesouro nos Ingressos (Transf. Receb. / Ingressos Exerc.)	92,5%	94,8%	94,9%	81,4%	63,0%
Receita Própria / Despesa Orçamentária	3,5%	3,9%	2,8%	3,7%	2,0%

Diferentemente do FEMA, a 2101 NÃO acumula caixa: a disponibilidade fica estável (~R$ 16-20 mi) porque a unidade gasta o que recebe do Tesouro. A 'Cobertura pelo Tesouro' próxima de 100% mostra que os repasses financiam quase toda a despesa. Valores nominais.

9.2.3 INGRESSOS — VALORES (R$) — 2101

Especificação	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Orçamentária	R$ 2.215.461,61	R$ 2.678.722,75	R$ 2.123.094,47	R$ 3.198.565,26	R$ 1.886.115,96
Transferências Financeiras Recebidas (Tesouro)	R$ 66.828.307,43	R$ 66.925.210,78	R$ 72.602.940,51	R$ 86.026.187,23	R$ 93.252.713,86
Recebimentos Extraorçamentários	R$ 3.167.928,64	R$ 978.665,60	R$ 1.802.328,50	R$ 16.412.677,51	R$ 52.920.197,98
SUBTOTAL — Movimento do Exercício	**R$ 72.211.697,68**	**R$ 70.582.599,13**	**R$ 76.528.363,48**	**R$ 105.637.430,00**	**R$ 148.059.027,80**
Saldo do Exercício Anterior (Caixa inicial)	R$ 11.227.041,09	R$ 17.441.215,48	R$ 16.600.007,25	R$ 17.977.643,01	R$ 19.949.536,13
TOTAL DOS INGRESSOS	**R$ 83.438.738,77**	**R$ 88.023.814,61**	**R$ 93.128.370,73**	**R$ 123.615.073,01**	**R$ 168.008.563,93**

Células azuis = dados do Balanço Financeiro (SCG). Subtotal e Total por fórmula.

9.2.4 DISPÊNDIOS — VALORES (R$) — 2101

Especificação	2021	2022	2023	2024	2025
Despesa Orçamentária	R$ 64.033.356,50	R$ 68.112.235,19	R$ 74.752.285,79	R$ 87.195.339,31	R$ 94.181.841,86
Transferências Financeiras Concedidas	R$ 3.849,01	R$ 0,00	R$ 29.767,71	R$ 503.196,58	R$ 968.789,00
Pagamentos Extraorçamentários	R$ 1.960.317,78	R$ 3.311.572,17	R$ 368.674,22	R$ 15.967.000,99	R$ 53.331.024,72
SUBTOTAL — Movimento do Exercício	**R$ 65.997.523,29**	**R$ 71.423.807,36**	**R$ 75.150.727,72**	**R$ 103.665.536,88**	**R$ 148.481.655,58**
Saldo para o Exercício Seguinte (Caixa final)	R$ 17.441.215,48	R$ 16.600.007,25	R$ 17.977.643,01	R$ 19.949.536,13	R$ 19.526.908,35
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	**R$ 83.438.738,77**	**R$ 88.023.814,61**	**R$ 93.128.370,73**	**R$ 123.615.073,01**	**R$ 168.008.563,93**

Células azuis = dados do Balanço Financeiro (SCG). Subtotal e Total por fórmula.

9.2.5 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — BALANÇO FINANCEIRO 2101 (2021–2025)

Var.% = variação ano a ano | Índice base 100 em 2021

AH — INGRESSOS									
Especificação	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Receita Orçamentária	20,9%	-20,7%	50,7%	-41,0%	100,0	120,9	95,8	144,4	85,1
Transf. Financeiras Recebidas (Tesouro)	0,1%	8,5%	18,5%	8,4%	100,0	100,1	108,6	128,7	139,5
Recebimentos Extraorçamentários	-69,1%	84,2%	810,6%	222,4%	100,0	30,9	56,9	518,1	1670,5
Saldo do Exercício Anterior (Caixa)	55,4%	-4,8%	8,3%	11,0%	100,0	155,4	147,9	160,1	177,7
TOTAL DOS INGRESSOS	**5,5%**	**5,8%**	**32,7%**	**35,9%**	**100,0**	**105,5**	**111,6**	**148,2**	**201,4**

AH — DISPÊNDIOS									
Especificação	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Despesa Orçamentária	6,4%	9,7%	16,6%	8,0%	100,0	106,4	116,7	136,2	147,1
Pagamentos Extraorçamentários	68,9%	-88,9%	4230,9%	234,0%	100,0	168,9	18,8	814,5	2720,5
Saldo p/ Exercício Seguinte (Caixa)	-4,8%	8,3%	11,0%	-2,1%	100,0	95,2	103,1	114,4	112,0
TOTAL DOS DISPÊNDIOS	**5,5%**	**5,8%**	**32,7%**	**35,9%**	**100,0**	**105,5**	**111,6**	**148,2**	**201,4**

Índice 2021=100. Valores nominais. 'Transf. Concedidas' e 'Outras Movimentações' omitidas por serem ~nulas.

9.2.6 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % DO MOVIMENTO DO EXERCÍCIO

Participação de cada item no Movimento do Exercício (exclui saldos de caixa)

AV — INGRESSOS DO EXERCÍCIO					
Especificação	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Receita Orçamentária	3,1%	3,8%	2,8%	3,0%	1,3%
Transf. Financeiras Recebidas (Tesouro)	92,5%	94,8%	94,9%	81,4%	63,0%
Recebimentos Extraorçamentários	4,4%	1,4%	2,4%	15,5%	35,7%
TOTAL (Movimento do Exercício)	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

AV — DISPÊNDIOS DO EXERCÍCIO					
Especificação	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Despesa Orçamentária	97,0%	95,4%	99,5%	84,1%	63,4%
Transf. Financeiras Concedidas	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,7%
Pagamentos Extraorçamentários	3,0%	4,6%	0,5%	15,4%	35,9%
TOTAL (Movimento do Exercício)	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Base = Movimento do Exercício (exclui Saldo de Caixa). Colunas somam 100%. Destaque para o peso do Tesouro nos ingressos.

9.2.7 DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES — BALANÇO FINANCEIRO / 2101

Acertos e falhas na gestão financeira e medidas de melhoria — base: abas Consolidado, AH e AV

✓ ACERTOS NA GESTÃO FINANCEIRA		
1	**Equilíbrio financeiro**	Os repasses do Tesouro cobrem praticamente toda a despesa (cobertura de ~100% a 104%), sem déficit de caixa em nenhum exercício.
2	**Sem acúmulo ocioso de caixa**	A disponibilidade fica estável (~R$ 16-20 mi): a unidade aplica o que recebe, ao contrário do FEMA. Boa eficiência alocativa dos recursos do Tesouro.
3	**Disponibilidade estável e previsível**	A variação líquida do caixa é pequena em todos os anos (entre -R$ 0,84 mi e +R$ 6,21 mi), indicando fluxo financeiro controlado.

4	**Pagamento da folha honrado**	O fluxo de repasses e pagamentos sustenta a folha de pagamento sem descontinuidade.

➜ O QUE A SECRETARIA VAI ADOTAR PARA MELHORAR		
1	**Evidenciar a natureza dos extraorçamentários**	Detalhar em nota a composição dos recebimentos/pagamentos extraorçamentários (consignações, retenções, restos a pagar, depósitos), sobretudo o salto de 2025.
2	**Programação financeira de repasses**	Alinhar o cronograma de repasses do Tesouro ao fluxo da despesa (folha), evitando descasamentos e mantendo colchão mínimo de liquidez.
3	**Gestão de restos a pagar e consignações**	Controlar e conciliar os valores extraorçamentários, quitando tempestivamente e evitando acúmulo.

Base analítica: abas Balanço Consolidado, Análise Horizontal e Análise Vertical (Anexo 13/SCG - UO 2101). Valores nominais. Recomendações de caráter técnico-gerencial; não substituem parecer/decisão da administração.

9.2.8 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO FINANCEIRO / 2101 (2021–2025)

Achados que subsidiam a Nota Explicativa de Demonstração Contábil

#	Ponto	Descrição / Evidência
1	**Custeio pelo Tesouro**	As Transferências Financeiras Recebidas (repasses do Tesouro) são o principal ingresso: de R$ 66,83 mi (2021) para R$ 93,25 mi (2025), financiando quase toda a despesa (cobertura ~100%).
2	**Não há acúmulo de caixa**	A disponibilidade (Caixa e Equivalentes) permaneceu estável (R$ 11,23 mi em 2021 → R$ 19,53 mi em 2025), com variações pequenas — a unidade gasta o que recebe. Oposto do FEMA.
3	**Salto dos extraorçamentários**	Recebimentos extraorçamentários: R$ 3,17 mi (2021) → R$ 16,41 mi (2024) → R$ 52,92 mi (2025); pagamentos idem (R$ 53,33 mi em 2025). Item de forte variação a explicar (consignações/retenções/RP).

4	**Receita própria irrisória**	A receita orçamentária própria (R$ 1,9 mi a R$ 3,2 mi) representa fração mínima dos ingressos; a autonomia financeira é praticamente nula.
5	**Liquidez baixa, porém suficiente**	O caixa final cobre cerca de 0,2x-0,3x a despesa anual — colchão pequeno, coerente com uma unidade que depende de repasses mensais.
6	**Variação de caixa quase neutra**	A variação líquida das disponibilidades foi pequena todos os anos (de -R$ 0,84 mi a +R$ 6,21 mi), indicando equilíbrio entre ingressos e dispêndios.

Valores nominais. Percentuais das abas Consolidado, AH e AV. Fonte: Anexo 13 - SCG (UO 2101).

ESTADO DE GOIÁS — SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GABINETE DO SECRETÁRIO — Unidade Orçamentária 2101 (Recursos do Tesouro)

9.3 ANEXO 02 — DESPESA AUTORIZADA × REALIZADA, POR NATUREZA/ELEMENTO
9.3.1 COMPARATIVO POR GRUPO DE DESPESA — SÉRIE 2021 A 2025 (FOCO EM PESSOAL E NAS MAIORES DIFERENÇAS)

Órgão / Unidade Orçamentária: 2101 - Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Des. Sustentável

Exercícios analisados: 2021 a 2025 (períodos 1 a 12)

Demonstrativo:	Anexo 02 - Comparativo Despesa Autorizada × Realizada
Medida de execução:	Despesa Empenhada (conferida: bate 100% com os totais)
Fonte dos dados:	SCG - Sistema de Contabilidade do Estado de Goiás
Moeda:	Reais (R$) - valores nominais (não deflacionados)

ABAS: 2.Autorizado x Realizado | 3.Despesa por Grupo | 4.Análise Horizontal | 5.Destaques e Medidas

Nota: no Anexo 02 a dotação (autorizada) é fixada por categoria e a execução (empenhada) detalhada por elemento. A análise foca em Pessoal e Encargos (dominante) e nas maiores diferenças autorizado × realizado. A soma dos elementos foi conferida e bate 100%. Valores nominais.

9.3.2 DESPESA AUTORIZADA × REALIZADA (EMPENHADA) — POR CATEGORIA

DOTAÇÃO AUTORIZADA					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Pessoal e Encargos	R$ 57.642.296,52	R$ 67.996.732,93	R$ 70.149.000,00	R$ 82.367.000,00	R$ 82.908.539,95
Outras Despesas Correntes	R$ 7.080.020,72	R$ 45.073.000,00	R$ 5.172.249,77	R$ 6.555.979,40	R$ 6.741.474,05
Despesas de Capital	R$ 4.591.689,70	R$ 725.000,00	R$ 1.390.549,00	R$ 2.360.524,96	R$ 7.572.704,00
TOTAL	**R$ 69.314.006,94**	**R$ 113.794.732,93**	**R$ 76.711.798,77**	**R$ 91.283.504,36**	**R$ 97.222.718,00**

DESPESA REALIZADA (EMPENHADA)

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025
Pessoal e Encargos	R$ 57.544.568,06	R$ 62.888.123,75	R$ 69.518.963,36	R$ 81.395.885,18	R$ 82.814.982,00
Outras Despesas Correntes	R$ 3.877.150,55	R$ 5.110.691,08	R$ 3.862.772,43	R$ 4.482.613,06	R$ 4.152.531,13
Despesas de Capital	R$ 2.611.637,89	R$ 113.420,36	R$ 1.370.550,00	R$ 1.316.841,07	R$ 7.214.328,73
TOTAL	**R$ 64.033.356,50**	**R$ 68.112.235,19**	**R$ 74.752.285,79**	**R$ 87.195.339,31**	**R$ 94.181.841,86**

DIFERENÇA (Autorizado − Realizado) e % de EXECUÇÃO					
Categoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Diferença Pessoal e Encargos	R$ 97.728,46	R$ 5.108.609,18	R$ 630.036,64	R$ 971.114,82	R$ 93.557,95
Diferença Outras Despesas Correntes	R$ 3.202.870,17	R$ 39.962.308,92	R$ 1.309.477,34	R$ 2.073.366,34	R$ 2.588.942,92
Diferença Despesas de Capital	R$ 1.980.051,81	R$ 611.579,64	R$ 19.999,00	R$ 1.043.683,89	R$ 358.375,27
Diferença TOTAL	**R$ 5.280.650,44**	**R$ 45.682.497,74**	**R$ 1.959.512,98**	**R$ 4.088.165,05**	**R$ 3.040.876,14**
% Execução TOTAL (Realizado/Autorizado)	**92,4%**	**59,9%**	**97,4%**	**95,5%**	**96,9%**

Maior diferença do período: em 2022 a dotação de Outras Despesas Correntes foi de R$ 45,07 mi, mas só R$ 5,11 mi foram empenhados (saldo de R$ 39,96 mi). Pessoal executa ~100% da dotação. Valores nominais.

9.3.3 DESPESA REALIZADA (EMPENHADA) POR GRUPO — 2101

PESSOAL E ENCARGOS (por grupo)					
Grupo de Despesa	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 44.920.636,05	R$ 48.691.412,10	R$ 53.330.883,46	R$ 63.211.302,89	R$ 66.450.057,65
Obrigações Patronais	R$ 10.593.607,11	R$ 11.284.125,59	R$ 12.181.449,76	R$ 13.513.915,47	R$ 12.992.763,37
Ressarcimento de Desp. de Pessoal	R$ 1.289.701,45	R$ 1.236.764,81	R$ 1.793.216,00	R$ 2.280.401,83	R$ 1.582.614,48
Contratação por Tempo Determinado	R$ 0,00	R$ 415.408,77	R$ 1.624.555,39	R$ 1.580.553,40	R$ 1.200.414,03
Indenizações Trabalhistas	R$ 475.069,09	R$ 983.315,38	R$ 193.305,77	R$ 802.966,79	R$ 422.708,85
Outros - Pessoal e Encargos	R$ 265.554,36	R$ 277.097,10	R$ 395.552,98	R$ 6.744,80	R$ 166.423,62
SUBTOTAL	**R$ 57.544.568,06**	**R$ 62.888.123,75**	**R$ 69.518.963,36**	**R$ 81.395.885,18**	**R$ 82.814.982,00**

OUTRAS DESPESAS CORRENTES (por grupo)					
Grupo de Despesa	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Outros - Outras Desp. Correntes	R$ 664.806,54	R$ 1.982.578,81	R$ 144.121,51	R$ 117.879,89	R$ 130.858,39
Indenizações/Restituições	R$ 34.641,06	R$ 0,00	R$ 192.089,07	R$ 1.305.176,54	R$ 712.290,42

Serviços de Terceiros - PJ	R$ 343.288,80	R$ 236.684,78	R$ 1.216.081,90	R$ 342.456,84	R$ 1.237.871,64
Auxílio-Alimentação	R$ 1.173.098,13	R$ 1.067.286,48	R$ 1.003.615,64	R$ 951.400,34	R$ 726.596,63
Serviços Consultoria/Técnicos	R$ 536.357,14	R$ 821.142,86	R$ 389.999,98	R$ 636.700,02	R$ 178.328,50
Diárias	R$ 0,00	R$ 47.423,16	R$ 231.597,28	R$ 702.817,60	R$ 699.255,36
Desp. de Exercícios Anteriores	R$ 657.855,03	R$ 276.031,41	R$ 4.428,32	R$ 0,00	R$ 25,46
Serviços de TIC - PJ	R$ 7.015,00	R$ 237.719,00	R$ 325.800,00	R$ 25.200,00	R$ 4.819,00
Serviços de Terceiros - PF	R$ 243.006,64	R$ 161.415,13	R$ 99.298,82	R$ 187.892,69	R$ 114.808,12
Material de Consumo	R$ 127.966,07	R$ 150.966,69	R$ 99.363,11	R$ 147.302,74	R$ 217.610,51
Passagens e Locomoção	R$ 15.962,74	R$ 56.788,16	R$ 89.076,00	R$ 2.284,00	R$ 80.591,30
Auxílio-Transporte	R$ 73.153,40	R$ 72.654,60	R$ 67.300,80	R$ 63.502,40	R$ 49.475,80
SUBTOTAL	**R$ 3.877.150,55**	**R$ 5.110.691,08**	**R$ 3.862.772,43**	**R$ 4.482.613,06**	**R$ 4.152.531,13**

DESPESAS DE CAPITAL (por grupo)					
Grupo de Despesa	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**

Investimentos - Equip./Mat. Permanente	R$ 1.738.829,20	R$ 113.420,36	R$ 1.370.550,00	R$ 73.446,74	R$ 7.214.328,73
Inversões Financeiras - Entrega	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.243.394,33	R$ 0,00
Outros - Capital	R$ 872.808,69	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
SUBTOTAL	**R$ 2.611.637,89**	**R$ 113.420,36**	**R$ 1.370.550,00**	**R$ 1.316.841,07**	**R$ 7.214.328,73**

TOTAL GERAL	**R$ 64.033.356,50**	**R$ 68.112.235,19**	**R$ 74.752.285,79**	**R$ 87.195.339,31**	**R$ 94.181.841,86**

Empenhado por grupo de natureza de despesa. Soma conferida com os totais do Anexo 02. Valores nominais.

9.3.4 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — DESPESA EMPENHADA POR GRUPO (2101)

Variação % ano a ano e variação total do período (2021 → 2025)

AH — PESSOAL E ENCARGOS					
Grupo de Despesa	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Var. Total 21→25 (R$)**
Vencimentos e Vantagens Fixas	8,4%	9,5%	18,5%	5,1%	R$ 21.529.421,60
Obrigações Patronais	6,5%	8,0%	10,9%	-3,9%	R$ 2.399.156,26
Ressarcimento de Desp. de Pessoal	-4,1%	45,0%	27,2%	-30,6%	R$ 292.913,03
Contratação por Tempo Determinado	-	291,1%	-2,7%	-24,1%	R$ 1.200.414,03

Indenizações Trabalhistas	107,0%	-80,3%	315,4%	-47,4%	-R$ 52.360,24
Outros - Pessoal e Encargos	4,3%	42,7%	-98,3%	2367,4 %	-R$ 99.130,74

AH — OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
Grupo de Despesa	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Var. Total 21→25 (R$)**
Outros - Outras Desp. Correntes	198,2%	-92,7%	-18,2%	11,0%	-R$ 533.948,1 5
Indenizações/Restituições	-100,0%	-	579,5%	-45,4%	R$ 677.649,3 6
Serviços de Terceiros - PJ	-31,1%	413,8%	-71,8%	261,5%	R$ 894.582,8 4
Auxílio-Alimentação	-9,0%	-6,0%	-5,2%	-23,6%	-R$ 446.501,5 0
Serviços Consultoria/Técnicos	53,1%	-52,5%	63,3%	-72,0%	-R$ 358.028,6 4
Diárias	-	388,4%	203,5%	-0,5%	R$ 699.255,3 6
Desp. de Exercícios Anteriores	-58,0%	-98,4%	- 100,0%	-	-R$ 657.829,5 7
Serviços de TIC - PJ	3288,7%	37,1%	-92,3%	-80,9%	-R$ 2.196,00
Serviços de Terceiros - PF	-33,6%	-38,5%	89,2%	-38,9%	-R$ 128.198,5 2
Material de Consumo	18,0%	-34,2%	48,2%	47,7%	R$ 89.644,44
Passagens e Locomoção	255,8%	56,9%	-97,4%	3428,5 %	R$ 64.628,56
Auxílio-Transporte	-0,7%	-7,4%	-5,6%	-22,1%	-R$ 23.677,60

AH — DESPESAS DE CAPITAL					
Grupo de Despesa	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Var. Total 21→25 (R$)**
Investimentos - Equip./Mat. Permanente	-93,5%	1108,4%	-94,6%	9722,5%	R$ 5.475.499,53
Inversões Financeiras - Entrega	-	-	-	-100,0%	R$ 0,00
Outros - Capital	-100,0%	-	-	-	-R$ 872.808,69

'-' onde a base do ano é zero. 'Var. Total' = empenhado de 2025 menos o de 2021. Valores nominais.

9.3.5 DESTAQUES (O QUE MAIS VARIOU) E MEDIDAS — ANEXO 02 / 2101

★ DESTAQUES — O QUE MAIS VARIOU / EXCEDEU		
1	**Vencimentos e Vantagens Fixas — o grande motor**	Maior grupo e principal crescimento: de R$ 44,92 mi (2021) para R$ 66,45 mi (2025), alta de 47.9%. Representa a maior parte da folha e explica boa parte do aumento da despesa total.
2	**Obrigações Patronais acompanham a folha**	Cresceram de R$ 10,59 mi (2021) para R$ 12,99 mi (2025), na esteira do aumento dos vencimentos.
3	**Contratação por Tempo Determinado**	Surge a partir de 2022 (R$ 0,42 mi) e chega a R$ 1,62 mi (2023), estabilizando em torno de R$ 1,2-1,6 mi — reforço temporário de pessoal a monitorar.

4	**Ressarcimentos e Indenizações de Pessoal**	Ressarcimento de despesas de pessoal oscilou entre R$ 1,29 mi e R$ 2,28 mi; Indenizações Trabalhistas variaram bastante (R$ 0,19 mi a R$ 0,98 mi) — itens de natureza variável.
5	**Investimentos (Capital) com salto em 2025**	A despesa de capital, marginal na maior parte do período, saltou para R$ 7,21 mi em 2025 (equipamentos/material permanente) — maior investimento da série.
6	**Maior diferença Autorizado × Realizado (2022)**	Em 2022, Outras Despesas Correntes tiveram dotação de R$ 45,07 mi e execução de apenas R$ 5,11 mi (saldo de R$ 39,96 mi) — crédito adicional expressivo aberto e não executado.

→ MEDIDAS PARA EVITAR MUITAS DIFERENÇAS		
1	**Monitorar o crescimento da folha**	Acompanhar a evolução de Vencimentos e Obrigações Patronais (despesa obrigatória e crescente) com projeções e controle de expansão, avaliando o impacto fiscal.
2	**Aprimorar o planejamento das suplementações**	Evitar créditos adicionais sem execução (como o de R$ 39,96 mi em Outras Despesas Correntes em 2022), dimensionando pela real necessidade.
3	**Planejar os investimentos de capital**	Dar previsibilidade e continuidade aos investimentos, evitando a concentração pontual (como o salto de 2025).

4	**Controlar contratações temporárias e ressarcimentos**	Acompanhar a Contratação por Tempo Determinado e os ressarcimentos/indenizações, avaliando alternativas estruturais.
5	**Cronograma físico-financeiro com metas**	Definir metas de execução por grupo, reduzindo a diferença entre autorizado e realizado.
6	**Evidenciar em notas explicativas**	Registrar em nota os grupos de maior variação (folha, contratação temporária, investimento de 2025) e a diferença de 2022.

Base: abas Despesa por Grupo e Análise Horizontal (Anexo 02/SCG - UO 2101, empenhado conferido). Valores nominais. Recomendações de caráter técnico-gerencial; não substituem parecer/decisão da administração.

ESTADO DE GOIÁS — SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
GABINETE DO SECRETÁRIO — Unidade Orçamentária 2101

9.4 ANEXO 14 — BALANÇO PATRIMONIAL (Lei nº 4.320/64)
9.4.1 ANÁLISE HORIZONTAL, VERTICAL E DAS VARIAÇÕES EXPRESSIVAS — 2021 a 2025

Órgão / Unidade Orçamentária:	2101 - Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Des. Sustentável
Exercícios analisados:	2021 a 2025 (posição em 31/12)
Demonstrativo:	Anexo 14 - Balanço Patrimonial (Ativo, Passivo e PL)
Observação:	Unidade que registra investimentos (participações) e imóveis de grande monta
Fonte dos dados:	SCG - Sistema de Contabilidade do Estado de Goiás
Moeda:	Reais (R$) - valores nominais (não deflacionados)

Nota metodológica: o Balanço Patrimonial da 2101 registra ativos de grande monta — INVESTIMENTOS (participações societárias) e IMÓVEIS. O período apresenta variações patrimoniais bilionárias (com destaque para a baixa integral dos Investimentos em 2024), que demandam evidenciação em Nota Explicativa. A aba 'Variações Expressivas' detalha cada movimento. Valores nominais.

9.4.2 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO — 2101 (R$)

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025
ATIVO					
Ativo Circulante	R$ 17.925.076,88	R$ 16.969.182,74	R$ 18.306.048,63	R$ 20.337.858,36	R$ 19.887.212,66
Investimentos (Participações)	R$ 3.737.070.257,81	R$ 2.404.422.170,29	R$ 2.680.340.660,48	R$ 0,00	R$ 0,00
Imobilizado (líquido)	R$ 453.364.703,46	R$ 274.390.386,95	R$ 751.496.304,15	R$ 756.819.644,43	R$ 662.450.640,80
Ativo Não Circulante	R$ 4.190.434.961,27	R$ 2.679.420.841,38	R$ 3.432.593.461,58	R$ 757.594.713,27	R$ 669.339.871,27
TOTAL DO ATIVO	**R$ 4.208.360.038,15**	**R$ 2.696.390.024,12**	**R$ 3.450.899.510,21**	**R$ 777.932.571,63**	**R$ 689.227.083,93**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Exigível	R$ 190.348,70	R$ 1.491.507,58	R$ 1.554.106,88	R$ 3.829.995,62	R$ 2.935.252,15
Patrimônio Líquido	**R$ 4.208.169.689,45**	**R$ 2.694.898.516,54**	**R$ 3.449.345.403,33**	**R$ 774.102.576,01**	**R$ 686.291.831,78**

TOTAL DO PASSIVO + PL	**R$ 4.208.360.038,15**	**R$ 2.696.390.024,12**	**R$ 3.450.899.510,21**	**R$ 777.932.571,63**	**R$ 689.227.083,93**
VARIAÇÕES					
Variação do Ativo Total (R$)	**"-"**	**-R$ 1.511.970.014,03**	**R$ 754.509.486,09**	**-R$ 2.672.966.938,58**	**-R$ 88.705.487,70**
Variação do Patrimônio Líquido (R$)	"-"	-R$ 1.513.271.172,91	R$ 754.446.886,79	-R$ 2.675.242.827,32	-R$ 87.810.744,23
INDICADORES					
Patrimônio Líquido / Ativo Total	100,0%	99,9%	100,0%	99,5%	99,6%
Liquidez Corrente (Ativo Circ. / Passivo Circ.)	94,2x	11,4x	11,8x	5,3x	6,8x
Ativo Não Circulante / Ativo Total	99,6%	99,4%	99,5%	97,4%	97,1%

O Ativo é quase todo Não Circulante (Investimentos + Imóveis). O PL representa >99,9% do total (passivo irrelevante). As variações do Ativo e do PL são bilionárias — detalhadas na aba 'Variações Expressivas'. Valores nominais.

9.4.3 ATIVO — VALORES (R$) — 2101 (posição em 31/12)

Especificação	2021	2022	2023	2024	2025
ATIVO CIRCULANTE					

Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ 17.441.215,17	R$ 16.600.007,25	R$ 17.977.643,01	R$ 19.949.536,13	R$ 19.526.908,35
Demais Créditos a Curto Prazo	R$ 243.541,25	R$ 101.251,66	R$ 104.677,25	R$ 108.102,84	R$ 109.476,03
Estoques (Almoxarifado)	R$ 240.320,46	R$ 267.923,83	R$ 223.728,37	R$ 280.219,39	R$ 250.828,28
SUBTOTAL — ATIVO CIRCULANTE	**R$ 17.925.076,88**	**R$ 16.969.182,74**	**R$ 18.306.048,63**	**R$ 20.337.858,36**	**R$ 19.887.212,66**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Investimentos (Participações)	R$ 3.737.070.257,81	R$ 2.404.422.170,29	R$ 2.680.340.660,48	R$ 0,00	R$ 0,00
Imobilizado (líquido)	R$ 453.364.703,46	R$ 274.390.386,95	R$ 751.496.304,15	R$ 756.819.644,43	R$ 662.450.640,80
Intangível	R$ 0,00	R$ 608.284,14	R$ 756.496,95	R$ 775.068,84	R$ 6.889.230,47
SUBTOTAL — ATIVO NÃO CIRCULANTE	**R$ 4.190.434.961,27**	**R$ 2.679.420.841,38**	**R$ 3.432.593.461,58**	**R$ 757.594.713,27**	**R$ 669.339.871,27**
TOTAL DO ATIVO	**R$ 4.208.360.038,15**	**R$ 2.696.390.024,12**	**R$ 3.450.899.510,21**	**R$ 777.932.571,63**	**R$ 689.227.083,93**

9.4.4 PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO — VALORES (R$) — 2101

Especificação	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo Circulante	R$ 190.348,70	R$ 1.491.507,58	R$ 1.554.106,88	R$ 3.829.995,62	R$ 2.935.252,15
Passivo Não Circulante	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

SUBTOTAL — PASSIVO EXIGÍVEL	**R$ 190.348,70**	**R$ 1.491.507,58**	**R$ 1.554.106,88**	**R$ 3.829.995,62**	**R$ 2.935.252,15**
Patrimônio Líquido	R$ 4.208.169.689,45	R$ 2.694.898.516,54	R$ 3.449.345.403,33	R$ 774.102.576,01	R$ 686.291.831,78
TOTAL DO PASSIVO + PL	**R$ 4.208.360.038,15**	**R$ 2.696.390.024,12**	**R$ 3.450.899.510,21**	**R$ 777.932.571,63**	**R$ 689.227.083,93**

MEMO — Resultado do Exercício (VPA − VPD)					
Resultado do Exercício	-R$ 604.514.150,67	-R$ 1.284.466.730,38	R$ 267.424.297,06	-R$ 2.682.919.058,80	-R$ 88.682.532,14

O Resultado do Exercício é fortemente negativo e volátil (-R$ 604 mi a -R$ 2,68 bi), refletindo as variações patrimoniais (reavaliações/baixas de investimentos e imóveis) — não é resultado operacional. Passivo Não Circulante nulo em todo o período.

9.4.5 ANÁLISE HORIZONTAL (AH) — BALANÇO PATRIMONIAL 2101 (2021–2025)

Var.% ano a ano | Índice base 100 em 2021

AH — ATIVO									
Conta	**Var.% 22/21**	**Var.% 23/22**	**Var.% 24/23**	**Var.% 25/24**	**Índ.21**	**Índ.22**	**Índ.23**	**Índ.24**	**Índ.25**
Caixa e Equivalentes	-4,8%	8,3%	11,0%	-2,1%	100,0	95,2	103,1	114,4	112,0
Investimentos (Participações)	-35,7%	11,5%	-100,0%	-	100,0	64,3	71,7	0,0	0,0
Imobilizado (líquido)	-39,5%	173,9%	0,7%	-12,5%	100,0	60,5	165,8	166,9	146,1
Intangível	-	24,4%	2,5%	788,9%	-	-	-	-	-
Ativo Não Circulante	-36,1%	28,1%	-77,9%	-11,6%	100,0	63,9	81,9	18,1	16,0
TOTAL DO ATIVO	**-35,9%**	**28,0%**	**-77,5%**	**-11,4%**	**100,0**	**64,1**	**82,0**	**18,5**	**16,4**

AH — PASSIVO E PL

Conta	Var.% 22/21	Var.% 23/22	Var.% 24/23	Var.% 25/24	Índ.21	Índ.22	Índ.23	Índ.24	Índ.25
Passivo Circulante	683,6 %	4,2%	146,4 %	- 23,4%	100, 0	783, 6	816, 5	2012, 1	1542,0
Patrimônio Líquido	- 36,0%	28,0%	- 77,6%	- 11,3%	100, 0	64,0	82,0	18,4	16,3
TOTAL PASSIVO + PL	**- 35,9%**	**28,0%**	**- 77,5%**	**- 11,4%**	**100, 0**	**64,1**	**82,0**	**18,5**	**16,4**

'-' onde a base é zero. Investimentos zeram em 2024-2025 (baixa integral). Valores nominais.

9.4.6 ANÁLISE VERTICAL (AV) — COMPOSIÇÃO % DO ATIVO TOTAL

Conta (% do Ativo Total)	2021	2022	2023	2024	2025
Ativo Circulante	0,4%	0,6%	0,5%	2,6%	2,9%
Investimentos (Participações)	88,8%	89,2%	77,7%	0,0%	0,0%
Imobilizado (líquido)	10,8%	10,2%	21,8%	97,3%	96,1%
Intangível	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	1,0%
Ativo Não Circulante	**99,6%**	**99,4%**	**99,5%**	**97,4%**	**97,1%**

Até 2023, os Investimentos (participações) representavam ~78-89% do Ativo; a partir de 2024, com a baixa, o Imobilizado (imóveis) passa a dominar (~97%).

9.4.7 VARIAÇÕES EXPRESSIVAS — BALANÇO PATRIMONIAL / 2101

Variação ano a ano (R$) das contas de maior movimento

Conta	Δ 2022−2021	Δ 2023−2022	Δ 2024−2023	Δ 2025−2024
Investimentos (Participações)	-R$ 1.332.648.087,52	R$ 275.918.490,19	-R$ 2.680.340.660,48	R$ 0,00

Imobilizado (líquido)	-R$ 178.974.316,51	R$ 477.105.917,20	R$ 5.323.340,28	-R$ 94.369.003,63
Intangível	R$ 608.284,14	R$ 148.212,81	R$ 18.571,89	R$ 6.114.161,63
TOTAL DO ATIVO	-R$ 1.511.970.014,03	R$ 754.509.486,09	-R$ 2.672.966.938,58	-R$ 88.705.487,70
Patrimônio Líquido	-R$ 1.513.271.172,91	R$ 754.446.886,79	-R$ 2.675.242.827,32	-R$ 87.810.744,23
Resultado do Exercício	-R$ 679.952.579,71	R$ 1.551.891.027,44	-R$ 2.950.343.355,86	R$ 2.594.236.526,66

9.4.8 ANÁLISE DETALHADA DOS PRINCIPAIS EVENTOS

1. Baixa integral dos Investimentos em 2024 (−R$ 2,68 bilhões)

O saldo de Investimentos (participações societárias) era de R$ 2,68 bi em 2023 e foi a ZERO em 2024, permanecendo zerado em 2025. É a maior variação patrimonial do período e a principal responsável pela queda do Ativo Total (de R$ 3,45 bi para R$ 778 mi, −77,5%) e pelo Resultado do Exercício de −R$ 2,68 bi. Provável reclassificação/transferência das participações a outra unidade/ente ou baixa por reavaliação — DEVE ser detalhada em Nota Explicativa (natureza, base legal e destino).

2. Oscilação dos Investimentos antes da baixa

Antes de zerar, os Investimentos caíram R$ 1,33 bi em 2022 (−35,7%) e subiram R$ 276 mi em 2023 (+11,5%), indicando reavaliações sucessivas das participações — a metodologia e os laudos devem ser evidenciados.

3. Reavaliação dos Bens Imóveis (Imobilizado)

O Imobilizado caiu R$ 179 mi em 2022 (−39,5%) e quase triplicou em 2023 (+R$ 477 mi, +173,9%), com os Bens Imóveis passando de R$ 273 mi para R$ 740 mi. Depois recuou R$ 94 mi em 2025. Reavaliações/incorporações de imóveis a documentar.

4. Crescimento contínuo dos Bens Móveis

Em função da diferença apontada em Bens Móveis, foi devidamente regularizado em 2025, conforme Documentos de Ajustes Contábeis n. 2025.2101.21510 / 2026.2153.5073 e 2026.2153.5076. – Reduzindo o valor em R$ 21.552.273,07.

5. Salto do Intangível em 2025

O Intangível (softwares) saltou de R$ 0,78 mi (2024) para R$ 6,89 mi (2025), indicando aquisição/desenvolvimento relevante de software no exercício.

6. Resultado do Exercício volátil e patrimonial

O resultado foi de −R$ 604 mi, −R$ 1,28 bi, +R$ 267 mi, −R$ 2,68 bi e −R$ 89 mi. Não é resultado operacional: reflete as variações patrimoniais (reavaliações e baixas de investimentos/imóveis). Precisa ser explicado para não induzir leitura equivocada.

9.4.9 DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES — BALANÇO PATRIMONIAL / 2101

Acertos, falhas e medidas — base: Consolidado, AH, AV e Variações Expressivas

✓ ACERTOS NA SITUAÇÃO PATRIMONIAL		
1	**Patrimônio Líquido positivo e relevante**	Mesmo após as baixas bilionárias, o PL permanece positivo e expressivo (R$ 686 mi em 2025), preservando a situação líquida da unidade.
2	**Endividamento nulo**	O passivo é irrelevante (< R$ 3,8 mi; passivo não circulante zero); o PL representa mais de 99,9% do total.
3	**Caixa estável**	As disponibilidades ficam estáveis (~R$ 17-20 mi), coerentes com o Balanço Financeiro.
4	**Atualização do patrimônio**	Houve incorporação/atualização de bens (móveis crescentes, intangível em 2025, reavaliação de imóveis), evidenciando esforço de reconhecimento patrimonial.

→ O QUE A SECRETARIA DEVE ADOTAR PARA MELHORAR		
1	**Evidenciar a baixa dos Investiment**	Detalhar em nota a natureza, a base legal e o destino das participações societárias baixadas (R$ 2,68 bi), com os documentos de suporte.

	os (2024)	
2	**Documentar reavaliações de imóveis e participações**	Registrar a metodologia, os laudos e as datas-base das reavaliações/atualizações de valor dos ativos.
3	**Conciliação e conformidade patrimonial**	Conciliar periodicamente as contas do ativo não circulante, assegurando consistência entre inventário, laudos e registros contábeis.
4	**Notas explicativas dos fatos patrimoniais**	Adotar notas explicativas das DCASP (padrão SCG) evidenciando cada variação expressiva antes do fechamento contábil.

Base: abas Consolidado, AH, AV e Variações Expressivas (Anexo 14/SCG - UO 2101). Valores nominais. Recomendações técnico-contábeis; não substituem parecer/decisão da administração.

9.4.10 PONTOS RELEVANTES — BALANÇO PATRIMONIAL / 2101 (2021–2025)

Achados que subsidiam a Nota Explicativa de Demonstração Contábil

#	Ponto	Descrição / Evidência
1	**Baixa de R$ 2,68 bilhões em Investimentos (2024)**	O saldo de participações societárias zerou em 2024, derrubando o Ativo Total de R$ 3,45 bi para R$ 778 mi (−77,5%) e gerando resultado de −R$ 2,68 bi. É o fato patrimonial mais relevante e exige nota explicativa detalhada.
2	**Ativo dominado por participações e imóveis**	Até 2023 os Investimentos representavam ~78-89% do Ativo; a partir de 2024 o Imobilizado (imóveis) passa a dominar (~97%). O caixa é fração mínima do patrimônio.
3	**Reavaliações expressivas de imóveis**	O Imobilizado quase triplicou em 2023 (+R$ 477 mi), após cair em 2022, e recuou em 2025 — reavaliações/incorporações a documentar.
4	**Patrimônio Líquido acompanha as variações**	O PL foi de R$ 4,21 bi (2021) a R$ 686 mi (2025), seguindo as baixas e reavaliações; permanece positivo e >99,9% do total (passivo irrelevante).
5	**Resultado do exercício volátil e patrimonial**	Resultado de −R$ 604 mi a −R$ 2,68 bi: reflete ajustes patrimoniais (reavaliações/baixas), não execução — deve ser esclarecido na nota.
6	Bens Móveis e Intangível crescentes	Bens Móveis subiram de R$ 7,3 mi para R$ 56 mi; o Intangível saltou para R$ 6,89 mi em 2025 — incorporações patrimoniais do período. Inserir diferença ativo bens móveis

Valores nominais. Fonte: Anexo 14 - SCG (UO 2101). O detalhamento das variações consta da aba 'Variações Expressivas'.